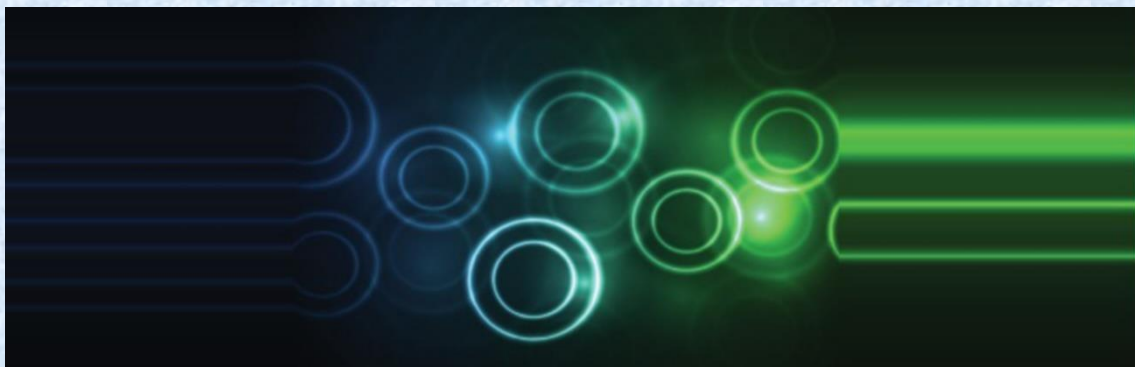


Enunciação e materialidade linguística



Organizadores

Luiz Francisco Dias

Priscila Brasil Gonçalves Lacerda

Luciani Dalmaschio

**Belo Horizonte
2015**

Enunciação e materialidade linguística

**Luiz Francisco Dias
Priscila Brasil Gonçalves Lacerda
Luciani Dalmaschio**

(Orgs.)

Enunciação e materialidade linguística

**Belo Horizonte
FALE/UFMG
2015**

© FALE/UFMG, 2015
© Os organizadores, 2015

Faculdade de Letras da UFMG

Diretor: Prof^a. Graciela Ines Ravetti de Gómez
Vice-Diretor: Prof. Rui Rothe-Neves

Coordenador da Câmara de Pesquisa:
Prof. Luiz Alberto Ferreira Brandão Santos

Projeto Gráfico e Editoração: João Carlos Guimarães Andrade

Ficha catalográfica elaborada pelos Bibliotecários da Biblioteca FALE/UFMG

E61

Enunciação e materialidade linguística / Luiz Francisco Dias,
Priscila Brasil Gonçalves Lacerda, Luciani Dalmaschio,
(orgs.). – Belo Horizonte : FALE/UFMG, 2015.
127 p.

Inclui referências.

ISBN: 978-85-7758-261-7 (on-line)

1. Língua portuguesa – Gramática. 2. Língua portuguesa –
Semântica. 3. Enunciação. I. Dias, Luiz Francisco. II. Lacerda,
Priscila Brasil Gonçalves. III. Dalmaschio, Luciani. IV. Título.

CDD : 469.5

SUMÁRIO

- 4 **APRESENTAÇÃO**
- 6 **O USO INTERPROPOSICIONAL DE *POR* EM UMA DESCRIÇÃO UNITÁRIA DE
FUNCIONAMENTO DA PREPOSIÇÃO**
Márcia ROMERO
Thatiana Ribeiro VILELA
- 19 **O CONCEITO DE SUBSTANTIVO EM UMA PERSPECTIVA ENUNCIATIVA**
Igor Caixeta Trindade GUIMARÃES
- 38 **O PRONOME SUJEITO E AS FORMAS IMPERATIVAS**
Luiz Francisco DIAS
Eloisa Elena Resende Ramos da SILVA
- 49 **'GERUNDISMO' E ENUNCIÇÃO: UMA RELAÇÃO POSSÍVEL**
Natália Cristina de Almeida SOUZA
- 59 **VERBOS INTRODUTORES DE DISCURSO CITADO
SOB A PERSPECTIVA ENUNCIATIVA**
Luciana Catarina Pires da ROCHA
Marlene TEIXEIRA
- 70 **MODALIZAÇÃO NO ENUNCIADO E MODALIZAÇÃO NA ENUNCIÇÃO**
Thiago Fernandes PEIXOTO
- 78 **A SINTAGMATIZAÇÃO E A PRODUÇÃO DE SENTIDOS
EM REDAÇÕES DE VESTIBULAR**
Diego Vilanova TITELLO
- 92 **GÓRGIAS E O ANTIGO PROBLEMA DA REFERÊNCIA:
UMA INTERFACE ENTRE A SOFÍSTICA E A LINGUÍSTICA DA ENUNCIÇÃO**
Melliandro Mendes GALINARI
- 101 **REPRESENTAR E SIGNIFICAR O MUNDO:
A MENTE E O SÓCIO INTERACIONISMO-DISCURSIVO**
Emanuela Francisca FERREIRA SILVA

110

A CONSTRUÇÃO DA REFERÊNCIA NA ENUNCIÇÃO:

UMA ANÁLISE DE CHAPEUZINHO VERMELHO

Virginia Beatriz Baesse ABRAHÃO

Fabiano de Oliveira MORAES

121

O CONTATO ENTRE LÍNGUA PORTUGUESA E LÍNGUA ESPANHOLA E SEU

FUNCIONAMENTO ENUNCIATIVO NAS TIRAS DO TAPEJARA:

UMA REPRESENTAÇÃO DA LÍNGUA DO GAÚCHO

Juliane TATSCH

APRESENTAÇÃO

A constituição dos textos que integram a presente publicação foi motivada pelo *Seminário Enunciação e materialidades linguísticas*, realizado na Faculdade de Letras da UFMG nos dias 14 e 15 de junho de 2012.

O evento reuniu pesquisadores de diferentes instituições brasileiras, e os trabalhos expostos representavam, na sua maioria, experiências de investigação nascidas em grupos de pesquisa. Os resultados do Evento demonstram a diversidade de abordagens voltadas para o papel das formas linguísticas na constituição do arcabouço teórico e metodológico da pesquisa em enunciação desenvolvida no País.

A maior parte dos textos é dedicada à análise de categorias da língua portuguesa conduzidas segundo a perspectiva da enunciação. Nessa direção, temos um estudo da preposição POR, uma reflexão sobre o conceito de substantivo, e três textos com análises do verbo, voltados para as formas imperativas, para o gerúndio e para categoria de verbos introdutórios de discurso direto. Além disso, há um estudo que aborda a modalização através de análise de categorias do português e outro que observa, também através de categorias do português, a sintagmatização/semantização. Por fim, três textos discutem questões relativas à referência, consideradas na perspectiva enunciativa e um outro analisa as categorias de fronteira e espaço enunciativo na relação entre o português e espanhol.

A Faculdade de Letras da UFMG, através do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, e especificamente o Grupo de Estudos da Enunciação desta Instituição, sentem-se honrados pelo retorno positivo dos participantes ao nosso convite para a participação no Evento e pela disponibilidade na cessão dos textos que ora apresentamos nesta publicação. Nós, organizadores do Evento, agradecemos aos participantes e autores desta obra por nos ter prestigiado com a apresentação competente dos resultados de suas pesquisas em semântica.

Os Organizadores

O USO INTERPROPOSICIONAL DE *POR* EM UMA DESCRIÇÃO UNITÁRIA DE FUNCIONAMENTO DA PREPOSIÇÃO

Márcia ROMERO*

Thatiana Ribeiro VILELA **1

Introdução

Este trabalho busca dar conta de um conjunto de usos específicos à preposição *POR* no português do Brasil no âmbito de uma abordagem unitária no que se refere a seu funcionamento como unidade de língua. Nele, são analisadas as contribuições semânticas desta preposição para a produção do sentido dos enunciados por meio do papel que ela exerce nas diferentes construções às quais se integra. Uma atenção particular é conferida a seus empregos interproposicionais (note-se *Q POR P*), assim denominados pelo fato de, nestes enunciados, *POR* introduzir como termo conseqüente (que segue a preposição) uma proposição ou seqüência *P* (*i.e.* *POR P*) que, apreendida como “marcador discursivo”, condiciona a interpretação de *Q* (proposição que antecede *POR P*) sob a ótica particular do esquema operatório constitutivo da própria natureza enunciativa da preposição.

As análises, fundamentadas na Teoria das Operações Enunciativas e nos trabalhos de Franckel e Paillard (2007) no âmbito da semântica preposicional, tomam por princípio, de um lado, a operação de orientação (DE VOGÜÉ, FRANCKEL, PAILLARD, 2011), em que todo termo é considerado em relação a outro termo, previamente dado, que tem, na relação construída, o estatuto de orientador, de outro, o tipo de categorização que, oriunda do termo conseqüente, recai sobre termo antecedente. Em outras palavras, as análises postulam que, na relação instituída pela preposição, o termo que antecede *POR*, não necessariamente materializado no enunciado, não só é orientado pelo termo conseqüente como, nesta relação de orientação, o conseqüente o discerne, apreendendo-o a partir da atribuição de propriedades que não teriam

* Doutora em Letras. Docente da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

** Mestranda na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Bolsista IC FAPESP 2011/14698-4.

¹ Deixamos um agradecimento especial ao Prof. Denis Paillard pelas discussões que resultaram nesse texto – texto que, contudo, é de nossa inteira responsabilidade.

como defini-lo intrinsecamente pelo fato de estas não serem suas propriedades constitutivas (FRANCKEL, PAILLARD, 2007; ROMERO, 2011; PAILLARD, no prelo).

Os resultados das análises evidenciam que, se a preposição é um relator, a relação estabelecida entre os termos relacionados não é simétrica, visto o termo conseqüente ser fonte de determinações para um termo não claramente identificável e cujo estatuto é pouco discutido em análises cuja descrição se dá a partir da classificação da preposição como introdutor de argumentos e de adjuntos². Mostram ainda que, em relação à natureza semântica de POR, embora se verifique uma descrição unitária de seu funcionamento que abarca igualmente os empregos interproposicionais, esta não se apresenta como tradução de um sentido existente fora do próprio material verbal no qual a preposição se encontra inserida, o que impossibilita identificá-la por meio de um sentido primeiro dos quais outros decorreriam por extensão.

1 Alguns dos empregos de POR no português do Brasil

Se é possível descrever POR como um relator R que intui a relação entre X e Y (cf. $X R_{[prep]} Y$) e se Y remete ao “conseqüente”, *i.e.* termo que segue a preposição, X, apreendido como “antecedente”, não é um termo necessariamente evidente nem se encontra explícito nos diferentes enunciados aos quais POR se integra e que ajuda a construir. Assim, ainda que concordemos com a descrição usual que concebe a preposição como um relator, dela nos distinguimos ao conferir ao antecedente um estatuto não simétrico em relação a Y, dada a existência de um problema central de identificação no que se refere a X. Por outro lado, essa não simetria se manifesta também por ser Y fonte de determinação para X³. Essas colocações

² Para um aprofundamento dos debates envolvendo a semântica preposicional, ver Romero (2011) e Vilela (2012).

³ Encontramos em Franckel e Paillard (2007: 13-14) os fundamentos dessas colocações: “Guardaremos a idéia já evocada, e formulada por numerosos autores, de que uma preposição é um *relator* (no âmbito de um esquema $X R_{(prep)} Y$), a questão sendo a de determinar o que ela relaciona. Pode-se dizer que ela coloca em relação dois elementos X e Y, constituindo uma relação não simétrica na qual Y adquire a função de orientador de X. Enquanto orientador, Y é fonte de determinação para X. Se a identificação do termo correspondente a Y não traz problemas *a priori* (trata-se do termo que segue a preposição), o mesmo não se observa com o termo X. Este só aparece claramente identificável em certos empregos de localização espacial: *le livre dans le tiroir; la mouche sur le plafond*. Mas uma dificuldade crucial aparece nos casos dos empregos “funcionais” da preposição, em que o sintagma preposicional é analisado como “complemento argumental” do verbo: *tirer sur les rideaux; hésiter entre plusieurs options; cette pièce donne dans le couloir*. Parece que para a maioria dos autores, X corresponde então ao próprio verbo, posição que veremos ser difícil de sustentar, a começar pela contradição que a função de Y como orientador implica. De um modo geral, a descrição das preposições privilegia frequentemente a preposição em si e o termo correspondente a Y (como testemunha a própria terminologia de “complementos preposicionais” ou ainda “sintagmas preposicionais”). Por simples comodidade, conservaremos esta terminologia, sem deixar de evidenciar o problema central da identificação do que corresponde a X no esquema $X R Y$ ” [tradução nossa]. Em

são retomadas na continuidade do texto, mas já fundamentam a análise de alguns dos usos característicos de POR⁴, cujas construções evidenciam⁵:

- I. Um grupo de **empregos intraproposicionais**, nos quais POR introduz sintagma nominal Y que opera sobre X, termo constitutivo de uma relação predicativa.

(1) *Optei PELA luta imediata.*

(1') *Optei.*

O verbo *optar*, por não existir independentemente de uma opção feita, implica alguém que faz uma opção – um *eu que opta* – e uma opção não especificada ou designada (termo X). Em (1') *Optei* marca, justamente, a existência da opção, mas não a torna explícita no enunciado. Já em (1), “a luta imediata”, termo Y introduzido por *POR*, confere uma determinação específica à opção, tornando visível X e construindo, simultaneamente, um sujeito engajado na opção feita.

(2) *Olha POR ela.*

(2') *Olha ela.*

Nesses exemplos, o verbo *olhar* põe em jogo um questionamento: “há algo que deve receber atenção da parte de alguém?”. Todavia, do ponto de vista interpretativo, temos duas situações diferentes: em (2), ao partir de um “ela” (Y) que evoca, comumente, alguém (a Ana, minha filha etc.) ou um termo de natureza predicativa (a saúde dela, a educação dela etc.), *POR* interfere na interpretação do verbo, levando-o a se aproximar semanticamente de *cuidar/zelar*; já em (2'), o verbo toma outro sentido: o que se tem é algo que entra no campo de visão de alguém e que, antes, estava despercebido. Ou seja, ainda se tem algo que necessita receber atenção, mas, pelo fato deste algo não ser mais especificado ou dado a priori, *olhar* passa a ser interpretado como *observar/enxergar*, que aponta para o campo de visão disponível. Por fim, em (2), é *POR* que especifica sobre o que recai o ato de *olhar*. Neste uso, *POR Y*, ao determinar o objeto do olhar (termo X), põe em xeque a própria autonomia do sujeito: quem olha não

Paillard (no prelo), é dito ainda que “o pôr em relação de X com Y se interpreta como uma relação de orientação [do francês *repérage*], que marcamos por \underline{g} , operador de orientação, entre X (termo orientado) e Y (termo orientador). Enquanto orientador, Y é fonte de determinações para X.”

⁴ Para uma melhor compreensão do funcionamento da preposição, tais usos são apresentados, sempre que possível, em contraste com outros nos quais *POR* não se faz presente.

⁵ Os exemplos constam, em sua grande maioria, do *corpus* fornecido por Neves (2000), sendo que as análises ora desenvolvidas retomam Romero (2011) acrescentando-lhes reflexões e exemplos suplementares e focalizando, sobretudo, a identidade semântica de *POR*.

escolhe o objeto de seu olhar, implicando-se em um processo cujo objeto é prédefinido independentemente dele, o que explica a interpretação do verbo como *cuidar*⁶.

(3) *Chama POR Padim Ciço.*

(3') *Chama Padim Ciço.*

Nestes exemplos, o verbo, em (3), aproxima-se de *rogar/suplicar*, e *Padim Ciço* (Y) interpreta-se como um santo. Aliás, vale observar que se diz, justamente, *Chama POR Deus*. Já em (3'), *chamar* aproxima-se de *atrair a atenção de alguém*, de modo a fazer com que este se torne presente no espaço associado ao locutor. Se ambos remetem a um comportamento verbal dirigido a um interlocutor, em (3'), o chamado apenas confere existência a *Padim Ciço*: ao ser chamado, *Padim Ciço*, antes ausente, torna-se presente verbalmente para o locutor. Em (3), o comportamento verbal (o “chamado”, que notamos X) é motivado por Y, visto ser *Padim Ciço* o que condiciona e determina as palavras que lhes são dirigidas.

(4) *O vai-e-vem da moça vale POR 100 garrafas de catuaba.*

(4') *O vai-e-vem da moça vale 100 garrafas de catuaba.*

Em (4'), *o vai-e-vem da moça* é mensurado como valendo *100 garrafas de catuaba*. Este termo diz o valor a ser pago, instituindo uma relação em que há algo a ser trocado (*o vai-e-vem da moça*) por outro elemento cujo preço é equivalente: *100 garrafas de catuaba*. Em (4), *valer* não se resume à idéia de troca: não se paga *o vai-e-vem da moça* com *100 garrafas de catuaba*. O que se diz é que, ao invés de se beber *100 garrafas de catuaba*, basta experimentar o *vai-e-vem da moça*, de modo que o efeito atribuído a *100 garrafas de catuaba* (termo Y) determina o valor do efeito produzido por *o vai-e-vem da moça*. Em suma, se em (4') temos, antes, *o vai-e-vem da moça* e, depois, lhe atribuímos um valor, em (4), já se parte do fato de *o vai-e-vem* apresentar um valor/efeito não especificado (termo X). Y confere uma determinação particular ao efeito do qual se parte, por ser o que permite apreender o que *o vai-e-vem* é capaz de proporcionar.

(5) *O escritório foi organizado PELO Maurício Clark.*

Parte-se, aqui, de um *escritório organizado*, visto *organizado* marcar a predicação sobre o sujeito sintático de um estado (resultante). Há, portanto, um argumento origem da organização (termo X), mesmo se, no plano sintático, este argumento tenha sido colocado em outro plano

⁶ Vale notar que, embora em um exemplo como *Olha a menina*, *olhar* também possa se aproximar de *cuidar*, o sujeito não é convocado a assumir efetivamente o papel de cuidador ou de responsável, fato observado em *Olha pela menina*. A diferença de interpretação deve-se ao estatuto do termo *a menina* quando introduzido pela preposição, já que, ao determinar o objeto do olhar, o coloca como o que motiva a própria existência de um sujeito que olha.

(emprego “passivo”). Y reintroduz esse argumento, conferindo-lhe uma visibilidade a posteriori.

(6) *Passamos POR Porto Seguro.*

(6') *Passamos Porto Seguro.*

Mais uma vez, a construção preposicional interfere na semântica do verbo. Em (6'), *Porto Seguro* remete a um ponto de referência entre outros em relação ao qual a trajetória construída por *passar* é vista como ininterrupta: se poderíamos ter parado em Porto Seguro, não o fizemos. *Passar* evoca aquele que não para, visto a transicionalidade do processo recair exclusivamente sobre *nós* (*Porto Seguro*, ao exprimir simplesmente o ponto em que a trajetória poderia ter sido interrompida, não é abarcado como lugar de passagem). Em (6), a transicionalidade do processo cai ao mesmo tempo sobre *nós* e *Porto Seguro*: *nós* passamos e *Porto Seguro* serve de lugar de passagem, já que *passar* evoca uma trajetória com um ponto de partida A e um ponto de chegada B. Ir de A a B constrói uma classe de pontos intermediários possíveis não determinados (X) e Y, *Porto Seguro*, determina um desses pontos. O processo de *passar* manifesta-se graças a Y.

(7) *Ficou mudo, espiando as três galinhas, que ciscam POR ali.*

(7') *Ficou mudo, espiando as três galinhas, que ciscam ali.*

A ausência de *POR* em (7') confere à situação descrita uma precisão espacial não encontrada em (7): em (7'), *ali* indica um lugar específico onde as galinhas ciscam; já em (7), o que é ciscado encontra-se em um dado lugar: *ali* não remete, portanto, a um lugar preciso, mas ao espaço onde está o que é ciscado. Assim, em (7'), *ali* seleciona um elemento entre outros da classe de lugares onde se pode ciscar: *é ali*, e não *aqui* ou *no jardim*. Nesse exemplo, *ali* não remete a uma extensão espacial, por ser apreendido como um elemento entre outros da classe de “lugares para ciscar”. Por sua vez, em (7), *ali* não remete a um elemento entre outros da classe de lugares: ele constitui, por si só, um lugar singular, embora impreciso, e adquire uma espessura que não teria se não estivesse vinculado a *POR*. *Ciscar* evoca um lugar não determinado (X) que é especificado por *ali* (Y). Esta especificação, ao colocar que o *ciscar* se desenrola exatamente nessa extensão espacial definida por *ali*, constitui, ao mesmo tempo, uma idéia de imprecisão, colocando em evidência, sobretudo, o processo de *ciscar*. Por fim, se em (7'), evidencia-se o lugar em que as galinhas ciscam, em (7), evidencia-se o processo de *ciscar* em um dado lugar.

(8) *Tico apeou, agarrou-o PELAS orelhas e tentou arrastá-lo.*

O termo *as orelhas* (Y) não remete a uma parte do corpo, mas a um ponto de sustentação, funcionando como o que permite agarrá-lo. Y é instituído como o que torna visível o próprio ato de *agarrar*, recuperando, na origem desse ato, uma classe de partes não determinadas (X) passíveis de serem concebidas como uma parte específica em que o ato se faz sentir.

(9) *Já estava viciado, bebia cinco copos POR dia.*

(9') *Ele bebeu cinco copos.*

Em (9'), *cinco copos* apreende a quantidade de líquido bebido, que é definida pela própria ocorrência do processo *beber*. Já em (9), *cinco copos*, embora objeto do processo “ele bebia ()”, é determinado não como uma quantidade em si, mas como uma quantidade definida em relação a um intervalo de tempo: *dia* (Y). Ao associar a quantidade bebida a um intervalo de tempo, *POR* a dissocia do próprio processo, de modo que não se tem mais a quantidade definida por uma ocorrência de *beber* (X diz respeito a uma quantidade não especificada inicialmente, por não estar mais relacionada ao processo de *beber*). Daí a ideia de repetição.

(10) *Mas o que entender POR ritual?*

Há, no espaço da compreensão, uma palavra que não se entende. Se esse algo é percebido, não se sabe o que significa, o que coloca, de saída, uma dissociação entre o que se percebe e como significá-lo. Esse algo *a ser compreendido* (X) introduz uma forma de opacidade que será dita por *ritual* (Y). Ao nomear este algo a ser compreendido *ritual*, o qualificamos conceitualmente: da presença de algo a ser compreendido, passamos, desde que o nomeamos e por meio da denominação introduzida por Y, à apreensão de *ritual* como conceito.

II. Um grupo de **empregos sintagmáticos**, em que *POR* introduz um sintagma operando sobre um sintagma nominal complexo.

(11) *Eu verifiquei a conta número POR número.*

(11') *Eu verifiquei a conta.*

Temos, em (11), uma construção em que X e Y são duas ocorrências de *número*. Ao compararmos os exemplos, se, em (11'), o termo *conta* é concebido de um modo não detalhado, não sendo apreendido como uma soma de quantidades ou de diferentes elementos numéricos, em (11), *número por número* redefine *conta* como um conjunto de números em que cada número que a constitui é objeto de verificação. Dada a existência de um número concebido

como elemento de um todo (de uma soma), *POR Y* determina cada número como aquele sobre o qual recai a verificação (considera-se *número* no âmbito de uma verificação). Em *número¹ POR número²*, *Y* [número²] retoma [número¹] e o dissocia da adição para lhe conferir uma visibilidade própria.

(12) *Eu pintei o quarto parede POR parede.*

Reencontramos o mesmo mecanismo acima descrito: não se pinta o quarto em si, mas cada parede, uma após a outra, conferindo-se ao termo *parede* uma existência independente do quarto do qual faz parte.

Esse conjunto de exemplos, embora esteja longe de esgotar os inúmeros usos de *POR*, retoma, a partir de uma análise reflexiva pautada em um esquema de funcionamento unitário da preposição, vários dos exemplos trazidos por trabalhos anteriores (NEVES, 2000) e que neles são apresentados a partir de duas categorias sintáticas, uma na qual *POR* é concebido como “dessemantizado” ao funcionar no sistema de transitividade, outra na qual estabelece relações semânticas ao funcionar fora desse mesmo sistema. Vejamos, agora mais detalhadamente, em que consiste esse funcionamento característico da identidade semântica de *POR*.

2 Sobre o funcionamento enunciativo e a identidade semântica de *POR*

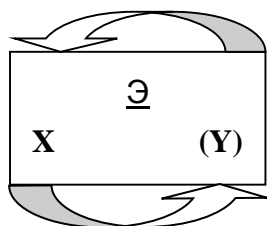
Um dos postulados constitutivos da Teoria das Operações Enunciativas (DE VOGÜÉ, FRANCKEL, PAILLARD, 2011, p.91) coloca que não se pode descrever uma unidade independentemente das relações que a constituem. Para dar conta dessas relações, o quadro teórico postula um operador fundamental: $\underline{\text{E}}$.

No que se refere à preposição *POR*, isso significa que $X \underline{\text{E}} Y$ se lê **X é posto em relação com Y** e, mais precisamente, que **X é orientado por Y**. Assim, considerando que cada preposição tem uma *identidade* caracterizada em termos de um esquema operatório capaz de descrever o papel desta unidade nas interações constitutivas do sentido dos enunciados que integra, os diferentes exemplos por nós analisados, independentemente da diversidade de valores adquiridos pela preposição, atestam uma característica em comum:

Dada uma relação predicativa, *POR* marca que Y determina um elemento constitutivo desta relação, a saber X. O recurso a Y significa que X, embora atualizado no âmbito da relação

predicativa, é não determinado ou subdeterminado. As determinações introduzidas por Y preenchem a falta de determinações de X enquanto elemento da relação predicativa.

Em outras palavras, X, caracterizado por determinações em aberto, convoca, portanto, uma classe de determinações possíveis, Y sendo um dos elementos da classe capaz de preencher a falta constitutiva de determinações de X. Daí Y conferir uma determinação a um elemento X não determinado ou subdeterminado, tornando-o visível sob um modo de apreensão específico. Isso nos permite figurativizar o esquema da seguinte maneira:



Esse esquema introduz um novo operador Ξ para marcar a convocação de uma classe de determinações. Desse modo, evidencia-se que a relação de X e Y se dá nos dois sentidos: de um lado, X não determinado ou subdeterminado convoca uma classe de determinações possíveis (encontramo-nos aquém da seleção de Y, daí Ξ)⁷, de outro, Y se apresenta como a determinação selecionada que faz com que X se manifeste sob uma ótica particular, a que lhe atribui o próprio Y (daí Ξ).

É importante notar que a não determinação ou subdeterminação de X é um elemento central no esquema operatório constituído, pois é ela que diz como a relação entre X e Y se constrói. Se X não determinado ou subdeterminado solicita determinações, Y é a determinação que confere a X o estatuto pleno de termo atualizado da relação predicativa.

3 POR em seus empregos interposicionais

Resta analisar os usos Q POR P, assim denominados pelo fato de, nestes empregos, POR introduzir como termo conseqüente uma proposição ou seqüência P (*i.e.* POR P) que condiciona a interpretação de Q (proposição que antecede POR P). São exemplos destes usos (13) *Falando POR mim, isso é uma porcaria!*, (14) *É uma gente cheia de vida, POR incrível que possa*

⁷ Os parênteses associados a Y designam essa classe de determinações possíveis da qual Y faz parte.

parecer, (15) *POR mais simples que seja o gesto [...], ele tem a ver com o conjunto*, (16) *E agora, Primo Ribeiro não falou, POR quê?*, (17) *Primo Ribeiro não falou POR estar com a boca cheia de afta*, entre outros. Retomemos cada um desses exemplos para entender de que modo atua o esquema operatório acima proposto.

(13) *Falando POR mim, isso é uma porcaria!*

“Falando por mim” é um marcador discursivo, pois confere um estatuto enunciativo a Q “isso é uma porcaria!”. Nesse exemplo, “Falando por mim” retoma um dito Q e o especifica como sendo o dito de alguém, o que relativiza, por sua vez, o próprio dito: o fato de eu dizer isso não significa que outros vão dizê-lo também. Mais precisamente, tem-se “POR mim”, que confere a “falando”, forma nominal, o sujeito que falta para atribuir um autor ao dito que esta própria forma nominal retoma, no caso Q. Por fim, de um dito concebido como a qualificação de um fato (“isso é uma porcaria”) e cuja origem do dizer resta a ser determinada, passa-se a um enunciado que evidencia o autor do dizer: “mim”.

(14) *É uma gente cheia de vida, POR incrível que possa parecer.*

(14') *É uma gente cheia de vida.*

Em (14'), a proposição Q “É uma gente cheia de vida” é concebida como sendo o caso para o enunciador: Q é, portanto, uma simples asserção. Em (14), P (“por incrível que possa parecer”) não suspende a asserção, mas a coloca como sendo o caso mesmo se se espera o contrário, mesmo se a qualifica de inacreditável. Em outras palavras, em (14), recupera-se, inicialmente, uma não determinação em relação à validação esperada (não é possível saber se Q vai ou não ser validado pelo enunciador) para ser colocado que há, sim, validação, mas especificada como algo não esperado, inacreditável. Y discerne “Q é o caso” (a asserção) como inacreditável.

(15) *POR mais simples que seja o gesto [...], ele tem a ver com o conjunto.*

Observa-se, aqui, funcionamento semelhante ao anterior. De um lado, P (“por mais simples que seja o gesto”) diz que, de início, se está aquém da validação de Q: não se sabe se “um gesto simples” tem ou não a ver com o conjunto; de outro, reafirma-se Q: “ele tem a ver com o conjunto”, embora a especificidade do gesto seja mantida. Em outras palavras, de uma não determinação primeira, passa-se a uma determinação: *POR* discerne o gesto em questão como “simples” sem, por isso, desconsiderar sua pertença ao conjunto considerado.

(16) *E agora, Primo Ribeiro não falou, POR quê?*

Há algo na origem do “não falar de Primo Ribeiro” que não é determinado, fato que pode ser observado na comparação de (16) com “E agora, Primo Ribeiro não falou”, em que se tem uma constatação em relação a algo que se esperava e não aconteceu. *POR* aponta para uma indeterminação e faz com que se percorra a classe de motivos passíveis de explicar o silêncio, materializando esse motivo por meio de “quê”. Assim, “quê” marca uma “varredura” da classe e a indicação de que há algo que motivou o “não falar”. Em suma, com “*POR* quê”, “quê” introduz e aponta para a presença do motivo, que se encontra determinado por sua própria indicação, embora este não seja, no entanto, dito.

Observam-se, aqui, três usos comumente conhecidos por causa discursiva (exemplo 13), concessivo (exemplos 14 e 15) e causal/explicativo (exemplo 16) que podem ser explicados pela relação estabelecida, graças a *POR*, com *Q*. Assim, no uso concessivo, *POR*, em (14) reafirma o dito trazido por *Q* ao mesmo tempo em que o discerne como “inacreditável”, da mesma forma que, em (15), coloca, de um lado, a pertença do gesto ao conjunto, de outro, sua especificidade ao discerni-lo como “simples”; no de causa discursiva (exemplo 13), é o estatuto enunciativo de *Q* que está em jogo, uma vez que se confere um autor a asserção que faz com que esta seja igualmente discernida; no causal/explicativo (exemplo 16), qualquer que seja o motivo explicitado, mais do que se determinar uma causa ou uma explicação à proposição *Q*, o que se tem é uma tomada de posição, por parte do locutor, no que diz respeito às proposições postas em relação. Assim, um exemplo como (17) *Primo Ribeiro não falou POR estar com a boca cheia de afta*, em que o motivo está visível, mostra, sobretudo, que o locutor, ao estabelecer vínculos entre fatos distintos quanto o de “não falar” e o de “estar com a boca cheia de afta”, recupera, para “estar com a boca cheia de aftas”, representações que sustentam o “não falar” (“estar com a boca cheia de aftas” evoca dificuldades de articulação, por exemplo). Por fim, o “não falar” é apreendido sob a ótica do “estar com a boca cheia de aftas”, o que mostra ainda que, longe de ser entendido como esconder um segredo, este se aproxima de “não proferir nada”.

Quanto ao esquema operatório acima mencionado, vê-se que este guarda sua identidade, pois *POR* continua a recuperar uma dada determinação capaz de fazer com que *X* (no caso, *Q*) venha a se manifestar sob uma ótica particular que lhe é atribuída por meio da preposição.

4 Um aspecto da deformabilidade semântica de POR

Retomemos, uma vez mais, um exemplo de natureza intraproposicional para tratar de uma questão ainda não mencionada: a da deformabilidade semântica de POR.

Como vimos, na medida em que os termos X e Y são *a priori* distintos, reformula-se a alteridade primeira existente entre eles como uma relação. Essa relação, no entanto, leva ainda em conta o tipo de determinação introduzida por Y, o que dá origem a um aspecto da deformabilidade semântica de POR, já que a determinação pode ser: (A) qualitativa (QLT), *i.e.* a própria realidade de X enquanto elemento da relação predicativa é qualificada por Y (X é um suporte de Y); (B) quantitativa (QNT), em que Y apenas localiza X; ou (C) qualitativa e quantitativa (QLT/QNT), em que Y localiza X e requalifica o estatuto de X. Essa deformabilidade é evidenciada quando, para uma sequência, várias contextualizações são possíveis, caso de (18) *Votei PELO Senhor*, em que Y confere uma determinação à escolha, mas, ao fazê-lo, apreende a relação instituída entre o “eu/votar” de modos distintos, como mostram as contextualizações abaixo:

(A) *EU* é porta-voz de *o Senhor* (Y). *EU* vota, seu nome consta no ato de votação, mas o voto representa o de outra pessoa. Se houve ato de votar, *EU* (que votou) efetivou a escolha de outro (*o Senhor*) e não a sua. Daí a apreensão de *EU* como um simples porta-voz: sua escolha não se faz presente. A determinação é qualitativa porque Y faz de *EU* um suporte para que o votar se manifeste. O ato de votar não é capaz de apreender quem vota como um verdadeiro “eleitor”.

(B) *EU* vota sob o nome de outro: o nome que consta no ato de votação é o de outro, sendo que ora *EU* exerce a sua escolha sob o nome de outro, ora diz a escolha feita por outro. Se *EU* não é apreendido como porta-voz, é porque sua escolha é efetivada (ainda que por meio do nome de outro) ou porque a escolha de outro aparece sob o nome do outro mediada por mim. A determinação introduzida é quantitativa por haver mera localização do ato de votar, o nome que consta no ato votação impedindo que *EU* seja visto, uma vez mais, como “eleitor”.

(C) Houve uma escolha feita por *EU*, e “o Senhor” diz quem foi o escolhido e condiciona o fato de ter havido escolha. “o Senhor” localiza, portanto, o ato de votar, faz de *EU* um eleitor e, ainda, constrói um engajamento por parte daquele que vota no voto exercido. “Eu votei pelo Senhor”, nessa contextualização, diz que “eu me engajei nessa escolha, eu sou responsável pela

escolha feita”. Há localização do ato de votar e uma completa requalificação do estatuto do “eu que vota”, o que explica a determinação qualitativa e quantitativa introduzidas por Y.

Vale dizer que (A) e (B) apresentam um custo enunciativo significativo, não sendo facilmente observados. Em ambos, “Eu votei pelo Senhor” aproxima-se de “Eu votei em seu lugar”, com a diferença de que Y apreende a relação entre *EU/VOTAR* sob uma ótica específica: em (A), o meu voto, em que consta meu nome, diz o voto de outro, como se *EU* tivesse “vendido” o voto; em (B), o meu voto nunca é meu por se fazer por meio de outro nome (e pouco importa se o voto exercido dá a ver a minha escolha ou a escolha de outro: é sempre evidenciado o nome de outro). Por fim, se em (C), alguém vota e é responsável pelo voto exercido, em (A) e (B) o sujeito não é mais apreendido como eleitor: em A, torna-se porta-voz de outro, sendo privado de agentividade; em (B), é privado de legitimidade, pois seu ato aparece sob o nome de outro.

Conclusão

Se a preposição é concebida como um *relator* R que relaciona X e Y, percebe-se, em análises que levam em conta a especificidade de cada exemplo, que o peso conferido à semântica da preposição e ao modo como X e Y são determinados requalificam o próprio estatuto do que significa “ser um relator”. O estudo sistemático de diferentes usos, embora longe de ser exaustivo por não caber, por ora, uma descrição dessa natureza, mostrou, contudo, que a preposição POR pode ser objeto de uma análise unificada e, ademais, que conserva o seu semantismo característico – sua identidade semântica – em todos os empregos, inclusive nos conhecidos por “funcionais”, em que se costuma apreendê-la como “dessemantizada”. Como observam Franckel e Paillard (2007), a análise, por fim, ultrapassa a própria descrição da semântica da preposição, pois tem consequências para um conjunto de aspectos oriundos da sintaxe, o que acaba igualmente por abordá-la sob outro viés.

Referências bibliográficas

DE VOGÜÉ, S., FRANCKEL, J.-J., PAILLARD, D. *Linguagem e enunciação: representação, referenciação e regulação*. São Paulo: Contexto, 2011.

FRANCKEL, J.-J., PAILLARD, D. *Grammaire des prépositions*. Tome 1. Paris: Ophrys, 2007.

ILARI, R., NEVES, M. H. M. (Org.) *Gramática do português culto falado no Brasil: classes de palavras e processos de construção*. T. 2, Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2008.

NEVES, M. H. M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

PAILLARD, D. A propos de la préposition *avec*. *LINX*. Paris : Université Paris Ouest (no prelo).

ROMERO, M. Le fonctionnement sémantique de la préposition *por* en portugais brésilien. *Faits de Langues*, Les Cahiers numéro 3. Paris: Ophrys, p. 209-232, 2011.

VILELA, T. R. *Educação léxico-gramatical: fundamentos para práticas reflexivas no trabalho com a preposição POR*. Relatório de Pesquisa IC-FAPESP, projeto 2011/14698-4, 2012.

O CONCEITO DE SUBSTANTIVO EM UMA PERSPECTIVA ENUNCIATIVA

Igor Caixeta Trindade GUIMARÃES*

Introdução

Neste texto, tratamos da classe dos *substantivos*, na tradição gramatical e na linguística moderna. Para isso, fazemos um levantamento de conceitos presentes em algumas gramáticas e, posteriormente, mostramos a relação entre substantivos e a ideia de *referência*. Por fim, utilizamos os pressupostos teóricos da Semântica da Enunciação para discutirmos as bases de uma nova abordagem para a classe em questão, com base nas noções de *acontecimento*, *encapsulamento*, *objeto temático*.

1 Problematizando o conceito de *substantivo*

Benveniste (1988), em estudo sobre a constituição da frase nominal, faz referência à existência dessa construção sintática em um variado número de línguas, tanto nas atuais e mais conhecidas, quanto nas línguas clássicas e minoritárias. O linguista parece sugerir que a expressão nominal, ou o conceito de nome, é algo quase que universal, especialmente quando considerada a oposição entre a classe dos nomes e a classe dos verbos. Antes de tecer considerações sobre a frase nominal propriamente dita, Benveniste conduz uma reflexão a respeito da forma como os estudos tradicionais de linguagem conceituam as duas classes anteriormente citadas, o que nos interessa de perto. Ele afirma que “as definições propostas se restringem em geral a uma das duas que seguem: o verbo indica um *processo*; o nome, um *objeto*; ou ainda: o verbo implica o *tempo*; o nome não implica. [p.164]

Essas definições, segundo o autor, além de serem incompletas, apresentam certos problemas que precisam ser considerados de um ponto de vista semântico. Primeiramente, o linguista considera falha a designação para nomes e verbos como, respectivamente, objetos e processos, uma vez que estas não são categorias do mundo, mas da língua. A língua projeta tais categorias sobre a natureza, como uma forma de interpretação dessa mesma natureza. Um falante nativo estaria sujeito, assim, a interpretar *cavalo* como objeto e *correr* como um

* Mestre em Linguística. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da UFMG.

processo, porque o primeiro é um nome, e o segundo, um verbo.[cf. p. 165]. A definição é paradoxal para Benveniste, pelo fato de ela não prever, com clareza, se uma categoria é substantivo por designar objetos ou se algo é um objeto por ser classificado, na língua, como um substantivo. Dando sequência à análise, ele apresenta alguns dados que ilustram como é fluida a distinção entre verbos e nomes a partir desses critérios apresentados. Vejamos alguns deles: Em Hupa (Oregon): Nañya (= ele desce) → chuva; *nilliñ* (= ele escorre) → riacho; *naxówilloi* (= ele está atado ao redor dele) → cinto. Em zuni, *yätokä* (= sol) → atravessar. O que se observa é que, em muitas línguas, nomes são designados com referência a processos. A noção de *rio*, ilustrativamente, estaria relacionada ao processo de escorrer. O contrário também pode acontecer. Benveniste cita exemplos de substantivos que podem ser conjugados, como *hani.l*, a casa; *hani.pĩ.l*, a casa no passado (era uma casa e não o é mais), o que permite a conclusão, ao menos para a língua em questão, de que a categoria *tempo* não é exclusiva dos verbos.

As descrições linguísticas têm se fundamentado na necessidade de definir, com precisão, os conceitos das classes de palavras e das funções sintáticas. A respeito dos substantivos, grande parte das gramáticas tradicionais apresentam, corriqueiramente, conceitos que mantêm, entre si, uma mesma ideia, a de que substantivos são as palavras que dão nomes aos seres, designando-os. Tal definição possui certo grau de eficiência, mas não deixa de sugerir certa vagueza a propósito da concepção de *ser* e do processo de designação. A partir de uma pesquisa em gramáticas da língua portuguesa ou em textos relacionados, encontramos certos conceitos que, não obstante serem também vagos, apresentam informações importantes a respeito da classe dos substantivos. Listaremos algumas delas.

Conforme já adiantamos, encontramos: “Substantivo é a palavra com que designamos ou nomeamos os seres em geral” (CUNHA, 1975, p. 187). Essa concepção remonta à visão clássica dos gregos, como explicita Neves (2004, p. 51): “Por definição, o nome é imagem e, como tal, não deve nem pode assemelhar-se totalmente à coisa, pois assim seria seu duplo, não sua imagem, e não se distinguiria dela”. Tais proposições afiliam-se à visão de que a língua reflete o mundo, ainda que de forma incompleta e não totalmente semelhante. A classe dos substantivos se prestaria, assim, a denotar as coisas que existem. Essa definição pode ser eficiente para se referir aos protótipos de substantivos, especialmente os que se deixam perceber facilmente pelos sentidos do homem ou que podem representar algo que se constitua facilmente como um ser. Exemplos: cachorro, Felipe, pedra, água. No entanto, existem substantivos de

percepção menos concreta que escapam à ideia de ser, como *demissão*, *movimento*, *saudade*. Nesse sentido, alguns gramáticos chamam atenção para a classificação dessas palavras como substantivos abstratos. Para além destes, poderíamos pensar em nomes como *inexistência*, *ausência*, *vazio*, que, além de serem abstratos, representam, antes de tudo, a negação de *ser*. Em Amorim & Dias (1999, p.242) encontramos um exemplo que também desafia a ideia de ser, retirado de um texto que narra e comenta uma partida de futebol. Esse texto apresenta a expressão *pênalti não marcado*, sobre a qual Amorim e Dias comentam: “A expressão *não marcado* designa que o pênalti não foi registrado na história enquanto ser, isto é, que o juiz não marcou, uma vez que a autoridade máxima dentro de um campo de futebol é o juiz”.

A dificuldade de classificar os substantivos se deve à amplitude de sua categoria, haja vista o grande número de seus exemplares que existem na língua e de suas subclasses mais frequentes - comuns, próprios, concretos, abstratos, simples, compostos, contáveis, não contáveis, etc. Não é didática e assertiva, por esse motivo, a ligação que se faz entre os *substantivos* e o conceito filosófico de *ser*. A classe das preposições, por exemplo, é mais previsível e limitada, assim como suas propriedades, portanto mais facilmente conceituável. Mas os substantivos, que parecem constituir a classe gramatical mais ampla, em decorrência do processo classificatório da língua, possuem propriedades semânticas mais diversas.

Rocha Lima (1972, p.66), seguindo uma proposta semelhante à de Cunha, aponta que substantivo é a palavra com que designamos os seres em geral, e as qualidades, ações, ou estados, considerados em si mesmos, independentes dos seres com que se relacionam. Aqui vemos uma vagueza acerca da distinção entre *seres em geral* (1) e *qualidades, ações, estados* (2), assim como uma falta de paralelismo de uma grande generalização em (1) para o apontamento de casos mais específicos em (2). Certas palavras como *novo*, *cantar* e *saudável* designam, respectivamente, uma qualidade, uma ação e um estado, porém podem ser analisadas, na sequência, como adjetivo, verbo e adjetivo. Não sabemos responder se são consideradas em si mesmas (?); parece confusa essa ressalva. Outro questionamento: em que medida se dá a independência dos seres com que se relacionam? Não é dado pelo autor um contexto que possa fundamentar tal asserção.

Bechara (1999, p. 112), fazendo uma alusão lógica e valendo-se de critério mais intuitivo, preconiza:

Substantivo é a classe de lexema que se caracteriza por significar o que convencionalmente chamamos objetos substantivos, isto é, em primeiro lugar, substâncias (homem, casa, livro) e, em segundo lugar, quaisquer outros objetos

mentalmente apreendidos como substâncias, quais sejam qualidades (brancura, bondade), estados (saúde, doença), processos (chegada, entrega, aceitação).

Vemos, aqui, uma inovação a respeito da apreensão mental de objetos tomados como substância, o que, no entanto, poderia ser explicado com maior precisão. Apreender algo como substância talvez sugira uma estabilidade de associações; no caso dos nomes, noções mais fixas de significação, a se considerar que os nomes podem conter um potencial de referência.

Castilho (2010, p. 455), em gramática recentemente publicada, também faz alusão à etimologia de *substantivo* e explicita “que a classe significa, literalmente, ‘o que está embaixo, na base’”. Com esse termo, os gramáticos da antiguidade propunham que os substantivos são o fundamento do texto, pois não se pode, ao menos em princípio, construir um texto sem que se utilize tal classe. Dessa explicação, depreende-se um critério discursivo para a delimitação dos substantivos, que se distancia daquele primeiro critério, apontado anteriormente, de vinculação com o conceito de ser.

Discursivamente, essa ideia apresentada por Castilho nos leva a vislumbrar que a categoria representaria, pois, um ponto de partida para o dizer, perspectiva que interessa à Semântica da Enunciação. Nessa mesma linha de raciocínio, uma gramática de língua espanhola (Bosque & Demonte *et alii*, 2003, p. 80), em seção dedicada ao estudo dos nomes, insere uma reflexão sobre os substantivos comuns e próprios, associando, para os primeiros, a ideia de que se trata da categoria gramatical que expressa o pertencimento das coisas a alguma classe e, para os segundos, a identificação de uma coisa entre os demais elementos de sua classe. Feita essa associação, a reflexão prossegue e apresenta a seguinte inferência: “as coisas possuem nomes precisamente porque estabelecemos uma relação predicativa sobre elas [...]”.

Parece vaga essa noção de pertencimento a uma classe, uma vez que não se aplica, por exemplo, a grande parte dos substantivos de estado ou ação, como caos, mudança, caminhada. Vislumbramos, porém, uma aproximação entre *relação predicativa* e *ser o fundamento do texto*, conforme apresenta Castilho. Voltaremos a explorar esse ponto mais adiante.

Mira Mateus *et alii*, (2003, p. 210), ao discutirem o estatuto dos nomes — substantivos — acrescentam uma introdução ao estudo da referência, conceito desenvolvido inicialmente por Frege, entre os séculos XIX e XX. Apresentam a seguinte definição: “os nomes são categorias linguísticas caracterizáveis semanticamente por terem um **potencial de referência**, isto é, por serem utilizados numa situação concreta de comunicação, com uma função designatória ou de nomeação.” (grifo dos autores). Entendemos que esse conceito apresenta uma grande contribuição aos estudos linguísticos, uma vez que, além do fato de a ideia de

referência não ter sido desenvolvida, da forma como podemos entendê-la hoje, pela tradição gramatical, ela representa uma particularidade semântica central dos substantivos.

Trabalhos mais recentes também procuram incluir o estudo dos substantivos dentro do conceito de referência, entre eles o de Perini (1996) e o de Castilho (2010), citado anteriormente. Na seção seguinte, exploraremos o que se entende por referência, com base nos pressupostos da Semântica da Enunciação, e proporemos mais adiante um conceito para os substantivos, explorando as noções de *acontecimento* e *memória*.

2 O estatuto semântico da referência

Os estudos em Semântica tomam a teoria da referência como um importante ponto de reflexão acerca da relação entre linguagem e mundo, o que é de interesse não só da Linguística, de forma geral, mas também da Filosofia. É notável, por exemplo, como apontamos anteriormente, a vinculação da ideia de *ser* com a tentativa de conceituação do substantivo, desde tempos remotos, a princípio com Aristóteles e outros filósofos.

A referência, tal como se entende tradicionalmente, designa o conceito mediador entre uma palavra ou expressão linguística e um objeto ou estado-de-coisas do mundo exterior, chamado de *referente*. Segundo Lyons (1980, p. 145), o termo *referência* tem a ver com a relação existente entre uma expressão e aquilo que essa expressão designa ou representa em ocasiões particulares da sua enunciação. Se dissermos, por exemplo: *Árvores são verdes*, temos o elemento *árvores* como referente, ou seja, trata-se de um objeto do mundo (ou de um mundo possível) que possui características peculiares, e a relação entre esse objeto e a língua é mediada pela referência. Falar de referência parece implicar, de certa forma, pressupor a noção de existência, como indica Lyons:

o locutor pode, em certas ocasiões, falar de coisas de cuja existência (em qualquer sentido de existência) não está certo. O máximo que porventura se pode dizer é que o locutor, ao usar uma expressão referencial singular definida, se vincula, pelo menos temporária e provisoriamente, à crença na existência de um referente que satisfaz a sua descrição, e convida o auditor a fazer o mesmo.

(LYONS, 1980, p. 152)

Essa concepção de existência pode ser concomitante à referência produzida pela linguagem, mas não é uma condição, como mostraremos a seguir. Nem todo ato de linguagem apoia-se em um referente previamente dado. *Está chovendo* seria uma possibilidade de asserção cujos elementos não são encontrados no mundo — embora aconteçam nele como fenômeno. Se,

diferentemente, fosse empregada a palavra *chuva*, aí sim haveria a identificação de um referente, como apreensão estática denominativa. Raciocínio semelhante pode ser aplicado a uma sentença como *A guerra durou dez anos*, em que não se fala propriamente de algo do mundo concreto (guerra), mas de um estado-de coisas que esse termo evoca.

É importante a observação de que essa proposta de análise se baseia em duas concepções básicas: 1) a de que o mundo exterior é algo distinto e independente da linguagem; 2) a de que os referentes inseridos em descrições devem satisfazer a condições de verdade para serem considerados como corretos. Apresentaremos, agora, argumentos que nos permitirão fazer algumas ressalvas a essas duas concepções. As diferenças classificatórias presentes nas línguas podem ilustrar, em certa medida, como a realidade do mundo não é exatamente estanque, isto é, independente da realidade da linguagem. A linguagem é, antes de tudo, uma perspectiva de leitura do mundo, de tal forma que suas formas são criadas em conformidade com percepções peculiares de uma suposta realidade objetiva — que, por sua vez, é imperceptível senão por meio da linguagem.

Um exemplo curioso diz respeito ao modo como os idiomas registram as cores do espectro da luz visível. Em Português, verde e azul são cores distintas, mas outros idiomas, segundo consta, as consideram tons de uma mesma cor. A cor branca, particularmente, é aceita em Português em tonalidades variáveis; para uma comunidade de esquimós, todavia, cada tonalidade recebe uma designação especial, o que indica que as noções vinculadas às palavras são construídas historicamente, algumas mais gerais, outras mais específicas, variando de língua para língua. Elas também se alteram com o tempo.

A ideia de “mundo exterior” não é, pois, substancialmente independente da linguagem. Se fosse independente, os fenômenos do mundo deveriam refletir-se igualmente em todas as línguas. Mas, em vista do exposto, as coletividades de indivíduos possuem realidades culturais que as fazem criar uma percepção particularizada do mundo. Nesse sentido, a linguagem procura sustentar efeitos de exterioridade, até porque ela procura referenciar o mundo, contudo essa exterioridade não pode ser fundamentalmente objetiva e desvinculada.

A esse respeito, Ducrot (1984, p. 419) esclarece:

Qualquer enunciado, seja de que tipo for, trata (ou melhor, pretende tratar) de um universo diferente daquilo que se declara pensar ou desejar acerca dele. Digamos, a palavra não se apresenta, não se pode apresentar, como criadora. Pelo contrário, exige ser posta em confronto com um mundo que possua realidade própria (mundo este e realidade esta que podem ser muito diferentes daquilo que se chama ‘o mundo’ ou ‘a realidade’) (...). O referente de um discurso não é, assim, como por

vezes se diz, ‘a realidade’ mas sim a sua ‘realidade’, isto é, o que o discurso escolhe ou institui como realidade.

O autor acrescenta uma explicação sobre enunciados ficcionais — que, por definição, não têm um vínculo com o mundo objetivo — e afirma que estes também se sustentam em um efeito de realidade pressuposta. A ficção, comumente estudada na literatura, é um processo que faz parte da língua como um todo, a se considerar que os discursos fazem parte da natureza criativa da linguagem. A linguagem, por sua vez, não estabelece com o mundo condições de verdade. Evidência disso são os discursos criados acerca de um mesmo item lexical. Se pensarmos, por exemplo, nas múltiplas construções referenciais feitas em torno da pessoa de Jesus Cristo, veremos que, para os cristãos, Jesus é Deus que se fez carne; para os judeus, essa perspectiva é negada, e Jesus não é considerado o Messias prometido; para os muçulmanos, diferentemente, Jesus foi um bom profeta, no entanto inferior a Maomé. Esse exemplo mostra como um mesmo referente é instável nos discursos que o tomam como objeto, o que nos leva a considerar que a constituição da referência depende diretamente das condições de enunciação em que é produzida, e não exatamente da ligação com o mundo. De acordo com a Semântica da Enunciação, a língua é um produto de natureza sócio-histórica, e os fenômenos de linguagem devem ser explicados com base na consideração de que a sociedade produz demandas diversas de significação que se refletem na língua, demandas estas sujeitas a se alterarem no decorrer do tempo. Nessa mesma direção, Guimarães (1996, p. 22) postula: “a enunciação é o lugar de funcionamento movimentado pelo interdiscurso, pela memória do dizer. A língua aparece, assim, exposta ao interdiscurso, isto é, a língua está exposta a uma memória dizível”. Podemos dizer, então, que as formas da língua são o que são pela história de suas enunciações. A referência surge como produto da designação da língua, decorrente da relação de determinação entre os elementos linguísticos. É, assim, posterior à articulação dos sentidos das palavras. A perspectiva enunciativa se encontra bem caracterizada neste trecho:

a referência se constitui na relação entre a atualidade do dizer, na qual se estabelecem as articulações e se representam o enunciadores, e o domínio histórico desse dizer, que é resgatado pelos recortes na rede interdiscursiva realizados por um locutor a partir de seu lugar sócio-histórico. (DIAS & LACERDA, 2013, p. 370).

Toda essa reflexão que fizemos sobre a teoria da referência contribui para o entendimento do conceito de substantivo, pelo fato de que possuir referência é uma propriedade particular dessa classe. Dias (2014, p. 287-288) retoma esse tema e afirma que a construção do

referente está associada diretamente à atividade linguística, e não propriamente à apreensão de um elemento do mundo. A construção da exterioridade pela língua, como um efeito, conforme apontamos anteriormente, categoriza referentes por meio do acontecimento enunciativo.

Enunciar significa pôr em funcionamento um interdiscurso, que é ativado pela memória. Na língua portuguesa, é a classe dos substantivos que opera nessa função de trazer para a enunciação os referentes interpretados na memória. Por exemplo:

(1) saiu; ainda; que; com; pois; forte; os; dois

são palavras que não mantêm vínculo com o mundo criado pela enunciação, uma vez que não são predicáveis, ou seja, não são capazes de abandonar um estado latente de memória para se atualizarem num ato de linguagem, a não ser em uso metalinguístico. Itens como os que citamos em (1) só poderiam ser predicáveis enquanto elementos da língua, como em: a palavra *saiu* é um verbo conjugado; *que* é uma palavra de muitos valores sintáticos. Nesses casos, as palavras não estão sendo usadas, mas mencionadas, como bem sinaliza o emprego de itálico ou de aspas.

A sentença a seguir é um exemplo de construção em que um dado lugar sintático é ocupado por palavra de valor referencial, pelo fato de que um ato enunciativo exige um referente, que designa um elemento de relevância histórica. Pelo que percebemos, o item lexical que ocupa o lugar sintático do substantivo deve ter função nominal:

(2) (?) Pensei em fazer uma reflexão sobre _____
saiu.
ainda.
que.
com.
pois.
forte.
os.
dois.

Façamos um contraste com esta construção:

(3) Pensei em fazer uma reflexão sobre _____

angústia.
paixão.
força.
pessoa.
pedra.
divulgação.
caos.
inexistência.

O item lexical que preenche a lacuna deve conter um centro de referência, ainda que este centro necessite ser especificado por outras palavras determinantes, que produzem um recorte referencial mais bem definido:

a **angústia** diante da morte
a intensa **paixão** de Marcos por Carla
força animal
pessoa que chegou aqui ontem
pedra usada na construção da cabana
divulgação da notícia pelo jornal
misterioso caos do universo
inexistência de fantasmas

É notável que, das categorias lexicais — substantivo, verbo, adjetivo e advérbio —, é o nome que pode ser tema de uma enunciação, segundo o teste anteriormente realizado.

<u>música</u>	musicalmente	musicou	musicado
apressou	<u>pressa</u>	apressado	apressadamente
amoroso	amou	amavelmente	<u>amor</u>
aceleradamente	acelerou	<u>aceleração</u>	acelerável

3 Delimitando a classe dos substantivos

A linguística vem tentando esclarecer mais um ponto confuso da gramática, relativamente à distinção entre classes e funções. Para isso, determina dois parâmetros de análise: o paradigmático e o sintagmático, parâmetros aos quais pertencem, respectivamente, as classes e as funções. As classes são dadas por generalizações feitas sobre um item lexical, de tal modo que este, em estado de dicionário, possui um feixe de traços capazes de distingui-lo de outro item lexical. Perini et *alii* (1998, p. 6), em estudo sobre o sintagma nominal, afirmam:

“o estabelecimento de classes é essencial para a formulação de generalizações, e portanto para a elaboração da análise. E, por outro lado, as classes só fazem sentido dentro de uma análise”.

Vemos, diante disso, que as classes se distinguem das funções pelo efeito da generalização, mas, ao mesmo tempo, subordinam-se a elas pelos usos da língua; aliás, é verdadeiramente no uso que as categorias linguísticas se colocam de forma efetiva. Pensar em um substantivo, dessa forma, é, antes de tudo, vislumbrar um conjunto de expressões em que ele se mostre como tal.

Perini aborda a proximidade categorial entre itens substantivos e itens adjetivos, haja vista podermos elencar uma série de termos que, nos enunciados, podem ter função *referencial* ou *qualificativa*, na perspectiva do autor. Assim, itens como “amigo”, “doce”, “mau”, além de muitos outros, têm comportamento ambíguo:

- (6) Comprei um **doce** na confeitaria. (função referencial)
- (7) Diabéticos devem evitar alimentos **doces**. (função qualificadora)
- (8) Maria é uma pessoa **amiga**. (função qualificadora)
- (9) Minha melhor **amiga** se mudou da cidade. (função referencial)
- (10) O homem **mau** merece castigo. (função qualificadora)
- (11) Os **maus** são egoístas por natureza. (função referencial)

Há palavras que têm potencial de três ou mais classes:

- (12) Não fale **alto**. (função adverbial)
- (13) Moro em um edifício **alto**. (função qualificadora)
- (14) O **alto** daquela serra é inacessível. (função referencial)

A constituição das classes é um fato complexo. Questionamos, por exemplo, se é correto afirmar que a palavra *que*, pertence a alguma classe, diante de tantas possibilidades (= funções) que pode assumir.

Temos de considerar, de fato, que um grande número de itens lexicais se comportam como substantivos ou adjetivos, mas não todos, em princípio. É incomum, por exemplo, pensar “copo” como adjetivo ou “tranquilo” como substantivo, em razão da dificuldade de encontramos sentenças que configurem tal uso. A distinção entre classes e funções é relevante, e o trabalho de Perini procura apontar diretrizes a esse respeito, ainda que rodeadas de problemas. Apesar da dificuldade de se delimitar uma classe de palavra de forma mais estável, haja vista a inconsistência de se atribuir a um mesmo item três ou mais classes distintas, a partir do uso, partimos do pressuposto de que uma dada classe se constitua de paradigmas

gerais e de propriedades morfológicas específicas. Em trabalho futuro, procuraremos investigar, mais detalhadamente, a oposição classe/função.

De toda forma, adotamos, para o momento, a ideia segundo a qual as classes devem ser entendidas no sentido de representarem potenciais de uso, o que se apreende pelas enunciações das quais as palavras participam. Nas sentenças a seguir, constatamos que, por meio de um processo conhecido como nominalização, palavras que têm certos potenciais de uso assumem função nominal:

(15) Correr faz bem à saúde

(16) O amanhã é inapreensível.

(17) “Com” pode sugerir ideia de companhia.

Correr, nesse caso, não é usado como verbo, mas como um nome. Não é à toa que a gramática tradicional reconheça, aí, um tipo de oração chamada de *substantiva*, o que significa que essa oração exerce a função que um substantivo exerceria em seu lugar. No caso de *amanhã*, o uso de artigo faz parte de um processo de substantivação desse advérbio, que não está indicando uma circunstância de tempo, mas passa a sugerir o sentido de *futuro*, como em seu equivalente nominal: o futuro é inapreensível. Na terceira sentença, a palavra entre aspas não está sendo usada, mas mencionada, como o nome de uma preposição: a preposição *com* pode sugerir ideia de companhia.

Essa propriedade de mudança de classe, isto é, a possibilidade de qualquer palavra poder ser usada como nome não vale para outras categorias, de modo geral. Não se encontra, por exemplo, uma preposição ou um artigo que sejam tomados por adjetivos ou verbos. Mas, com relação ao nome, essa especificidade se mostra. Podemos, em tese, tomar quaisquer classes de palavras, ou até mesmo expressões inteiras, como nomes.

Segundo Bagno (2011, p. 664), a palavra grega *hypokeimai*, quando traduzida para o português, pode significar ora “substância”, ora “sujeito”. O autor também analisa a etimologia destas duas últimas palavras e aponta semelhanças: a primeira com o significado “aquilo que está por baixo”, e a segunda, “aquilo que subjaz”. Muitas das gramáticas brasileiras conceituam “sujeito” como *o ser sobre o qual se faz uma declaração*, equívoco que se nota na possibilidade de analisarmos outro termo da oração como aquele de quem se fala. Exemplo: “Vi Maria”. *Maria* é tema da predicação, mas não é sujeito. A propósito dessa aproximação entre “sujeito e “substância”, surge uma reflexão que pode auxiliar na compreensão da categoria morfológica que estamos analisando neste artigo: subjacente ao processo de nomeação das coisas que existem, o que identifica a classe dos nomes (substantivos), há um processo enunciativo

primordial, qual seja a necessidade de falarmos das coisas, isto é, nomeamos as coisas em vista da necessidade de falarmos delas. Diante de tais considerações e mesmo das perspectivas encontradas nos estudos que citamos, é procedente considerar que a classe dos substantivos se conceitua por um potencial temático. Dessa forma, substantivo é a palavra que, do ponto de vista paradigmático, é um objeto temático, da ordem do enunciável.

Tal conceito se fundamenta em estudos clássicos, o que pode ser encontrado em Foucault (2010 [1981]), que faz uma reflexão sobre a gramática de Port-Royal e, baseando-se em Condillac, considera que

o verbo afirma, isto é, indica que o discurso, onde essa palavra é empregada, é o discurso de um homem que não somente concebe os nomes, mas os julga. Há proposição — e discurso — quando se afirma entre duas coisas um liame de atribuição, quando se diz que isto é aquilo. (FOUCAULT, 2010, p. 131)

Nesse sentido, os nomes (substantivos) são atualizados nos discursos de que fazem parte, por meio dos acontecimentos enunciativos. Vejamos como um substantivo, *homem*, se atualiza de forma diferente em cada uma destas proposições:

- a. O *homem* / não vive só de pão.
- b. *Homem* / tenta roubar cabos de energia em SP e morre eletrocutado.
- c. O *homem* / procura um princípio em nome do qual possa desprezar o homem.
- d. O *homem* / se humaniza pelo trabalho.
- e. *Homem* / também chora.
- f. *Homem* / cai no rio Arrudas e é socorrido.
- g. *Homem* / dança cinco dias para quebrar recorde.

A propósito da ideia de *acontecimento*, é importante ponderar que falar de *acontecimento* envolve, ao mesmo tempo, falar da linguagem e do mundo e, acima de tudo, das relações entre ambos. Sobre a relevância da distinção ou da semelhança entre os dois tipos de acontecimentos, aqueles que se dizem acontecimentos do mundo aparecem quando é feita a dicotomia *linguagem e mundo*. Ocorre que temos o discurso como intermediário nessa relação, o que sinaliza o conseqüente imbricamento desses dois domínios. Isso quer dizer que, quando temos um acontecimento de linguagem, isto é, quando enunciamos, já houve uma discursivização do mundo; portanto, não acessamos o mundo diretamente, mas através dos discursos que se cruzam e se solidificam em direções reiteradas. Guimarães (2002, p. 11) considera que “algo é acontecimento enquanto diferença na sua própria ordem”. Essa possibilidade de diferença situa duas instâncias enunciativas interdependentes: a da memória e a da atualidade. A memória tem relação com a virtualidade das formas linguísticas, já

enunciadas, ao passo que a atualidade produz direcionamentos de significação. As palavras, de modo geral, significam e estão sujeitas a adquirirem novos significados. Mas os substantivos são as palavras que essencialmente passam do virtual ao atual em cada enunciação, por adquirirem função designativa distinta, por meio da delimitação referencial — *o homem da casa de cima, o homem que chegou aqui agora, o homem sem perspectiva de futuro* — ou por serem tematizados distintamente: *Pedro saiu, Pedro foi aprovado em primeiro lugar, Pedro não dorme*. O mesmo não se aplica às demais classes de palavras, que de fato podem mudar de significado, porém elas não são afetadas a cada enunciação; *em papel vermelho, carro vermelho, lápis vermelho*, não tratamos ontologicamente de vermelhidão, assim como não tratamos da constituição do verbo, em proposições do tipo *saiu com pressa, saiu desesperadamente, saiu sem destino*. Isso se explica pelo fato de que tais palavras não são tematizadas; pelo contrário, são empregadas em função da atualização dos nomes. O potencial temático dos substantivos se prende, pois, à sua possibilidade de atualização no acontecimento enunciativo.

4 O encapsulamento

Como objeto temático do discurso, o nome produz recortes de referência. Mondada e Dubois (2003) afirmam que a discretização do mundo em categorias não é dada absolutamente *a priori*, mas varia segundo as atividades cognitivas dos sujeitos que operam com elas. Essa abordagem, cognitivista, procura descrever a referenciação na linguagem, distanciando-se da perspectiva que se prende aos valores de verdade do mundo. Prosseguem os autores:

ao nível elementar da segmentação do mundo em categorias, os objetos não são dados segundo as propriedades intrínsecas do mundo⁴, mas construídos através dos processos cognitivos dos sujeitos aplicados ao mundo concebido como um fluxo contínuo de estímulos. (MONDADA & DUBOIS, 2003, p. 34-35)

Concordarmos com os autores quanto ao fato de que as categorias não são propriedades do mundo, mas são construídas pelos sujeitos. Diríamos, porém, que não é o mundo que estimula os sujeitos, e estes, com sua cognição, passam a categorizá-lo. Vislumbramos como foco as práticas sociais. Estas representam um olhar fundamentado historicamente sobre o mundo. Os locutores, aqueles que põem a língua em funcionamento, produzem estímulos de significação por meio de suas práticas sociais. A cognição participa desse processo,

respondendo pelas atividades de processamento da linguagem e do pensamento. Não é, porém, motivadora dos acontecimentos. É, antes, um instrumento.

Os acontecimentos de linguagem, definição própria da enunciação, mobilizam relações entre as palavras e as coisas como temas de enunciações anteriores. Como tais, estão sujeitos a se repetirem e, portanto, a se atualizarem. Nesse sentido, os nomes, em razão de seu potencial temático, categorizam esses acontecimentos, por meio de um processo que chamamos de *encapsulamento*. A título de ilustração, vejamos uma ocorrência típica de encapsulamento:

(18) O presidente eleito decidiu indicar pessoas de sua confiança para as posições-chave do governo. A **decisão** terá implicações complexas.

O nome *decisão* recupera o fato descrito na primeira oração, pela necessidade de se falar desse fato. É um exemplo de nominalização. O conceito de encapsulamento sugere um processo de “condensamento de informação”. Um acontecimento é designado por um item lexical, como o do enunciado em (18). Isso quer dizer que a palavra resume um determinado conteúdo. O acontecimento expresso no primeiro período é resumido pelo nome *decisão*. Mas vamos um pouco além. Em verdade, palavras e expressões referentes a objetos/fatos são também acontecimentos e têm potencial temático. Vejamos exemplos de acontecimentos, tematizados, expressos pelas expressões entre colchetes:

(19) Todos esperamos uma coisa: [*que você volte logo para casa*].

(20) [*Financiar um veículo*] implica altas taxas de juros, sobretudo no Brasil.

(21) [*O fato de uma lente ser convergente ou divergente*] depende de sua forma.

(22) [*Fumar*] mata aos poucos.

Tais expressões são empregadas como nomes, isto é, como objetos temáticos. Exemplo: *Que você volte para casa é o que esperamos / Sua volta para casa é esperada por nós*. Certos acontecimentos, ao se repetirem nas enunciações, passam a ser designados, de forma condensada, por uma palavra, à medida que adquirem pertinência histórica. Temos, assim, a construção de um nome. O nome (substantivo) encapsula acontecimentos. Dado o enunciado

(23) José deu gritos e pulos de alegria ao saber que ganhou na loteria

identificamos um acontecimento: dar gritos e pulos de alegria. Por ter pertinência histórica, ou seja, por representar uma prática social, esse tipo de acontecimento pode ser encapsulado por uma palavra, por exemplo, *catarse*. “Catarse” designa alguma reação

dramática associada a fortes emoções. A repetição do acontecimento na enunciação é, assim, importante para que ele ganhe relevância histórica. Se tivéssemos, ficticiamente, a situação

(24) José sentou-se no chão, abriu os braços e olhou para o céu ao saber que ganhou na loteria.

poderíamos dizer que se trata de uma *dicinécia*. Mas esse acontecimento não adquiriu pertinência histórica, nem ao menos se repetindo, e deixa de ser, portanto, encapsulado. Não é à toa que a palavra *dicinécia* não existe na memória da língua portuguesa, tendo sido criada apenas a título de ilustração. Analisemos em que medida acontecimentos constituem nomes:

CADEIRA:

Móvel que serve de assento para uma só pessoa, com encosto e quatro pernas, às vezes com braços.

Acontecimento:

Construir um móvel, para servir de assento para uma só pessoa, que possua encosto e quatro pernas.

GREVE: Cessaçã voluntária e coletiva do trabalho, decidida por assalariados para obtenção de benefícios materiais e/ou sociais, ou para garantir as conquistas adquiridas e ameaçadas de supressão. Por extensão de sentido: cessaçã temporária e coletiva de quaisquer atividades, remuneradas ou não, em protesto contra determinado ato ou situaçã.

Acontecimento:

Cessar voluntária e coletivamente o trabalho, por decisã dos assalariados, visando-se à obtenção de benefícios materiais.

O substantivo evidencia um recorte referencial do mundo, por meio da enunciação. Isso significa que dado acontecimento, ao ser enunciado, adquire pertinência. Os objetos concretos se constituem como tais também a partir de acontecimentos potenciais, ou seja, a existência de dado objeto e a necessidade de falar dele pressupõem um acontecimento, materializado na enunciação. A designação do acontecimento, à medida que se reitera, é condensada, ou encapsulada, em um nome, o que permite que a língua sintetize as informações pertinentes ao enunciado. Por exemplo, o nome *cadeira* sintetiza a informação “servir de assento para uma só pessoa”, por uma necessidade comunicativa de economia. Nesse sentido, é ilustrativo, sob uma conotação metafórica, o conceito de Bechara (2000) citado no início do texto, que relaciona a classe dos substantivos à ideia de *substância*.

Conforme atuais desenvolvimentos, feitos por Dias (2015b), de aspectos da teoria enunciativa, o nome pode ser pensado como centro da arquitetura nominal. Essa posição central é decorrente de uma condensação de enunciados que produzem pertinência histórica, por uma série de relações que o nome produz e nas quais ele se constitui. Uma vez que o acontecimento enunciativo se dá num contraste entre as instâncias da memória e da atualidade, o nome é concebido numa rede dinâmica de possibilidades significativas, que instauram um *referencial*. Formulado em consonância com ideias de Foucault, o conceito de referencial, explica Dias, diz respeito “àquilo que é posto em jogo pelo enunciado, isto é, aquilo a que o enunciado se refere contrai uma dependência com aquilo de que se fala”. (DIAS, 2015b, p. 4). Por esse viés, o autor analisa os valores referenciais em torno da expressão *língua brasileira*, ora designada como face da língua portuguesa no Brasil, ora como nova língua que se desenvolveu no Brasil ao longo de sua história. Ambas as perspectivas são, pois, referenciais distintos em que se ancora a designação *língua brasileira*.

Objetivamos apresentar, diante das considerações feitas, um novo olhar para a classe gramatical dos substantivos. Avançando um pouco mais, porém de forma sumária — haja vista que os comentários a seguir ultrapassam os propósitos deste texto, é importante salientar que, para além do centro da arquitetura nominal, a nomeação, podendo ser entendida numa perspectiva mais ampla, constitui-se como *ato*, e não como *resultado*, de modo a se tornar mais complexa do que a materialidade linguística das palavras e de seus determinantes. Ao se inserir num referencial, que estabelece com o enunciado relações semântico-discursivas diversas, o objeto temático da enunciação é mais bem compreendido por meio da designação *formação nominal*, conceito alternativo ao de *sintagma nominal* ou *grupo nominal*. Sobre isso, Dias (2015a) afirma que a construção nominal contrai articulações internas e externas ao enunciado, o que tem a ver, então, tanto com a forma linguística em si, quanto com o processo pelo qual ela se materializa.

Considerações finais

Ao longo deste texto, questionamos a pertinência dos conceitos tradicionais de *substantivo*. Propusemos que, do ponto de vista enunciativo, trata-se de uma categoria que é objeto temático enunciável, noção que se torna mais clara por meio da concepção de *acontecimento*, que tem duas instâncias: a da memória e a da atualidade. O potencial temático é o fundamento da classe; palavras que tradicionalmente pertencem a outras classes adquirem

o estatuto nominal quando tematizadas. A respeito da complexidade da classificação, é necessário, em estudo futuro, investigar melhor a distinção entre classe e função.

Referências

AMORIM, K. V.; DIAS, L. F. Verbos no infinitivo na posição de substantivo: uma abordagem enunciativa. In: *XVII Jornada de Estudos Linguísticos do GELNE*, 2000, Fortaleza (CE). Anais. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1999. v. I. p. 241-244.

BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. São Paulo: Lucerna, 1999.

BENVENISTE, É. *Problemas de Linguística Geral I*. Campinas: Pontes Editores, 1988.

BOSQUE, I.; DEMONTE, V. *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Real Academia Española. Madrid: Espasa, 2004.

CASTILHO, A. T. de. *Nova Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

CUNHA, C. & CINTRA, L. *Nova gramática do Português Contemporâneo*. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

DIAS, L. F. Fundamentos do sujeito gramatical: uma perspectiva da enunciação. In: ZANDWAIS, Ana (org.). *Relações entre Pragmática e Enunciação*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, p. 47-63, 2002.

_____. A sintaxe em novas dimensões. In: TOLDO, C. S. (Org). *Questões de Linguística*. Passo Fundo: UPF Editora, p. 57-69, 2003.

_____. Novas perspectivas no ensino de gramática na escola: o estatuto do exemplo em questão. In: OLIVEIRA, S. E. & SANTOS, F. J. *Mosaico de linguagens*. Campinas: Pontes, p. 43-53, 2006.

_____. Enunciação e gramática: o papel das condições de emprego da língua. *Letras*, Santa Maria, n. 33, p. 51-67, jul./dez. 2006.

_____. Enunciação e regularidade sintática In: *Cadernos de Estudos Linguísticos*. Campinas: n. 50, v. 2, p. 7-30, Jan/Jun 2009.

_____. Os sentidos da liberdade no mundo Wiki in: SCHONS, C.R; CAZARIN, E.A. (orgs.) *Língua, escola e mídia: entrelaçando teorias, conceitos e metodologias*. Passo Fundo: Ed. da UPF, 2011, p. 272-287.

_____. Referente. In: Isabel Cristina Alves da Silva Frade; Maria das Graças Costa Val; Maria das Graças de Castro Bregunci. (Org.). *Glossário Ceale*. Belo Horizonte: Faculdade de Educação da UFMG, 2014, p. 287-288.

_____. Linguagem e nacionalidade no Brasil na primeira metade do século XX. In: *Polifonia*, Cuiabá, v. 22, n. 31, jan-jul 2015. (no prelo)

_____. Enunciar o inteligível. In: MARIANI, B. S.; MOREIRA, C. B. (orgs.) *O indizível, o ininteligível e o imperceptível*. Niterói: UFF, 2015. (no prelo)

DIAS, L.F; LACERDA, P.B.G. A referência nos estudos semânticos. *Cadernos de Letras da UFF*. Niterói, n. 47, p. 357-371, jul-dez 2013.

DUCROT, O. Argumentação e *topoi* argumentativos. In: GUIMARÃES, E. (Org.). *História e sentido na linguagem*. Campinas: Pontes, p. 13-38, 1989.

_____. *Enunciação*. Enciclopédia Einaudi, v. 2. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, p. 368-373, 1984.

FREGE, G. Sobre o sentido e a referência. In: *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Cultrix, cap. 2, p. 59-86, 1978.

FOUCAULT, M. *As Palavras e as Coisas*. 9. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

GUIMARÃES, E. *Semântica do Acontecimento*. Campinas: Pontes Editores, Paulo, 2002.

_____. *A enumeração: funcionamento enunciativo e sentido*. In: Caderno de Estudos Linguísticos. Campinas, 51(1): 49-68, Jan/Jun, 2009.

_____. *Enunciação, língua, memória*. *Revista da ANPOLL*. n. 2, p. 27-33, 1996.

LIMA, R. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. 43. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

LYONS, J. *Semântica – I*. Lisboa: Editorial Presença / Martins Fontes, 1977.

MATEUS, M. *et alli*. *Gramática da Língua Portuguesa*. 7. ed. Lisboa: Caminho Coleção Universitária, 2006.

MONDADA, L.; DUBOIS, L. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referênciação. In: CAVALCANTE, M.M.; RODRIGUES, B.B.; CIULLA, A. (Orgs.). *Referênciação*. São Paulo: Contexto, p.17-52, 2003.

NEVES, M. H. M. *A vertente grega da Gramática Tradicional: uma visão do pensamento grego sobre a linguagem*. 2. ed. revista São Paulo: UNESP, 2004.

PERINI, M. A. *et alli*. *Sobre a Classificação das Palavras*. *Delta*, v.14 n. especial. São Paulo: 1998.

PERINI, M. A. *et alli*. *Revista de Estudos da Linguagem*, Faculdade de Letras da UFMG. Ano 5, nº especial. Belo Horizonte, 1996.

PERINI, M. A. *Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

_____. *Gramática descritiva do português*. 1ª edição. São Paulo: Ática, 1995.

O PRONOME SUJEITO E AS FORMAS IMPERATIVAS

Luiz Francisco DIAS*

Eloisa Elena Resende Ramos da SILVA**

Introdução

Aquilo que se considera externo à linguagem precisa “adquirir pertinência” na enunciação. Essa pertinência daquilo que é o exterior constitutivo da linguagem forma parte daquilo que designamos como acontecimento enunciativo. Na enunciação nós nos situamos frente às diferentes motivações que nos levaram a tomar a palavra, seja na modalidade falada, seja na modalidade escrita. Quando enunciamos, as nossas formulações denunciam os traços de adesão do nosso dizer em relação aos referenciais de significação constituídos socialmente, em determinadas condições históricas.

Neste estudo, vamos analisar enunciados de letras de música, procurando observar os traços de adesão dos compositores, na condição de locutores, aos referenciais que constituem socialmente a mulher na relação com o homem tendo em vista as condições históricas em que as músicas foram gravadas. Procuramos captar mudanças de percepção da mulher nesses enunciados no período de 50 anos, observando índices de novas pertinências na visão masculina, constituindo-se em novos acontecimentos enunciativos relativos ao papel da mulher na relação com a figura masculina.

Para isso, vamos produzir um foco nas formas imperativas utilizadas nas canções analisadas. Nessas formas, invoca-se um interlocutor na forma gramatical da segunda pessoa enunciativa (o “para quem” se dirige a locução). Nas letras musicais, há uma demanda de identificação discursiva da pessoa evocada pelo locutor. Nesse caso, não é exatamente a pessoa x ou y no plano do real, isto é, não é uma referência a um indivíduo no mundo, embora o autor da música pudesse eventualmente ter alguma mulher nos seus sentidos em alocação virtual quando do processo de composição da letra. O que nos interessa é exatamente o perfil feminino que procuramos captar a partir dos referenciais configurados nas construções nominais utilizadas na própria letra das músicas. As construções nominais têm, com isso, um

* Pesquisador do CNPq e Docente Titular da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

** Professora EBTT, D3 02 do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do IFTM, Doutoranda em Linguística pelo Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da UFMG.

compromisso com o campo de emergência de entidades extraído da exterioridade. “Trata-se, portanto, de um recorte enunciativo, porque essas entidades não se encontram discriminadas e delimitadas na natureza.” (DIAS, 2013. p. 4).

As construções nominais em Dias (2011; 2015) têm sido abordadas como formação nominal (FN). Trata-se de uma visão enunciativa do clássico conceito de sintagma nominal ou grupo nominal já amplamente desenvolvido na linguística para tratar as construções nominais. O conceito de FN propõe uma leitura da constituição do sintagma nominal a partir de razões enunciativas. Nessa direção, ele se constitui em centro de articulação temática. Na medida em que constituímos um tema, ou um foco de interesse na enunciação, estamos trazendo a memória de sentidos que se agregam aos nomes. As determinações contraídas pelo nome, constituindo uma unidade sintagmática, apresentam as condições de recebimento dos traços de atualidade advindos da construção da temática na sua relação com a contemporaneidade do dizer. O conceito de *traço* que estamos adotando (PÊCHEUX, 1990) compreende a ideia de um traçado no percurso da memória, isto é, um traçado do acontecimento, do encontro de uma memória com uma atualidade. Trata-se de uma abordagem vertical, considerando-se o processo de produção, e não somente o produto, da maneira como é abordado o sintagma nominal. O termo “formação” indica essa especificidade do conceito.

O nosso campo de análise incidiu em letras de músicas que se destacaram na preferência de público em instrumentos de captação de pedidos de participantes nas chamadas de mídia eletrônica em dois períodos no Brasil: década de 1950 e as décadas iniciais do século XXI. Verificamos nesses períodos a identidade discursiva que se desponta em músicas endereçadas diretamente à mulher ou em músicas que recorrem a um intermediário como meio de alcance do apelo à mulher a partir do funcionamento das FNs agregadas às formas imperativas.

Inicialmente, formularemos as bases teóricas do estudo, discutindo a relação entre regularidade linguística e personalidade no âmbito de uma semântica da enunciação. A seguir, vamos analisar a participação das formas imperativas na constituição do perfil feminino. Após isso, procuramos discutir aspectos da discursividade que dão suporte aos perfis femininos delineados pela análise das formas imperativas.

1 Regularidade linguística e personalidade

Na condição de expressão gramatical da força ilocucionária, o modo imperativo, dedicado a amparar de forma mais específica as formas imperativas, nem sempre se distingue

claramente do modo indicativo e do subjuntivo nessa especificidade. Nesse sentido, Braga (2011, p.56) afirma que a consideração da pessoalidade na relação interlocutiva tornou-se fundamental, frente às mudanças no português brasileiro, com o enfraquecimento na relação entre a forma verbal e o pronome sujeito. Os fatores semântico-pragmáticos, como tipo de relação entre interlocutores, tipos de atos de fala e polaridade se sobrepõem aos aspectos gramaticais nesse período na escolha da forma imperativa. As formas indicativas se prestam às relações de menor cerimônia. Já nos atos de comando, fatores como cordialidade e rudeza interferem no uso das formas imperativas. E a cordialidade, como também os atos de polidez, pedido de desculpas, súplica e traços de humildade são realizados preferencialmente pelo subjuntivo. Por sua vez, no conselho, nas formas de aproximação e intimidade, há um favorecimento do uso indicativo. No entanto, é também pelo indicativo que se expressam os atos de grosseria. (BRAGA, 2011).

Em nossa perspectiva, a constituição da pessoalidade no lugar sintático do sujeito é determinante para a saída do verbo do estado de infinitivo, constituindo-se assim as condições enunciativas para a formação da sentença enquanto unidade sintática. Nessa saída do estado de infinitivo, o verbo adquire as coordenadas enunciativas em consonância com as perspectivas de pessoalidade⁸ constituídas no lugar do sujeito, e assim entra em sintonia com as outras expressões que compõem a sentença. Do ponto de vista de uma semântica da enunciação, os verbos se mobilizam consoante a pessoalidade, saindo do estado de dicionário, adquirindo papel relevante na constituição da sentença (DIAS, 2009). A regularidade nas articulações sintáticas, tendo em vista as formas imperativas, é marcada pela instauração imediata do atributo de pessoa.

A sentença é a face regular da unidade configurada como enunciado. Como tal, ela detém uma geografia de lugares sintáticos nos quais a memória do dizível e uma demanda de atualidade encontram pontos de contato. O enunciado se beneficia dessa relativa estabilidade dos lugares sintáticos. Na perspectiva que estamos desenvolvendo, o olhar sobre a sentença não pode se desvincular do olhar sobre este ponto de contato. (DIAS, 2009, p. 13).

A sentença é afetada pelos modos como a memória do dizível e a construção enunciativa do dizer em um acontecimento atual entram em relação, marcada pela configuração de “percursos temáticos, tornando-se um texto ou sentença pertinente. Isso permite a articulação entre cenas

⁸ As perspetivações de número também são constituídas na relação com o lugar do sujeito, mas na ótica de uma semântica da enunciação a perspetivação de pessoa adquire preponderância.

já construídas na memória e cenas em construção na esfera textual em atualidade de enunciação” (DIAS, 2009, p. 13).

2 Formas imperativas e constituição do perfil feminino

Em nossa perspectiva, a regularidade das formas fornece o suporte necessário para a compreensão do perfil de mulher constituído discursivamente.

Vejam a sequência a seguir, no sentido de observar a perspectiva enunciativa quanto às regularidades na constituição do lugar sintático de sujeito na construção imperativa:

(1)

Se soubesses do bem que eu te quero, o mundo seria, Dindi, tudo, Dindi, lindo Dindi. Ai, Dindi! Se um dia você for embora, me *leva* contigo, *fica*, Dindi! *Olha*, Dindi (Jobim & Oliveira, 1959).

Tomemos como foco as formas imperativas consubstanciadas em *leva*, *fica* e *olha*. A instauração do lugar do sujeito, responsável pela saída do verbo do estado de infinitivo, projeta uma ocupação pelo pronome “tu”, não materializado na sentença. Por sua vez, é a figura feminina de Dindi que recebe a configuração discursiva da segunda pessoa (“tu”). Ela é concebida por receber os apelos do locutor quanto à definição do seu lugar ao lado dela. A mulher se mostra distante na relação pelas marcas da suposição: “se soubesses...”, “se um dia for embora...”. O lugar sintático do sujeito é virtualmente concebido pela segunda pessoa com a virtualidade de uma entidade a ser conquistada, que se mostra a certa distância do locutor.

Essa distância adquire um aspecto mais incisivo no trecho a seguir:

(2)

Vai, minha tristeza, e *diz* a ela que sem ela não pode ser. *Diz*-lhe numa prece que ela regresse, porque eu não posso mais sofrer (Jobim & Moraes, 1958).

Esse também é um extrato de letra musical da década de 1950. Já se apresenta aqui um funcionamento da forma imperativa que se mostra específico desse período: a transversalidade da interlocução. Essa forma de direcionamento demonstra uma ordem de imperatividade transversal cujo interlocutor, *tristeza*, é alegórico. A tristeza, configurada como uma FN de intermediação, abriga o ponto de diretividade do dizer em relação ao qual a mulher é alcançada pela discursividade do papel masculino na música nesse período. O referencial do sentimento do homem é a medida de alcance da mulher.

A FN *tristeza* é um substantivo. Do ponto de vista de uma Semântica da Enunciação, mais do que um recorte de sentimento, a perspectivação que essa formação abriga, no sentido de se constituir como base de alcance na relação com o outro, é elemento central na tese de que uma abordagem das formas linguísticas, considerando-se o papel enunciativo das categorias gramaticais, é determinante numa visão da língua que vai além da sua estruturação formal.

A análise das letras de música dos anos 2000 demonstra, por outro lado, uma regularidade de outra ordem. Observemos os exemplos a seguir:

(3)

Mexe seu corpo, mas *mexe* até se quebrar / *Me deixa* loco quando seu joelho dobra. / *Mexe* seu corpo, mas *mexe* até se quebrar, / então *manobra* seu corpo, *rebola*, mãos à obra. (MC Cabal, 2006)

(4)

Se eu morasse aqui pertinho, *nega*, / todo dia eu vinha te *vê*, / e trazia um par de cheiro, *nega*, / pra derramar em você. *Veste* o teu vestido longo, *nega*, / vamos antes de chover / *Veste* o teu vestido novo, *nega*, / se tirar me dá prazer. (Geraldinho Lins, 2012)

Temos, nestes dois extratos de letras de música recentes, uma diretividade marcante na constituição do imperativo. Fala-se diretamente a ela a partir de um referencial relativo ao corpo. A perspectiva do olhar pelo qual perpassa o perfil feminino constituído nas letras de música da modernidade, marcadamente presente nas músicas de forró e rap, analisadas no nosso *corpus*, indica que a medida de alcance da mulher reside na iminência do próprio alcance dos olhos, das mãos, e dos órgãos sexuais.

As formas imperativas invocam um tu que adquire identidade nos referenciais constituídos nas FNs “seu corpo”, “seu joelho”, “teu vestido”, indicando essa medida de alcance que demarca um olhar masculino que se explicita de forma bastante direta na modernidade.

Da mesma forma, o exemplo a seguir também demonstra essa diretividade:

(5)

Chora, me *liga*, *implora* meu beijo de novo, *me pede* socorro. (João Bosco & Vinícius, 2009)

Embora não exista um elemento lexical que ocupe o lugar do sujeito como responsável pela perspectivação de personalidade de segunda pessoa a que o verbo se submete, há uma projeção de identidade nas próprias bases lexicais dos verbos, que abrigam FNs como “choro”, “ligação”, “imploração”, “pedido”, além das FNs explicitadas “meu beijo” e “socorro”. Tem-se aqui a

configuração de referenciais de uma dinâmica de relacionamento da mulher com o homem também indicadora de um alcance quase gestual por parte do homem em relação à mulher.

3 A discursividade do perfil feminino nas músicas

Tendo em vista as duas ordens de referencial que sustentam as formações nominais projetadas pelas formais imperativas nas décadas de 1950 e anos 2000, podemos refletir sobre a discursividade que constitui os parâmetros sócio-históricos para esses referenciais.

Vimos que aquilo que regula a constituição do perfil feminino são os cruzamentos de memória e atualidade que operam no domínio referencial. A personalidade de segunda pessoa encontra seus suportes nas FNs cuja constituição nos permite entender os contornos de um perfil discursivo de mulher legitimada nos seus círculos sociais.

Dessa maneira, os meados do século XX são marcados por uma rigidez na determinação dos papéis sociais e espaços cabíveis a homens e mulheres. A mãe, proclamada formalmente como educadora dos filhos, deveria se munir de todos os artefatos para cumprir seu papel da melhor forma possível. Amar e cuidar dos filhos tornou-se um trabalho. Na família burguesa, os pais jamais se sentiam seguros do que sentem ou fazem com suas crianças. Nunca sabem se estão agindo certo ou errado. Isso constituiria papel feminino. Daí a conclamação, por meio de um *discurso* de *valorização* das funções femininas que pode ser observado, inclusive, pelo cuidado com o uso da forma verbal, cuja concordância se dá em consonância com a prescrição das gramáticas tradicionais.

No delineamento de papéis e funções, entram em cena as revistas femininas, com suas opiniões de especialistas nos mais diversos assuntos, atuando como mediadores, à medida que “essas vozes representam lugares sociais e fixação dos sentidos e desempenham um papel decisivo na institucionalização da linguagem: a produção do sedimento de unicidade do sentido” (OLANDI, 1989, p. 44).

Ao compor uma música endereçada à figura feminina, cria-se uma categoria: a de “mulheres” e, conseqüentemente, outra, a de “homens”. E a mulher, na categoria de complemento à vida, como algo imprescindível, beirando o inatingível, pode ser observada nos trechos da mesma composição musical que se seguem:

(6)

As águas deste rio a correr, a minha vida inteira esperei por você, Dindi, que é a coisa mais linda que existe, você não existe, Dindi. (Jobim & Oliveira, 1959)

Assim, naturaliza-se uma dicotomia homem-mulher da qual não se escapa. Trata-se de um esquema redutor que tornam positivos atributos para um grupo. Essa naturalização, na verdade, é um efeito do discurso, algo que adquire materialidade no arquivo.

Segundo Pêcheux (1997), o arquivo deve ser entendido como “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão” (p. 57), isto é, tudo aquilo que existe na forma discursiva sobre qualquer tema. Estes sentidos somente podem ser resgatados a partir de leituras daquilo que já foi dito (interdiscurso) sobre a mulher e sua condição.

Na visão de Haroche (1992, p. 21) seja pelas cifras ou pelas palavras, pelo tom ou ritmo, o projeto é o mesmo: tornar visível a interioridade, o corpo, o comportamento da mulher por inteiro. Por meio da transparência, o poder procura tornar o sujeito indefeso, tentando disciplinar e prescrever sua subjetividade.

Esta evidência, como efeito de sentido, é composta pela imposição social e pela transparência da linguagem, elementos inteligíveis, quando empregadas as palavras pelo falante. Entretanto, esta evidência é um efeito ideológico de apagamento da história e da memória que constituem o dizer sobre a mulher.

Na verdade, isso está presente de maneira inusitada no exemplo (1). O enunciado constitui a presença de um *eu* em concordância com *minha tristeza, posso, meu nome, suporte*, etc, um *tu*, representado por meio do endereçamento indireto a ela, como vimos.

A revelação da subjetividade, sobretudo por meio da manifestação da personalidade, reconhecida através da concordância com a forma imperativa prevalece, porém só acontece em razão do *tu*, representada, por exemplo em (1), confirmada pelo reforço através dos vocativos *minha tristeza, Dindi* o que confere status de pessoa (*tu*). É interessante como se define esse status na composição musical. A partir das marcas de pessoa, podemos constatar que não necessariamente o sentimento expresso pelo locutor tenha de ser recíproco, uma vez que a situação inerente ao exercício da linguagem, que é a da troca e do diálogo, confere ao ato de discurso dupla função: para o locutor, representa uma realidade de abandono que causa o efeito de amor não correspondido no exemplo (1) e o enaltecimento, a idealização da pessoa amada, inserindo-a num patamar de superioridade, conforme exemplo (2).

O espaço de enunciação e manifestação dos marcos daqueles referenciais é decisivo para se tomar a enunciação como uma prática política e não individual ou subjetiva, nem como uma distribuição estratificada de características. Enunciar é estar na língua em funcionamento. E a língua não funciona no tempo, mas pelas relações semiológicas que tem. A língua funciona no acontecimento e pelo acontecimento. No acontecimento, o que se dá é um agenciamento político da enunciação, ou melhor, são efeitos do cruzamento de discursos diferentes no acontecimento. “Assim, um acontecimento enunciativo cruza enunciados de discursos diferentes em um texto.” (GUIMARÃES, 2010, p. 68).

A discursividade do gênero musical, apesar do caráter lúdico dos textos que a ele se associam, aparentemente denota descomprometimento com as “verdades” que dão suporte à autoridade do discurso endereçado à mulher, contudo ela não escapa das regiões sócio-históricas caracterizadas pelos seus “sítios de verdade”.

Se nos anos 1950 o discurso religioso ainda alcançava as mídias com suas verdades absolutas, atualmente é a vez da ciência que, com seus avanços, bombardeia as leitoras de saberes práticos a serem seguidos, especialmente no que concerne ao aspecto estético, a escultura corporal e o avanço intelectual e profissional.

O alcance dessas discursividades na composição musical provoca efeitos específicos sobre os leitores/ouvintes, e se situa na tensão entre a memória e o acontecimento, que oscila entre um retorno a um mesmo espaço dizível e uma ruptura, norteadas pelos acontecimentos histórico-sociais por que passa a sociedade, acarretando novos perfis de mulher.

É precisamente desse mecanismo de síntese imaginária que se valem os discursos das composições musicais endereçadas à figura feminina. Por meio da tentativa de “domesticação”, mesmo valendo-se de um discurso de valorização do corpo, da profissão, da liberação dos desejos, apaga-se qualquer outro sentido que poderia ser relacionado à condição feminina. Entretanto, os sentidos sobre a feminilidade, conforme podemos observar, a partir de uma retomada do percurso histórico e social sobre a mulher, não podem ser domesticados, uma vez que a mulher não se encontra efetivamente inscrita na norma patriarcal nos dias atuais. A unidade imaginária das mulheres, como uma classe circunscrita, é resultado de uma injunção à interpretação/nomeação. Ou seja, um efeito imaginário e uma própria autoimagem pré-construída na qual suas condições históricas e sociais são desconhecidas e apagadas, fazendo emergir categorias como grupo feminista, gênero, alteridade, os quais se perpetuam até os dias atuais.

Considerações finais

A Semântica da Enunciação tem desenvolvido a tese segundo a qual não só as palavras, mas também as formas gramaticais e o plano geral da linguagem, manifestam uma subjetividade e uma direção do dizer. Nas palavras de Guimarães (1999: 20), “a questão do sujeito interessa na medida em que se põe como uma questão de linguagem e de língua.”

A reflexão acerca do conceito de formação nominal e de referencial, bem como a observação das marcas do sujeito na língua, foram essenciais para analisarmos a construção do sentido nos trechos musicais destinados à mulher. Dessa maneira, um estudo semântico fundado num modelo de abordagem da enunciação propicia condições para que possamos reconhecer a relação entre o sujeito e as conformações sociais que se constituem em parâmetros de inserção social.

O interesse em nosso trabalho foi analisar, no texto musical, com o auxílio do estudo sintático das formas imperativas da língua em uso, uma abordagem que propicie a identificação da figura feminina a quem é destinada o texto musical. Com isso, o conhecimento da organicidade sintática das sentenças, aliado ao estudo de base enunciativa, foi decisivo na análise dos dados.

A proposta teórica adotada está inserida no campo da semântica, mais especificamente fundamentada na teoria da enunciação como acontecimento histórico inerente à produção do enunciado. Assim, consideramos que a “enunciação, enquanto acontecimento da linguagem se faz pelo funcionamento da língua” (GUIMARÃES, 2002, p. 11) o qual é permeado por uma memória de dizeres sociais, a partir dos quais a língua adquire significado.

O estudo da constituição das FNs reforça a tese segundo a qual os discursos institucionalizam sentidos, pois eles sustentam os domínios referenciais que recortam o real. Tem-se assim o campo de pertencimento que construímos nas enunciações do cotidiano, na relação entre a atualidade da formulação e o memorável de enunciações outras que comparecem no acontecimento enunciativo.

Tendo em vista esses campos de pertencimento, através da análise, pudemos compreender que o perfil de mulher na década de 1950 é constituído a partir de um referencial que a situa na distância, e o locutor dirige-se à mulher para **considerar**, para **ver**, para **sentir**. Por sua vez, nos anos 2000, o perfil da mulher é constituído tendo em conta um referencial que

a situa no âmbito dos próprios meios de alcance, pelos sentidos imediatos e marcado por uma forte diretividade, e assim o locutor dirige-se à mulher para **fazer**, para **alcançar**, para **mover**.

Referências bibliográficas:

BOSCO, J.; VINÍCIUS. *Curtição*. 2009. Disponível em: <http://letras.mus.br/joao-bosco-viniciusacustico/1334799/>

BRAGA, H. S. Mudança linguística no modo imperativo: uma análise multissistêmica. *Filologia e linguística portuguesa*. São Paulo, n. 13, v. 1, p. 51-62, 2011.

CABAL. *Prova cabal*. 2006. Disponível em: <http://letras.mus.br/cabal/334546/>.

DIAS, L.F. Enunciação e regularidade sintática. *Cadernos de Estudos Linguísticos (UNICAMP)*, Campinas, v.51, p. 7-30, 2009.

_____. Articulação sintática e trajeto temático: a norma culta em debate. In: ABREU, S. (org.). *Reflexões linguísticas e redação no vestibular*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, p. 35-48, 2010.

_____. Os sentidos da liberdade no mundo *wiki*. In: SCHONS, C.R; CAZARIN, E.A. (orgs.) *Língua, escola e mídia: entrelaçando teorias, conceitos e metodologias*. Passo Fundo: Ed. da UPF, 2011.

_____. Formações nominais designativas da língua do Brasil: uma abordagem enunciativa. *Letras*, Santa Maria, v. 23, n. 46, p. 11-22. jan./jun. 2013a.

_____. Enunciar o ininteligível. In: MARIANI, B. S.; MOREIRA, C. B. (orgs.) *O indizível, o ininteligível e o imperceptível*. Niterói: UFF, 2015. (no prelo).

GUIMARÃES, E. Interpretar. Língua e acontecimento. *Revista Brasileira de Letras*, São Carlos, v. 1, p. 19-25, 1999.

_____. *Os limites do sentido*. 4. ed. Campinas: Editora RG, 2010.

HAROCHE, C. *Fazer dizer, querer dizer*. São Paulo: Hucitec, 1992.

JOBIM, A. C.; MORAES, V. de. *Chega de saudade*. 1958. Disponível em: <http://letras.mus.br/tom-jobim/49028/>.

JOBOM, A. C.; OLIVEIRA, A. de. *Dindi*. 1959. Disponível em: <http://letras.mus.br/?q=Dindi>

LINS, G. Do sertão à beira-mar. 2012. Disponível em: <http://www.vagalume.com.br/geraldinho-lins/se-eu-morasse-aqui-pertinho.html>.

ORLANDI, E. Silêncio e Implícito: produzindo a monofonia. In: GUIMARÃES, E. *História e sentido na linguagem*. Campinas: Pontes, 1989.

PÊCHEUX, M. Lecture et mémoire : projet de recherche. In : MALDIDIER, D. *L'inquiétude du discours : texts de Michel Pêcheux*. Paris: Éditions des Cendres, p.285-293, 1990.

_____. *Discurso: estrutura ou acontecimento*. 2. ed. Campinas: Pontes, 1997.

‘GERUNDISMO’ E ENUNCIÇÃO: UMA RELAÇÃO POSSÍVEL

Natália Cristina de Almeida SOUZA*

Introdução

As variações de uso da nossa língua têm gerado polêmicas, muitas vezes, infundadas. Dentre esses assuntos polêmicos, encontramos, como assíduo frequentador, o gerúndio. Um dos maiores crimes dos quais o acusam é o ‘gerundismo’. Por causa desse delito, o uso do gerúndio é descrito por alguns como “verdadeira agressão”, pois sua “utilização descabida” pode até ser “lícita do ponto de vista gramatical, porém deselegante e imoral do ponto de vista ético”⁹. Mas, qual será, realmente, o problema em torno do ‘gerundismo’?

A fim de responder a esse questionamento e de tentar livrar nossa linguagem de tais acusações, o que propomos, neste artigo, é um olhar mais atento sobre essa suposta transgressão do bem falar, o ‘gerundismo’. O ponto de vista do qual esse olhar será lançado é a Teoria da Enunciação de Émile Benveniste, cujo foco está na língua em uso. Sob essa ótica, que vê cada enunciação como algo novo e irrepetível, é possível olhar para um fenômeno linguístico estigmatizado e enxergar um uso legítimo da língua, que passa a existir a partir da escolha que cada locutor faz, em cada tempo e em cada espaço, para se propor como sujeito do seu dizer.

Tomamos, como objeto de análise, a estrutura à qual Rafael Luz Serafim (2008) chamou de ‘gerundismo’, no trabalho intitulado “Do gerúndio ao gerundismo: mudança e preconceito linguístico”. Nesse trabalho, o autor explora os diversos usos do gerúndio em diferentes construções perifrásticas, até chegar ao ‘gerundismo’. Após fazer diversos testes, Serafim (2008) conclui que não são todas as perífrases com gerúndio que são estigmatizadas, por exemplo, “Ela vai *começar* falando tudo o que entendeu”, “Ela *pode* estar falando tudo o que entendeu” e “Eu vou estar *sempre* lembrando de você”. Serafim (2008) atribui a não estigmatização desses exemplos à inserção do verbo *começar*, do verbo *poder* e do advérbio *sempre*, respectivamente, a cada uma delas. Assim, o gerúndio não seria o único responsável

* Mestre em Linguística Aplicada pela UNISINOS – CAPES.

⁹ As expressões entre aspas são retiradas do texto “Nossa língua portuguesa, ferida, malfalada e mal escrita”, de Uenis Tannuri.

pela estigmatização do 'gerundismo' e, sim, a estrutura ir + estar + gerúndio [-durativo]: *Vou estar falando com ele*. Eis nosso objeto de estudo.

A seguir, abordamos alguns dos principais conceitos da Teoria da Enunciação de Émile Benveniste, que será a base da análise do 'gerundismo' nesse trabalho.

1 A perspectiva enunciativa

A possibilidade de abordar a subjetividade na linguagem foi o que nos levou a buscar suporte em Émile Benveniste¹⁰ para tentar explicar ou, antes, entender o fenômeno rotulado de 'gerundismo'. Segundo o Benveniste (1989, p. 82), "a enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização". Sendo individual, é sempre único, donde concluímos que não há espaço para rótulos avaliativos na linguagem. Passemos, então, os olhos pelos principais conceitos da teoria que nos permite ver além daquilo que está posto.

No texto "A natureza dos pronomes", capítulo em que trata dos pronomes pessoais, Benveniste (1991, p. 277-278, grifo do autor) explica que "cada *eu* tem a sua referência própria e corresponde cada vez a um ser único, proposto como tal", referindo-se "unicamente a uma 'realidade do discurso', que é uma coisa muito singular. *Eu* só pode definir-se em termos de 'locução', não em termos de objetos, como um signo nominal".

A partir da definição de *eu*, é possível definir a noção de *tu*. Para Benveniste (1991, p. 279, grifos do autor):

eu é o 'indivíduo que enuncia a presente instância de discurso que contém a instância linguística eu'. Consequentemente, introduzindo-se a situação de 'alocução', obtém-se uma definição simétrica para tu como o 'indivíduo alocutado na presente instância de discurso contendo a instância linguística tu'.

Benveniste (1991) fala ainda que *eu/tu* fazem parte de uma série de 'indicadores', cujo traço é a referência à instância de discurso. Aqui, trazemos as noções de tempo e de espaço em sua obra. Segundo Benveniste, os advérbios *aqui* e *agora* pertencem a essa série de indicadores, juntamente com *eu/tu* e alguns pronomes, advérbios e locuções adverbiais. O autor os relaciona com *eu*, dizendo que "*aqui* e *agora* delimitam a instância espacial e temporal coextensiva e contemporânea da presente instância de discurso que contém *eu*" (BENVENISTE, 1991, p. 279,

¹⁰ Nossa leitura da obra de Émile Benveniste, neste estudo, está restrita aos capítulos "A natureza dos pronomes" (1956), "Da subjetividade na linguagem" (1958) e "O aparelho formal da enunciação" (1970). Esse recorte é necessário devido à amplitude de suas formulações.

grifos do autor). Quanto a essa definição, Benveniste (1991, p. 278-279, grifos do autor) faz uma ressalva que será o grande escudo do nosso trabalho: “não adianta nada definir esses termos e os demonstrativos em geral pela *dêixis*, como se costuma fazer, se não se acrescenta que a *dêixis* é contemporânea da instância de discurso que contém o indicador de pessoa”. Ou seja, Benveniste especifica a noção de *dêixis* na Enunciação, distinguindo-a da visão tradicional¹¹.

Em “Da subjetividade da linguagem”, Benveniste (1991, p. 285) esclarece, antes de tudo, que a linguagem não é instrumento de comunicação, pois “falar de instrumento é pôr em oposição o homem e a natureza. [...] A linguagem está na natureza do homem, que não a fabricou”. Partirmos da assunção da linguagem como propriedade do homem para abordarmos a noção de *subjetividade*.

Segundo Benveniste (1991, p. 286, grifos do autor), não há outra forma de o homem se propor como sujeito a não ser pela linguagem: “É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na *sua* realidade que é a do ser, o conceito de ‘ego’”. Seguindo, o autor define a subjetividade, dizendo que ela “é a capacidade do locutor para se propor como ‘sujeito’”.

Além disso, Benveniste (1991, p. 286) salienta que “a consciência de si mesmo só se experimenta por contraste”. Ora, sendo a linguagem aquilo que transforma o locutor em sujeito e sendo que essa subjetividade se explicita apenas por contraste, fica claro que *eu* não se institui como *eu* se não instituir, antes, um *tu*, ou seja, “a linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como *sujeito*, remetendo a ele mesmo como *eu* no seu discurso. Por isso, *eu* propõe outra pessoa, aquela que, sendo embora exterior a ‘mim’, torna-se meu eco – ao qual digo *tu* e que me diz *tu*” (BENVENISTE, 1991, p. 286, grifos do autor). Chegamos, assim, ao conceito de *intersubjetividade* – fundamental para compreendermos o pensamento benvenistiano –, que é essa dependência que *eu* e *tu* têm um do outro. *Eu* não existe como sujeito se não houver um *tu*, que não existirá se não for instituído por um *eu*, sendo *eu* e *tu* reversíveis na enunciação.

Mas, se é na linguagem que nos tornamos sujeitos, o que evidencia isso? O que marca, no discurso, a nossa voz? Benveniste diz que “os pronomes pessoais são o primeiro ponto de apoio para essa revelação da subjetividade na linguagem” e que deles dependem outras classes, os “indicadores da *dêixis*”, que “tem incomum o traço de se definirem somente com relação à instância de discurso na qual são produzidos, isto é, sob a dependência do *eu* que aí se enuncia” (1991, p. 288). Além desses indicadores, há algo que o autor chama de “procedimentos

¹¹ Essa distinção será tratada a seguir.

acessórios”. Em “O aparelho formal da enunciação”, Benveniste (1991, p. 84, grifo do autor) diz que

enquanto realização individual, a enunciação pode se definir, em relação à língua, como um processo de *apropriação*. O locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por meio de índices específicos, de um lado, e por meio de procedimentos acessórios, de outro.

Benveniste não esclarece o que são esses procedimentos acessórios. Sobre essa questão, trazemos as ideias de Fábio Aresi (2011, p. 272, grifos do autor), que, após discussão dessa afirmação de Benveniste, conclui que os índices específicos “são as formas específicas das categorias de *pessoa, tempo e espaço*, reveladas na e pela enunciação, e responsáveis por assegurar a *referência* [...] enquanto condição necessária da enunciação”, entendendo os procedimentos acessórios como *processo de agenciamento das formas*. Esse processo é parte do aparato linguístico de que dispõe o enunciador para se propor como sujeito, sendo que esse aparato permite

a semantização total da língua, isto é, a conversão total da língua em discurso e a constituição do sentido *a partir da escolha e do agenciamento das formas por um locutor no uso efetivo da língua*. O aparelho formal da enunciação, assim, não diz respeito a apenas uma parte da língua: esta se encontra inteiramente sujeita à enunciação (ARESI, 2011, p. 273, grifos nossos).

Tomamos essa condição da língua de estar, ela inteira, sujeita à enunciação, e a ideia de procedimento acessório como agenciamento das formas pelo locutor para pensar sobre o ‘gerundismo’, que não está, de maneira alguma, fora da língua, como veremos na nossa análise. Tentaremos olhar para essa construção perifrástica como marca de subjetividade, partindo do princípio de que a subjetividade está presente em toda a língua convertida em discurso.

Abordaremos, a seguir, algumas questões a respeito do aspecto verbal, uma vez que nosso objeto de análise é perífrase *ir + estar + gerúndio [-durativo]*.

2 O aspecto verbal da enunciação

Apenas para situar o leitor, mostraremos, brevemente, a diferença entre a abordagem não enunciativa do aspecto verbal em português e a abordagem enunciativa dessa categoria. Devido ao espaço de que dispomos aqui, não nos aprofundaremos nessa discussão.

Para definir o aspecto verbal, a abordagem não enunciativa toma por base a noção de dêixis como “a faculdade que têm as línguas de designar os referentes através da sua localização no tempo e no espaço, tomando como ponto de referência básica o falante”, sendo assim “o ponto espacial e temporal em que o falante está situado no momento em que fala é o ponto-dêitico da enunciação” (COSTA, 1990, p. 15-16). Nessa visão, “nem todas as expressões linguísticas que referem o tempo e o espaço são dêiticas” (idem), sendo possível dividir a expressão do tempo na língua portuguesa em duas categorias: o Tempo¹² e o Aspecto¹³, sendo o Tempo, ancorado na dêixis, e o Aspecto, “a categoria linguística que informa se o falante toma em consideração ou não a constituição temporal interna dos fatos enunciados. Essa referência independe do ponto-dêitico da enunciação, visto que centra o tempo no fato e não o fato no tempo” (COSTA, 1990, p. 21).

Passemos à abordagem enunciativa do aspecto verbal, tomando, como base, os estudos de Flores (1999, 2008) e Flores et al (2008).

Flores (1999, p. 91) aborda o aspecto como um “indicador de subjetividade”. Para isso, refuta a ideia apresentada por trabalhos realizados a respeito da categoria de aspecto que o diferenciam da categoria de tempo dizendo que esse é dêitico, mas aquele não. O autor (FLORES, 1999) lembra que o próprio Benveniste traz o aspecto como uma variação do paradigma verbal que resulta da atualização e dependência da instância de discurso e atribui isso ao conceito de dêixis na enunciação, que é diferente das demais abordagens.

Para opor as duas noções de dêixis, Flores et al. (2008, p. 165) dizem que “para Benveniste os dêiticos não apenas descrevem uma relação entre enunciado e enunciação, mas são elementos que permitem ao sujeito que enuncia, num dado momento, instaurar a relação do enunciado a si próprio”.

Apoiado na noção de dêixis na vertente enunciativa, que “é um fenômeno característico de signos que não podem ser adequadamente descritos sem que sejam referidos ao emprego que o sujeito faz deles” (FLORES, 1999, p. 101), o autor aproveita as palavras de Costa, quando ela diz que “a escolha do aspecto é não obrigatória (‘estilística’)” para problematizar a questão da seguinte forma:

¹² A autora faz distinção entre “tempo” e “Tempo”, sendo o primeiro termo usado para designar o tempo físico (o passar dos dias, das horas etc.) e o segundo, para designar a categoria linguística que expressa o tempo físico (Mais-que-Perfeito, Futuro-do-Presente etc.).

¹³ Sobre os traços semânticos que atualizam a categoria de Aspecto, a autora diz que “o traço [±durativo] implica já uma atualização da categoria, porque informa se aquele tipo de verbo refere ou não fatos que requerem, normalmente, uma fração de tempo para se realizarem” (COSTA, 1990, p. 23).

se a apresentação espacial do fato é uma “opção” do falante, e se Benveniste afirma que a dêixis é um mecanismo que instaura uma referência ao sujeito na situação de enunciação, então parece claro que não se trata de ver o Aspecto como uma variação de estilo, mas como uma *marca de subjetividade* (FLORES, 1999, p. 123, grifo nosso).

Como vimos, pelo viés enunciativo, o aspecto é visto como uma categoria dêitica, que será atualizada a cada novo uso. É sob esse prisma que tentaremos analisar o ‘gerundismo’ presente nas enunciações de nosso *corpus*.

2 Análise enunciativa do “gerundismo”

Uma vez que enxergamos o ‘gerundismo’ como um uso legítimo da língua portuguesa, assumimos que uma análise desse fenômeno pelo viés enunciativo é possível, pois, sendo essa estrutura perifrástica parte da língua, está, como toda ela, submetida à subjetividade¹⁴.

Nosso corpus é composto de um excerto de programa de televisão¹⁵, que foi parcialmente transcrito. Conforme Flores (1999), caracterizaremos as ocorrências aspectuais do paradigma verbal de acordo com a descrição apresentada por Costa (1990), para, em seguida, mostrar que o aspecto depende da referência à própria enunciação que o contém. Para isso, seguiremos Flores et al. (2008, p. 168), considerando: “a) O sentido aspectual produzido em relação à ancoragem na situação espaço-temporal; b) A categoria de pessoa como centro de referência do discurso”. Com isso, pretendemos mostrar que, embora teorias não enunciativas digam que o léxico impõe certas restrições à atualização do aspecto, havendo casos em que o aspecto [-durativo] não pode ser atualizado em formas imperfectivas, do ponto de vista da enunciação, é o uso que define o aspecto, em razão de a língua não ficar insensível à utilização que o sujeito faz dela em uma instância de discurso.

A seguir, passamos às análises. Selecionamos um vídeo que acreditamos ser produtivo para o que nos propomos, pois há três ocorrências da perífrase que estudamos. Assim, após breve contextualização da cena estudada, transcrevemos os trechos relevantes. As formas a serem analisadas estão destacadas em negrito no enunciado.

¹⁴ Lembramos que Sírio Possenti (2008), ao se posicionar contra as críticas em relação ao ‘gerundismo’, explica que “a estrutura está em perfeito acordo com a sintaxe do português”, e que o que, talvez, cause estranhamento nessa estrutura é a “eventual incompatibilidade entre o sentido durativo do verbo estar e a ausência de tal sentido no verbo principal”, conclusão a que também chegou Serafim, como mencionado anteriormente.

¹⁵ Programa do Gugu (o link para acesso ao vídeo está disponível no final do artigo).

Contextualização da cena

No programa exibido em 16 de janeiro de 2011, o apresentador Gugu mostra no qual um truque de mágica é feito. O truque consiste em fazer desaparecer a água que havia sido colocada dentro de um copo. O desafio proposto pelo programa é desvendar esse truque. A recompensa por isso é o prêmio de 5 mil reais. Várias pessoas estiveram no programa e apresentaram diferentes formas de fazer o mesmo truque. É nesse contexto que encontramos o seguinte diálogo, quando o primeiro candidato apresenta a sua mágica.

Transcrição dos trechos relevantes

Gugu: e como é que é... qual... como é que é o jeito que você acha que é feito o truque?

*Danilo: então, eu... tem várias formas pra poder tá fazendo, né, mas eu coloquei gel absorvente e eu **vou tá utilizando** ele na magia dos copos.*

[...]

Gugu: pode começar então, vamos ver, vamos ver.

*Danilo (mostra o copo vazio): **vou tá mostrando** pra todo mundo, oh, tá vendo? Não tem nada.*

[...]

*Danilo: Bem, vou mostrar pra todo mundo oh, não tem (mostra um copo) esse aqui oh, também não tem (mostra outro copo) e esse outro aqui, dependendo da quantidade de água e da quantidade de gel que você coloca, que seria o produto que coloca em fralda, em absorvente, ou em qualquer outro tipo de (tá) né... coloquei muita água, Gugu, ele não vai virar, ele não vai virar, ele não **vai tá virando** oh.*

Análise

O primeiro caso – **vou tá utilizando** (1min18seg do vídeo) –, analisado sob a perspectiva não enunciativa, expressa um fato que é futuro em relação ao momento da fala a partir do uso do futuro perifrástico com o verbo *ir* no presente do indicativo (*vou*). Poderia também se tratar de uma perífrase imperfectiva, pois, apresenta o verbo *estar* como verbo auxiliar, que atribui automaticamente o aspecto durativo ao fato; o verbo principal em forma de gerúndio, que marca imperfectividade em curso; a forma perifrástica em si, que imperfectiviza automaticamente a construção, caso o verbo ofereça o traço necessário para isso. Porém, a construção apresenta, como verbo principal, o verbo *utilizar*, que porta o traço [-durativo], pois não há espaço de tempo considerável dentro dos limites do verbo, ou seja, *utilizar* não “dura” no tempo. Este é o

paradoxo de que fala Sírío Possenti, pois a perífrase que contém verbo *estar* como auxiliar, por natureza, pediria um verbo [+durativo] e essa apresenta um verbo [-durativo].

Como explicar esse uso, que foi espontaneamente selecionado por um locutor em seu discurso? Realmente, não se explicaria, se não dispuséssemos da abordagem enunciativa da língua. Nesse caso, a perífrase destacada expressa futuro em relação ao momento da enunciação, eternamente presente. O locutor escolhe um verbo que não deveria ser atualizador do traço [+durativo] para, justamente, ser o verbo principal de uma perífrase imperfectiva. Ou seja, ele *agencia* as formas disponíveis na língua para expressar sua subjetividade. Nesse uso, há deslizamento do traço [-durativo] para o traço [+durativo] e isso depende da escolha das formas pelo locutor, de nada mais.

O segundo caso – *vou tá mostrando* (1min32seg do vídeo) – expressaria um fato futuro ao momento da fala, através do uso do futuro perifrástico formado com o verbo *ir* (*vou*). Seguindo a descrição de Costa (1990), essa seria uma perífrase imperfectiva, pois apresenta o verbo *estar* como verbo auxiliar e o verbo principal na forma de gerúndio, além de apresentar a própria forma perifrástica. Aqui, a contradição: uma perífrase imperfectiva pediria um verbo [+durativo] como verbo principal. Porém, este lugar é ocupado pelo verbo *mostrar*, portador do traço [-durativo].

Mais um uso real que ultrapassa as restrições impostas pelos verbos [-durativo], pois o locutor escolhe o verbo *mostrar* (sem traço de duração) e o atualiza na forma de gerúndio (marca de imperfectividade). Outra regra que esse uso parece desobedecer é a de que a perífrase formada com verbo *ir* no presente do indicativo é expressão de futuridade, pois o locutor a utiliza para expressar exatamente aquilo que acontece no momento da fala, ou seja, no momento em que *eu* se propõe como sujeito.

O terceiro caso – *não vai tá virando* (10min22seg do vídeo) – seria, sob um olhar não enunciativo, um futuro perifrástico devido ao verbo *ir* no presente do indicativo. Além da forma perifrástica, a construção expressaria imperfectividade através do verbo auxiliar *estar* e do verbo principal na forma de gerúndio, que, apesar de não possuir o traço [+durativo] (*virar*, no sentido de despejar), é atualizado na forma de gerúndio em uma perífrase imperfectiva. Aqui está a suposta incoerência, que não existe, quando analisada sob o ponto de vista enunciativo. Esse caso nos parece ainda mais curioso: o verbo principal mantém o traço [-durativo], mesmo estando na forma de gerúndio. Ou seja, ao contrário dos casos anteriores, aqui, não há deslizamento do traço [-durativo] para o [+durativo] e, sim, a perda da marca de duração que a

forma gerundiva costuma apresentar. Concluímos isso porque fica claro que o sentido de *não vai tá virando* é o mesmo de *não vai virar*, expressão utilizada pelo locutor duas vezes antes da utilização da perífrase *ir + estar + gerúndio*. Mais uma prova de que o “agenciamento das formas” depende, incontestavelmente, do sentido que o locutor lhe dá no ato de enunciação.

Considerações finais

Como se pode perceber, cada uma das ocorrências apresenta uma característica que parece subverter os padrões da língua. Encontramos mudança no aspecto [\pm durativo] do verbo quando atualizado em instâncias de discurso (o mesmo aspecto que é tratado como categoria não dêitica, inerente ao verbo, por teorias não enunciativas). Encontramos perda da expressão de futuro pela perífrase com o verbo *ir*, no caso em que a expressão *vou estar* foi usada para expressar o tempo presente. Por fim, encontramos perda da expressão de duração pela forma gerundiva, que, no caso das perífrases analisadas, deveria sempre expressar imperfectividade.

Nossa primeira questão era descobrir que problema existia nesse uso da língua que o tornava alvo de tantas críticas. As respostas foram diferentes, mas nenhuma mostrou que há problema na estrutura *ir + estar + gerúndio*.

O que concluímos, ao olhar com atenção para as expressões gerundivas, é que cada uma é uma maneira única de dizer alguma coisa, condição já anunciada por Benveniste quando diz que a enunciação é irrepetível. Se há uma coisa que podemos generalizar, sem medo de estarmos generalizando, é que, não importa qual seja o enunciado, ele sempre estará condicionado ao uso que o locutor deseja fazer dele com o propósito de se marcar como sujeito.

Referências bibliográficas

- ARESI, F. Os índices específicos e os procedimentos acessórios da enunciação. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL*. Vol. 9, n. 16, 2011. ISSN 1678-8931. Disponível em: <www.revel.inf.br>. Acesso em: 14 mar. 2011.
- BENVENISTE, E. *Problemas de Linguística Geral I*. 3. ed. Campinas: Pontes, 1991.
- _____. *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas: Pontes, 1989.
- COSTA, S. *O aspecto em português*. São Paulo: Contexto, 1990.
- FLORES, V. do N. Para um estudo enunciativo da categoria do aspecto nos verbos do português do Brasil. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 34, nº 2, p. 91-126, jun. 1999.
- FLORES, V. do N. et al. *Enunciação e Gramática*. São Paulo: Contexto, 2008.
- FLORES, V. do N. *Dicionário de Linguística da Enunciação*. São Paulo: Contexto, 2009.
- FLORES, V. do N.; TEIXEIRA, M. *Introdução à Linguística da Enunciação*. São Paulo: Contexto, 2008.
- POSSENTI, S. Vamos estar considerando sobre o gerundismo. *Linguagem*. Disponível em: <http://www.lettras.ufscar.br/linguasagem/edicao04/04_006.php>. Acesso em: 17 abr. 2011.
- SERAFIM, R. L. *Do gerúndio ao gerundismo: mudança e preconceito linguístico*. Disponível em: <<http://www.prohpor.ufba.br/rafa.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2010.
- TANNURI, U. *Nossa língua portuguesa, ferida, malfalada e mal escrita*. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-42302006000400001&script=sci_arttext>. Acesso em: 18 ago. 2010.

CORPUS

- PROGRAMA DO GUGU. *Desafio da Internet no Programa do Gugu (ao vivo) 16/01/11*. 2011. 1 post (11min. 53s.). Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=wG1cuHR5XWQ>>. Acesso em: 03 mar. 2011.

VERBOS INTRODUTORES DE DISCURSO CITADO SOB A PERSPECTIVA ENUNCIATIVA

Luciana Catarina Pires da ROCHA*

Marlene TEIXEIRA**

Introdução

As gramáticas tradicionais, em geral, pouco se detêm nos verbos introdutores e, quando o fazem, limitam-se aos chamados verbos *dicendi*, que inclui o verbo “dizer” e seus correlatos (afirmar, declarar...).

No entanto, o uso da linguagem tem demonstrado que os modos de introdução do discurso citado são muito diversificados, incluindo verbos que não apenas indicam, mas avaliam a fala do outro.

Marcuschi (2007, p. 165) adverte sobre a necessidade de cautela com o verbo selecionado para inserir uma citação, uma vez que “os verbos assumem funções que nem sempre estão fazendo justiça à opinião original do autor”. É nesse sentido que se pode dizer que o verbo introdutor tem o papel de abrir as portas para o entendimento da citação.

Este artigo propõe-se a examinar os verbos introdutores da fala de outrem sob as lentes da linguística da enunciação. Nossa meta é pensar nesses verbos como possibilidades de o sujeito falante se marcar na língua. Apoiamos tal ideia na perspectiva enunciativa de Benveniste, sob a qual é na linguagem em ação que tudo o que pertence à estrutura linguística se singulariza, pois advém de um locutor que assume a língua em todas as suas formas, nela se instituindo como sujeito. Procuramos mostrar que o verbo introdutor do discurso citado está entre os “procedimentos acessórios” que a língua oferece para a marcação da subjetividade na linguagem (BENVENISTE, 1989).

Organizamos o texto em dois momentos. No primeiro, apresentamos os verbos introdutores com base na visão enunciativa de Émile Benveniste; no segundo, apresentamos

* Mestre em Linguística Aplicada pelo PPGLA, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – (CAPES)

** Doutora em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Docente e pesquisadora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

um breve exercício de análise dos verbos introdutores como marcas da subjetividade na linguagem.

1 Visão enunciativa do verbo introdutor

A linguística da enunciação de Benveniste baseia-se no postulado de que o sujeito se constitui como tal quando se apropria da língua para enunciar.

No texto de 1970 – *O aparelho formal da enunciação* -, Benveniste (PLG II, p. 82-83) apresenta três aspectos pelos quais o processo de enunciação pode ser estudado: (1) a realização vocal da língua (fonação); (2) a conversão individual da língua em discurso, isto é, a semantização da língua, que decorre da passagem do signo, nível semiótico, à palavra, nível semântico; (3) a definição da enunciação no quadro formal de sua realização.

Dentre esses aspectos, nossa atenção se dirige, particularmente, para o segundo: a “apropriação” pelo locutor do aparelho formal da língua para enunciar sua posição de sujeito. Para que esse processo se realize, um alocutário é pressuposto, seja de forma explícita ou implícita. Não se pode esquecer que, para Benveniste, a intersubjetividade funda a subjetividade.

Ao assumir o aparelho formal, o locutor torna a língua própria ao uso. Sem deixar de atender a restrições de ordem estrutural, institui-se como sujeito no ato de enunciação de forma singular. A língua não fica imune a esse gesto de apropriação subjetiva. No discurso, podem-se reconhecer marcas dos participantes do ato enunciativo. Sob essa ótica, os elementos linguísticos, mais do que transmitir informação, atestam a presença do homem na linguagem.

Nesse mesmo artigo, Benveniste estabelece uma diferença entre as condições de “emprego das formas” e as condições do “emprego da língua”. O autor explica que o “emprego das formas é um conjunto de regras fixando as condições sintáticas nas quais as formas podem ou devem normalmente aparecer, uma vez que elas pertencem a um paradigma que arrola as escolhas possíveis (...)” (BENVENISTE, 1989, p. 81). Segundo Benveniste,

coisa bem diferente é o emprego da língua. Trata-se aqui de um mecanismo total e constante que, de uma maneira ou de outra, afeta a língua inteira. A dificuldade é apreender este grande fenômeno, tão banal que parece se confundir com a própria língua, tão necessário que nos passa despercebido (...) (BENVENISTE, 1989, p.82).

Ele reafirma a hipótese da subjetividade na linguagem ao observar que o locutor se apropria da língua por meio de *índices específicos* (1989, p. 84). No entanto, acrescenta outro meio de apontar para a subjetividade, os *procedimentos acessórios*.

Retomando os índices de subjetividade, como marcas características da enunciação, Benveniste (1989, p. 84) afirma que “o ato individual de apropriação da língua introduz aquele que fala em sua fala”. Ao considerar a presença do locutor no que enuncia, faz com que “cada instância de discurso constitua um centro de referência interno” (1989, p. 84). Essas circunstâncias se manifestarão por um manejo de “formas específicas” que colocará o sujeito em um envolvimento estável e necessário com sua enunciação.

Conscientes da necessidade de explicitar melhor o que Benveniste entende por procedimentos acessórios, buscamos apoio em Aresi (2011). O autor (2011, p. 267) considera que se em textos anteriores

a questão da subjetividade estava restrita a certas unidades da língua, cujo *status* de significação diferenciava-se dos demais signos linguísticos, no texto de 1970 a língua em sua totalidade está submetida à subjetividade que caracteriza cada ato de enunciar (ARESI, 2011, p. 267).

O autor deriva daí outras conclusões. Entre elas, a de que “enunciação” e “língua” não significam a mesma coisa. A enunciação está relacionada à “apropriação” particular que cada sujeito faz da língua para transformá-la em discurso; é, então, o que possibilita o emprego da língua, esse “tornar próprio de si” que o locutor opera com a língua. É esse “apropriar-se” que define o alcance da subjetividade na linguagem.

No entanto, ainda que não tenham o mesmo significado, língua e enunciação se constituem, pois, de acordo com Aresi (2011, p. 267), “não há a possibilidade de se pensar em enunciação sem se levar em conta a língua enquanto base significante”. O mesmo acontece com o emprego da língua, já que é por meio da enunciação que a língua se estabelece como sistema e é atualizada (ARESI, 2011).

O autor acredita que seja possível compor uma resposta para entendermos o que Benveniste chama de “semantização” da língua por meio do que o linguista nomeia de *aparelho formal da enunciação*, um mecanismo *total* que permite ao sujeito arranjar o sentido desejado no agenciamento das palavras, estando ele – o sujeito – ininterruptamente e necessariamente relacionado com sua fala (ARESI, 2011).

O autor destaca que, “embora não seja recorrente no trabalho de Benveniste, o termo *procedimento* parece estar mais próximo da ideia de *organização*, ou ainda, de “agenciamento” (ARESI, 2011, p. 271, grifos do autor).

Aresi (2011, p. 271) traz a noção de “agenciamento” tal como definida no *Dicionário de Linguística da Enunciação*: “Processo de organização sintagmática pelo sujeito”, ou seja, “Através do agenciamento, o sujeito organiza as formas da língua para transmitir a ideia a ser expressa em seu enunciado” (FLORES *et al.*, 2009, p. 47). A noção de *procedimento* está mais relacionada à noção de processo, de modo de organização das unidades, de “agenciamento”, acredita o autor.

No momento em que o sujeito lança mão do aparelho formal e de suas funções para se enunciar, “semantiza” a língua toda, ou seja,

quando Benveniste diz que “a relação do locutor com a língua determina os caracteres linguísticos da enunciação” e que “deve-se considerá-la [a enunciação] como o fato do locutor, que toma a língua por instrumento, e nos caracteres linguísticos que marcam essa relação” (op.cit.: 82, acréscimo meu), quem considera esses “caracteres linguísticos” como restritos às categorias de pessoa, tempo e espaço vislumbra apenas parte do aparelho formal da enunciação, concebe a enunciação pela metade. (grifos do autor)

O autor indaga, dessa forma, quais seriam os caracteres que marcam a relação do sujeito com a língua e diz que são “todos os caracteres do enunciado, uma vez que todos eles fazem parte do processo de agenciamento sintagmático e cumprem uma função nessa organização, a cada vez singular” (ARESI, 2011, p. 273). Compreendemos, assim, que a própria seleção desses caracteres é uma marca de subjetividade, ou seja, “enunciar é subjetivizar a língua toda” (ARESI, 2011, p. 273).

Aresi (2011, p. 273) conclui esse estudo considerando que a partir das noções de *índices específicos e procedimentos acessórios*, a enunciação, ao supor a “conversão individual da língua em discurso, afeta a língua inteira, reconfigurando seu sistema a cada nova instância enunciativa”.

O autor entende que, por meio de mecanismos funcionais da língua e elementos formais, o locutor constrói o sentido desejado em situações de discurso distintas umas das outras. A partir dessa construção, a análise enunciativa pode ser realizada, porém nunca separada do *quadro formal* que caracteriza a enunciação, ou seja, “a análise deverá sempre levar em conta a *referência* à instância de discurso e os instrumentos linguísticos que possibilitam que esse ato

de enunciar ocorra e que são justamente os *índices específicos* e os *procedimentos acessórios*” (ARESI, 2011, p. 274).

Perceber isso, deste modo, de acordo com Aresi (2011, p. 274) “é levar em conta não só os *índices específicos*, mas também (e, sobretudo) os *procedimentos acessórios* da enunciação”. Dessa forma, “é levando todos estes aspectos em consideração na análise que podemos ver o sentido de cada ato enunciativo” (ARESI, 2011, p. 274).

As observações feitas por Aresi sobre os procedimentos acessórios animaram-nos a incluir aí o verbo introdutor do discurso citado. Se, como diz Maingueneau (2001, p. 150), “o verbo introdutor condiciona a interpretação, dando um certo direcionamento ao discurso citado”, pode-se concluir que esse verbo diz mais do enunciador do que daquele que é citado. Se, como sugere Benveniste, a subjetividade na linguagem não se restringe aos clássicos indicadores eu-tu-aqui-agora, mas inclui procedimentos que envolvem a língua toda, cremos ser lícito propor os verbos introdutores como marcas da subjetividade na linguagem.

2 O verbo introdutor como marca da subjetividade na linguagem

O objetivo deste trabalho é propor o verbo introdutor do discurso citado como uma das possibilidades que a língua oferece para a indicação da subjetividade na linguagem. Essa possibilidade é a que se depreende da teoria enunciativa de Émile Benveniste: o verbo introdutor constitui a combinação de palavras agenciadas pelo locutor para a expressão de uma ideia. Essa combinação se constrói na enunciação e é sempre irrepetível, pois cada vez que o locutor se apropria da língua, promove um agenciamento único de que emerge um sentido único (BENVENISTE, 1967).

Assim, nossa proposta é abordar o sentido dos verbos introdutores de discurso citado ultrapassando as descrições sintáticas e semânticas, mostrando que a escolha do verbo resulta do modo como o enunciador subjetiva o discurso citado, que é interpretado a partir do verbo agenciado.

Nosso *corpus* é constituído por reportagens da revista *Veja*, que apresenta perfil investigativo com reportagens sobre amplos assuntos do Brasil e do mundo. Dois aspectos levaram-nos a optar pela reportagem: o fato de conter sequências da ordem do relato, o que faz esperar a presença abundante de discurso citado e, conseqüentemente, de verbos introdutores; a busca pela fidelidade em relação ao que relata, o que faz esperar um texto sem marcas de

subjetividade. Nosso propósito é mostrar que esse “ideal de objetividade” pode ser comprometido pelos verbos por meio dos quais o enunciador introduz o discurso citado¹⁶.

Examinamos, previamente, em torno de vinte reportagens, tendo como critério a variedade de verbos introdutores presentes nos discursos citados. Nessa busca inicial, constatamos um número maior de verbos de elocução típicos, como “afirmar” e “dizer”, talvez em razão da “neutralidade” que a reportagem precisa manter em seus enunciados. Entretanto, em razão do objetivo desta pesquisa, selecionamos reportagens em que há verbos que apresentam traços avaliativos/apreciativos mais evidentes. Do material examinado, elegemos dois recortes para análise.

Considerando a hipótese de que é no uso da língua que os sentidos se estabelecem, procederemos a nossa análise, que tem por meta trazer um ponto de vista diferente do gramatical para descrever o papel do verbo introdutor no discurso citado. Para a realização da análise, tomamos por base os significados dos verbos apresentados no dicionário *Houaiss da Língua Portuguesa* (HOUAISS; FRANCO; VILLAR, 2004), para depois observar efeitos de sentido que esses verbos promovem a partir da teoria da enunciação de Benveniste.

Recorremos ao dicionário por considerar que ele registra informações estocadas no léxico, que, de alguma maneira, fazem parte do conhecimento que os falantes adquiriram ao longo do tempo, em sua vivência com a língua. São essas informações que orientam o agenciamento das palavras no discurso. Vale destacar que Benveniste não desconhece o repetível, o consensual como parte da significação, quando fala dos dois modos de significância da língua: o semiótico e o semântico. Para o autor (BENVENISTE, 1989, p. 220-242), na base da utilização da língua, há o sistema semiótico, isto é, a organização dos signos, entendendo-se que cada signo tem uma denotação conceptual, genérica, não-circunstancial (significado) e inclui numa subunidade o conjunto de seus substitutos paradigmáticos. Sob esse fundamento semiótico, a língua-discurso constrói uma semântica própria, uma significação intencionada, produzida pela sintagmatização das palavras, em que cada palavra não retém senão uma parte do valor que tem como signo (BENVENISTE, 1989).

A abordagem enunciativa da linguagem parte do princípio de que, quando o sujeito se coloca como “eu” no discurso, se *apropria* da língua toda e, a cada “agenciamento” de palavras,

¹⁶ Sabemos que não só por esses verbos a subjetividade se marca no enunciado. No entanto, de acordo com o recorte feito para a realização deste trabalho, restringimos nossa atenção a eles.

promove efeitos de sentido singulares em seu discurso, mas isso ocorre a partir de uma base comum.

A análise que aqui realizamos propõe os verbos introdutores de discurso citados como sinais deixados pelo locutor, quando enuncia, do modo como o discurso citado é por ele semantizado. Entendemos esses verbos como estando entre os *procedimentos acessórios* que a língua dispõe, juntamente com os *índices específicos*, para marcar a subjetividade na linguagem, conforme Benveniste traz em seu artigo *O aparelho formal da enunciação*.

Embora reconhecendo, como Aresi (2011), que a análise enunciativa deva iniciar pelo exame dos *índices específicos*, uma vez que é por eles que o sujeito se instancia na linguagem, vamos nos restringir a um dos *procedimentos acessórios* utilizados pelo falante ao se apropriar da língua, o verbo introdutor de discurso citado. Reafirmamos que, a nosso ver, tais verbos se encaixam na consideração de Aresi (2011) de que a língua inteira está sujeita à enunciação.

O primeiro recorte foi selecionado da reportagem *A volta dos inocentes*, que relata supostas demonstrações de poder que políticos envolvidos no “mensalão” usam como “estratégias” para influenciar o julgamento no Supremo Tribunal Federal.

Recorte 1

Dirceu está inelegível até 2015. Recentemente, numa rodinha de petistas, o ex-ministro divagava sobre suas amizades e a posição, segundo ele, que os ministros do Supremo Tribunal Federal deverão adotar no julgamento do processo do mensalão. Em dado momento, disse ser amigo do ministro Luiz Fux, que ainda não tomou posse: “Ele está bem alinhado comigo”, **profetizou**. (PEREIRA, Veja, 23 de fevereiro de 2011, p. 57, grifos nossos).

Para melhor compreensão do recorte em análise, algumas informações sobre as pessoas nele nomeadas são necessárias. Dirceu é um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT), do qual foi presidente nacional até 1990. No primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva, exerceu o cargo de Ministro da Casa Civil da Presidência até 2005. Deixou esse posto em razão da acusação de ser o mentor do Escândalo do Mensalão, feita por Roberto Jefferson. Retornando à Câmara, teve seu mandato de Deputado Federal cassado em dezembro de 2005, tornando-se inelegível até 2015.

Luiz Fux foi Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), de novembro de 2000 a março de 2001, tendo sido nomeado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso. Desde março de 2011, ocupa o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), por indicação da Presidente Dilma Roussef. Em 23 de março de 2011, o Ministro Fux deu voto decisivo contra

a aplicação da Lei da Ficha Limpa nas eleições de 2010. A decisão do STF, considerando inconstitucional a aplicação dessa Lei nas eleições de 2010, beneficiou diretamente vários candidatos cuja elegibilidade havia sido barrada em razão de processos na justiça.

Nesse recorte, o verbo *profetizar*, transitivo direto, apresenta-se acompanhado de uma citação direta em uma construção que os gramáticos e linguistas não hesitariam em classificar como discurso direto (DD). As marcas que denunciam esse tipo de discurso são: a utilização dos dois pontos e das aspas; a ruptura sintática, a forma dêitica “comigo”, que se encontra circunscrita ao próprio enunciado citado e, portanto, independente da referência ao falante. No DD, o enunciador visa a criar um efeito de suspensão de responsabilidade sobre a fala citada, trazendo as exatas palavras do outro.

Passamos a examinar esse uso de *profetizar*. No *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2004, p. 599), o significado do verbo *profetizar* apresenta-se como: “(...) predizer (o futuro), por um dom especial ou inspiração divina; prenunciar, anunciar ou saber antecipadamente, por dedução, intuição ou acaso”.

O verbo *profetizar* (do latim, *prophetizare*) não é um verbo típico de elocução. Normalmente, é utilizado na esfera religiosa, para designar a ação de falar por inspiração divina, isto é, como alguém escolhido por Deus e que goza de enorme autoridade religiosa e influência.

O locutor, nesse recorte, por meio do verbo *profetizar*, rotula o discurso de Dirceu como “profecia”. Entendemos que, para ele, é como se o ex-ministro, ao dizer “Ele está bem alinhado comigo”, estivesse vislumbrando o apoio, no julgamento do processo do Mensalão, daquele que, na ocasião, já estava cotado para ser Ministro do STF do Governo Dilma.

O enunciador, pela utilização desse verbo, institui o autor da fala citada como quem, pela íntima relação com o poder, tem o dom de profetizar um “final feliz” em relação às acusações a ele feitas no episódio do Mensalão. O alinhamento com amigos influentes, na visão do locutor, coloca Dirceu na confortável condição de poder antecipar profeticamente a revogação de sua inelegibilidade.

Esse sentido dado à fala de Dirceu é uma interpretação do enunciador, que, através do verbo introdutor, institui um efeito crítico – e até mesmo irônico - ao enunciado. Sendo assim, o verbo *profetizar*, neste recorte, constitui uma marca de subjetividade.

Recorte 2

O fisioterapeuta Bruno Mazziotti, que há oito anos cuida do jogador, **admitiu** a Veja que o hipotireoidismo de Ronaldo não foi o fator preponderante para o seu ganho de peso nem foi determinante para o encerramento de sua carreira. (KALLEO; DINIZ, Veja, 23 de fevereiro de 2011, p. 74).

A reportagem *Os motivos do adeus* relata a chegada de Ronaldo ao time do Corinthians, o fim de sua carreira como jogador de futebol e alguns motivos de seu afastamento do campo.

Ronaldo Luís Nazário de Lima, o Fenômeno, dezoito anos depois de iniciar a carreira de jogador profissional de futebol no Cruzeiro (MG), anunciou publicamente sua aposentadoria dos campos no início de 2011. Na ocasião, o atleta revelou ter descoberto que tem hipotireoidismo há quatro anos, justificando a elevação de seu peso pelo fato de não poder tomar hormônios para controlar o distúrbio, uma vez que tal prática poderia configurar *doping* e prejudicar sua carreira como jogador de futebol. O fisioterapeuta Bruno Mazziotti tem sido uma espécie de anjo da guarda de Ronaldo, que o acompanha desde o *Real Madrid*.

Vejamos. O verbo *admitir*, nesse recorte, tem o significado de: “reconhecer (algo evidente, incontestável)” (HOUAISS; FRANCO; VILLAR, 2004, p. 16). A mediatização do discurso citado pelo verbo *admitir* - nesse enunciado - imprime ao proferimento uma carga negativa, ou seja, o locutor, através desse verbo, deixa implícito que Mazziotti havia anteriormente feito acreditar na hipótese do hipotireoidismo como causa do aumento de peso de Ronaldo. Em outras palavras, o locutor, ao fazer uso desse verbo, deixa entender que já era do conhecimento de Mazziotti que o ganho de peso de Ronaldo não está relacionado ao hipotireoidismo, mas, só agora, a *Veja*, ele reconhece como certa essa informação.

Considerações finais

Neste estudo, baseado na teoria da enunciação de Émile Benveniste, defendemos a ideia de que os verbos introdutórios selecionados pelo locutor para introduzir o discurso de outrem se constituem em marcas da subjetividade na linguagem.

Acreditamos que a perspectiva enunciativa pode abrir as cortinas para uma nova interpretação desses verbos e, buscamos ultrapassar, por meio de nossa análise, o nível semiótico - definido no sistema finito da língua - para chegar ao nível semântico, que é da ordem do irrepetível da enunciação e que implica a *subjetividade* e a *intersubjetividade*. Não olhamos,

portanto, exclusivamente, para a estrutura formal do verbo dentro do enunciado, mas, principalmente, para o sentido atribuído a ele pelo locutor na presente instância de discurso.

Segundo a teoria da enunciação de Benveniste, é no domínio semântico que a língua é semantizada, por meio de um locutor, que, ao se posicionar como *eu* em seu discurso, institui-se como sujeito diante de um *tu*. É assim que compreendemos o verbo introdutor, já que indica a atitude do enunciador frente ao discurso que cita.

Se cada enunciação é única e irrepetível, não há como considerar o sentido dos verbos introdutores de discurso como pré-definidos no sistema da língua, uma vez que seu uso estará sujeito ao momento da enunciação e ao posicionamento do enunciador frente a ele, ou seja, não é pela forma usual do verbo que o sentido será atribuído, digamos, de forma “engessada”, uma vez que, como vimos em nossa análise, o locutor constrói uma interpretação da fala citada por meio do agenciamento que faz das palavras dentro do enunciado. Essa “manipulação” do discurso de outrem contribui para elucidar a consideração feita por Aresi (2011, p. 271) sobre os *procedimentos acessórios*, vistos “como processo de agenciamento das formas”, que permitem sustentar a ideia de que a subjetividade se inscreve na língua toda.

A julgar pelos resultados de nossa análise, os verbos introdutores de discurso citado não são neutros e indicam como o locutor subjetiva a fala do *outro*. Eles fazem parte dos *procedimentos acessórios*, a que Benveniste se refere, de que o sujeito faz uso no processo de passagem da língua ao discurso. Fica, assim, reforçado o entendimento de que a língua dispõe de formas específicas e de *procedimentos acessórios* para que o locutor, quando dela se “apropria”, possa se constituir como sujeito de sua enunciação.

Apesar de restrita, nossa análise mostra que a escolha desses verbos – no discurso citado – promove interpretações específicas, mostrando a avaliação do locutor sobre o que relata. Acreditamos que uma pesquisa mais ampla sobre o sentido que esses verbos operam no discurso citado pode ser uma ferramenta poderosa para promover interpretações mais consistentes e menos ingênuas da utilização da palavra alheia. No contexto pedagógico, vemos aí uma possibilidade de tornar o aluno um leitor crítico, capaz de desconstruir e desmistificar a suposta neutralidade dos discursos tidos como imparciais.

Referências bibliográficas

ARESI, F. *Os índices específicos e os procedimentos acessórios da enunciação*. *ReVEL*, v.9, n.16, 2011.

BENVENISTE, E. *Problemas de linguística geral I*. 5. ed. Campinas: Pontes, 2005.

_____. O aparelho formal da enunciação. In: _____. *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas: Pontes, 1989.

DINIZ, L.; KALLEO, C. Os motivos do adeus. *Revista Veja*, São Paulo, Fevereiro. p.74-80, 2011.

FLORES, V. do N. et al. (Orgs). *Dicionário de linguística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2009.

HOUAISS, A. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2001.

MARCUSCHI, L. A. *Fenômenos da linguagem: reflexões semânticas e discursivas*. São Paulo: Lucerna, 2007.

PEREIRA, D. A volta dos inocentes. *Revista Veja*, São Paulo, Fevereiro. p.56-57, 2011.

Modalização no enunciado e modalização na enunciação

Thiago Fernandes PEIXOTO*

É notável que a partir dos estudos de Émile Benveniste acerca da subjetividade na linguagem, não se possa mais encarar a língua em funcionamento como uma relação intrínseca língua/mundo. A esse respeito, Muzzi (1999), em um interessante artigo acerca do trabalho sobre enunciado e enunciação nesse autor, mostra como Benveniste, ao comparar a linguagem humana com a comunicação das abelhas, apresenta aspectos que ressaltam o caráter específico da linguagem humana em relação a outros meios de comunicação. Essa diferença reside, basicamente, na *enunciação*, concebida como a capacidade de constituição do *sujeito* no e pelo discurso.

Essa subjetividade, de que trata Benveniste, é nada mais do que apropriação da língua pelo locutor, enunciando certas formas linguísticas que o instaurarão como sujeito, um *eu*, obrigando-o a mobilizar a língua por conta própria se posicionando frente a um outro, ou seja, um *tu*. Tanto *eu* quanto *tu* são realidades linguísticas que remetem ao indivíduo que, em um determinado momento, se apropria da língua, sendo que o *eu* pode passar a ser um *tu*, quando interpelado, e o *tu*, um *eu*, a partir do momento que tomar a palavra. Isso faz com que a realidade linguística seja uma realidade dialética, na qual se pode enunciar mesmo coisas que existirão, não existem, ou que já não se fazem presentes.

Indo por outro caminho, Austin irá se posicionar frente aos atos externos à enunciação que se tornam necessários para validá-la. Em seu trabalho sobre os enunciados *performativos*, o filósofo inglês postula a necessidade de elementos extra verbais que legitimem a enunciação ou que a invalidem. Assim, o já clássico exemplo do *Aceito!*, dito em um casamento, somente será válido se o sujeito enunciador for o noivo, estiver diante do juiz e enunciar essa palavra no momento correto. Aquele que enuncia deve, então, se apropriar do estatuto do *eu*, na ocasião legitimada e enunciar apenas o que a ela condiz, de outra forma a enunciação não se torna válida em relação à *ação intencionada*.

* Mestre em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da UFMG.

Em situações diversas pode ser que ao enunciador não seja possível ou que ele não deseje se valer de enunciados tão fixos quanto o apresentado por Austin. Como exemplo correlato ao de Austin, tem-se:

- a) Eu acho que aceito!
- b) Talvez eu aceite!
- c) É certo que aceito!

O que o sujeito fará, então, é modalizar seu enunciado, levando em conta a situação de enunciação e os objetivos intencionados. Passa-se, então, a um outro caráter do fenômeno enunciativo, a *modalização*.

Muito se tem escrito acerca desse fenômeno. Charaudeau (1992) entende que a modalização faz parte do fenômeno enunciativo, não se desvincilhando deste. Ela está de tal forma ligada à enunciação, que Dubois define a modalização como “la marque que le sujet ne cesse de donner à son énoncé” (DUBOIS, 1969, p. 105), o que se situa dentro de sua forma de entender a enunciação: “L'énonciation est présentée soit comme le surgissement du sujet dans l'énoncé, soit comme la relation que le locuteur entretient par le texte avec l'interlocuteur, ou comme l'attitude du sujet parlant à l'égard de son énoncé”. (DUBOIS, 1969, p. 100).

A concepção de enunciação desses dois autores advém de Benveniste, que a entende como um “mise en fonctionnement de la langue par un acte individuel d'utilisation” (BENVENISTE, 1970, p. 12). Somente quando o locutor se apropria da língua para utilizá-la, há enunciação. Ora, ao se apropriar da língua, seria pouco provável que o locutor, agora transformado em sujeito, não deixe marcas no seu enunciado. Nessa concepção, todo enunciado seria modalizado.

Ocorre, porém, que a tese segundo a qual todos os enunciados de uma língua carregam modalização não é consenso entre os linguistas. Comentando Ducrot, Neves (2007, p. 152) informa que, segundo o linguista francês, o nome *modalidade* diz respeito à oposição trazida pela Lógica antiga entre os conceitos de *possível*, de *real* e de *necessário*. O real seria uma modalidade zero, por isso as descrições seriam um tipo de enunciado no qual não caberia modalidade. A modalidade seria, então, legada apenas aos enunciados de cunho subjetivo,

oscilando entre o *possível* e o *necessário*. Todas as categorias modais teriam origem a partir destes dois conceitos.

Não se pode separar esse modo de ver a modalização (se de um lado há modal, de outro há não-modal) da concepção que Ducrot traz de enunciação. Diferente de Benveniste, para Ducrot, a enunciação é:

O acontecimento constituído pelo aparecimento de um enunciado. A realização de um enunciado é de fato um acontecimento histórico: é dado existência a alguma coisa que não existia antes de se falar e que não existirá mais depois. É esta aparição momentânea que chamo de “enunciação”. Ressaltar-se-á que não faço intervir na minha caracterização da enunciação a noção de ato – *a fortiori*, não introduzo, pois, a noção de um sujeito autor da fala e dos atos de fala. Não digo que a enunciação é o ato de alguém que produz o enunciado: para mim é simplesmente o fato de que um enunciado aparece. (DUCROT, 1987, p. 168-169).

No entender de Ducrot, a enunciação tem caráter estritamente intralinguístico, e assim a língua vale por si própria. Esse pensamento é desconcertante, pois, afinal, é possível separar a língua do sujeito que a utiliza? É possível separar o enunciado do *ato de produção* realizado pelo sujeito? A esse respeito, a pergunta acerca de ser ou não a modalização integrante de todo ato de linguagem parece bastante pertinente. Para isso, torna-se necessário dividir a modalização em dois tipos diferentes, a que se inscreve no *enunciado* e a que se inscreve na *enunciação*.

1 A modalização no enunciado

A modalização no enunciado seria aquela na qual certos termos formais são responsáveis pela marca modal que o sujeito imprime no enunciado. Em geral, verbos, adjetivos, advérbios etc. Desempenham essa função:

- e) Eu pareço doente?
- f) Estou muito feliz!

Esses dois exemplos apresentam tipos de modalização no enunciado expressos por categorias formais diferentes. Ambos apontam a atitude do locutor em relação ao seu próprio dito, sendo marcados pelo verbo *pareço* e pelo advérbio *muito*, os quais alteram o sentido inicialmente apresentado, intensificando ainda mais o grau de adesão do dizer ao dito.

A partir da modalização no enunciado, tentou-se muitas vezes criar tipos de modalidade. Neves (2007 p. 161), por exemplo, mostra diferentes concepções de modalização, apresentando uma exaustiva lista formulada por Perkins, que subdivide tipos de modalidades: *aléticas* (referem-se a verdades), *epistêmicas* (referem-se a conhecimentos e crenças), *bulomaicas* (referem-se a desejos), *deônticas* (referem-se a obrigações), *temporais* (referem-se ao tempo), *avaliativas* (referem-se a julgamentos), *causais* (referem-se a causas), *probabilísticas* (referem-se a probabilidades). Ainda segundo ela, “os tipos de modalidade tradicionalmente reconhecidos são um tanto diferentes nos diferentes autores, mas podem ser resumidos na distinção entre modalidade epistêmica e não epistêmica”, distinção essa feita por Klinge (*apud* NEVES, 2007, p. 162).

Tipologias acerca da modalidade apresentam problemas. Primeiro porque uma tipologia deve obedecer a um raciocínio *indutivo*, já que somente observando os diferentes tipos de modalidade seria possível estabelecer uma tipologia delas. Há de se considerar também que o aspecto formal pelo qual se insere a modalidade no enunciado não apresenta segurança. Assim, Charaudeau (1992, p. 573) postula uma série de problemas a esse respeito. Segundo ele:

- a) O contexto pode fazer variar os diferentes sentidos de uma mesma marca modal, como ocorre com o verbo *gostar* em: *Eu gosto de você* (apreço), *Eu gostaria que você saísse* (ordem).
- b) Uma mesma marca linguística, em um mesmo contexto linguístico, pode exprimir simultaneamente várias intenções de comunicação: *Posso tomar a palavra?*, pode significar *Eu quero falar*, *Você fala demais*, *Você está falando besteiras*. É, então, a enunciação em seu todo o que determinará qual sentido seria mais adequado ao contexto.
- c) Uma mesma intenção de modalização pode ser expressa por marcas linguísticas que pertencem a diferentes sistemas formais, como um verbo, ou uma entonação, ou uma gesticulação.
- d) Pode ser que a modalização não seja expressa por marcas linguísticas, mas pela própria organização do enunciado.

Para Charaudeau, a modalização está, sobretudo, no *implícito* do discurso. Isso faz com que ele não a encare como uma *categoria formal*, mas como uma *categoria conceitual*.

É importante ressaltar que não se está negando que haja modalização no enunciado. No entanto, é necessário lembrar alguns problemas trazidos ao se postular categorias rígidas para o reconhecimento de marcas modais, o que, acima de qualquer outra coisa, é prejudicial à ampla gama de possibilidades modais oferecidas tanto pelo verbal quanto pelo extra verbal.

Goffman, já em 1964, chamava atenção para a negligência, vigente até hoje, das situações sociais de fala, mas que não se pode relegar apenas à fala ao se trabalhar como uma análise do discurso que busca compreender os mecanismos de funcionamento de seu objeto de estudo. Não apenas o linguístico, mas também o extralinguístico é portador de sentido e engloba toda a enunciação, interferindo em seu sentido. Não se pode aqui deixar de citar uma passagem bastante reveladora de Goffman (2002 p. 19-20):

Devemos apresentar as elocuições com um revestimento de gestos funcionais (...) Os sons são usados nesse trabalho gestual porque os sons, em encontros falados, vêm a ser convenientes; mas tudo o mais que está disponível também é sistematicamente usado. Dessa forma, muitas das propriedades da fala terão de ser vistas como alternativas a atos extralinguísticos, ou equivalentes funcionais deles, como acontece quando, por exemplo, um participante sinaliza sua partida iminente de um encontro conversacional ao mudar sua postura ou ao redirecionar a sua atenção, ou ainda ao alterar o contorno da entonação de sua última afirmação.

As considerações de Goffman abrem terreno para outras indagações que lançam um amplo olhar à modalização. A atitude do locutor, como se define a modalização, estaria inscrita apenas em marcas formais no enunciado? Se se encarar assim a modalização retira-se várias outras formas de o locutor se colocar na enunciação, e que não se veiculam por meio de marcas formais¹⁷.

Ora, como coloca Charaudeau, repetições, entonações, gesticulações, a forma de se organizar o discurso, tudo isso é relevante para se apreender a maneira pela qual o locutor implica a si, ao outro e ao mundo na enunciação. Está-se então no terreno de marcadores não formais, no terreno do implícito, o que implicará a modalização não no enunciado, mas na enunciação.

2 A modalização na enunciação

¹⁷ Essas diversas possibilidades são lembradas por Austin, quando pensa nas condições de sucesso de um ato de fala, como uma pessoa dar os *pêsames* apresentando um semblante alegre, ou os *parabéns* com uma expressão facial de tristeza.

Charaudeau (1992 p. 574) entende que a modalização comporta um certo número de atos enunciativos que correspondem a uma posição particular do locutor em relação ao seu dizer. Estes atos são três: *alocutivo*, *elocutivo* e *delocutivo*, os quais integram os atos *locutivos*.

Nesta linha de pensamento, os atos *locutivos* integram a modalização, pois é em função da implicação do locutor, do interlocutor ou do mundo no enunciado que se terá um ou outro tipo de modalização.

No ato *alocutivo* o interlocutor é relacionado ao ato enunciativo pelo locutor. Este modaliza seu enunciado impondo uma atitude àquele, seja em uma relação de força (interpelar, autorizar, propor) ou de pedido (interrogar, pedir). No ato *elocutivo*, o interlocutor não é interpelado, é o locutor quem expressa seu ponto de vista em relação ao seu dito, mediante um modo de saber, uma avaliação, uma motivação, um engajamento, uma decisão, os quais relacionam categorias como promessa, declaração, opinião e outros.

Já no ato *delocutivo*, nem o locutor nem o interlocutor estão presentes na enunciação. As coisas se passam como se ninguém as dissesse (como na utilização de marcas verbais impessoais) ou são relacionadas a um terceiro. Aqui o caráter modal dos enunciados só pode ser compreendido ao se levar em conta a própria enunciação.

Tome-se uma passagem bíblica na qual Jesus dialoga com Simão Pedro para exemplificar o que se entende por modalização na enunciação:

E, depois de terem jantado, disse Jesus a Simão Pedro: Simão, filho de Jonas, amas-me mais do que estes? E ele respondeu: Sim, Senhor, tu sabes que te amo. Disse-lhe: Apascenta os meus cordeiros. Tornou a dizer-lhe segunda vez: Simão, filho de Jonas, amas-me? Disse-lhe: Sim, Senhor, tu sabes que te amo. Disse-lhe: Apascenta as minhas ovelhas. Disse-lhe terceira vez: Simão, filho de Jonas, amas-me? Simão entristeceu-se por lhe ter dito pela terceira vez: Amas-me? E disse-lhe: Senhor, tu sabes tudo; tu sabes que eu te amo. Jesus disse-lhe: Apascenta as minhas ovelhas. (João 21:15-17)

Neste fragmento, vê-se que Jesus faz uma pergunta para Simão Pedro, e obtém uma resposta – ambos aqui sendo atos alocutivos. Em seguida ele repete a pergunta, obtendo novamente uma resposta. Posteriormente ele repete a pergunta, causando tristeza em Simão Pedro. Vários são os sentidos que se pode apreender deste fragmento: por um lado Jesus teria mostrado não estar certo quanto ao amor de Pedro, por outro, pode ter julgado que Simão Pedro não o amava. Uma outra interpretação possível é que ele quisesse fixar em Simão Pedro uma ideia, a de *apascentar suas ovelhas*, por amá-lo. Estar-se-ia, então, diante de modalidades como a da *ordem*, ou outras, que não caberiam *apenas* nos conceitos de *possibilidade* ou de “necessidade”.

Essa gama de interpretações mostra que a atitude em relação ao dizer do locutor é polissêmica, pois a linguagem tem um caráter polissêmico: as denotações são poucas. Este é um exemplo de modalização que se dá pela enunciação, o locutor toma uma atitude implícita em relação ao seu dizer.

Pode ser também que outras repetições adquirissem significados distintos, como um namorado dizer à sua namorada: *Eu te amo, eu te amo, eu te amo*, o que poderia modalizar seu enunciado em termos de *intensidade*.

Conclusão

O que se apresenta, então, nessa divisão entre modalização no enunciado e na enunciação é a oportunidade de entender que a modalização se dá não apenas pelas marcas formais apresentadas no enunciado, mas também pelo processo que lhes dá origem. Isso mostra uma condição *sine qua nom* para se estudar as enunciações e as possibilidades de intencionalidade que qualquer interação possa apresentar. Nenhuma linguística, nem mesmo a chamada *linguística dura*, pode ir contra isso, porque o sentido das marcas formais no enunciado é dependente do processo mais amplo no qual elas estão inseridas, e para isso a aparição dos sujeitos da linguagem, como visto, se faz necessário para constituir aquilo que Charaudeau chama de *mise-em-scène* do ato de linguagem, ou seja, o *discurso*, já que a modalização é mais que um efeito de língua, é um efeito de discurso.

Referências bibliográficas

BENVENISTE, E. L'appareil formel de l'énonciation. *Langages*, Paris, n.17, p. 12-18, 1970.

CHARAUDEAU, P. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hachette, 1992.

DUBOIS, J. Enoncé et énonciation, *Langages*, Paris, n. 13, p. 100 – 110, 1969.

DUCROT, O. *O dizer e o dito*. São Paulo: Pontes, 1987.

GOFFMAN, E. A situação negligenciada. In: RIBEIRO, B. T.; GARCEZ, P. M. (org.). *Sociolinguística interacional*. São Paulo: Loyola, 2002, p. 13 – 20.

NEVES, M. H. M. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2007.

A SINTAGMATIZAÇÃO E A PRODUÇÃO DE SENTIDOS EM REDAÇÕES DE VESTIBULAR

Diego Vilanova TITELLO*

Introdução

O trabalho com textos em sala de aula quase sempre, infelizmente, continua privilegiando a rotulação e a classificação dos elementos linguísticos sem lançar um olhar para o funcionamento desses e, por consequência, para a subjetividade inerente a todo ato de tomada da palavra.

Ao estudar a Teoria da Enunciação benvenistiana, julguei que seria significativo aplicar os fundamentos dessa teoria ao estudo de textos, uma vez que a maioria dos trabalhos nessa área são de cunho teórico. Assim, optei por analisar, como objeto de estudo, um *corpus* de textos escritos, mais especificamente redações de vestibular. No presente artigo, proponho-me a empreender tal análise.

O foco central do trabalho é, pois, analisar redações de vestibular numa perspectiva enunciativa, ou seja, buscar compreender os efeitos da (inter)subjetividade constitutiva de qualquer ato de tomada da palavra em uma instância discursiva única (escrita de redações de vestibular). A este artigo serve como referencial teórico principal a teoria enunciativa benvenistiana. Recorro também às contribuições de Patrick Charaudeau sobre o modo de organização argumentativo, modo de organização discursiva predominante nas redações de vestibular a serem analisadas.

O ensino da Língua Portuguesa nas escolas deve ser um ensino que considera que há um estreito vínculo entre os elementos da gramática e o texto, visto que é no uso que os recursos gramaticais assumem seu papel, isto é, atualizam-se. Penso que a Teoria da Enunciação de Benveniste, por relacionar a semantização à sintagmatização, pode constituir um fundamento para um estudo linguístico mais significativo para o aluno.

A seguir, abordaremos a teoria da enunciação atribuída a Émile Benveniste, um linguista que viveu além do seu tempo, já que incluiu nos estudos linguísticos a noção de subjetividade, indissociável do uso da língua.

* Mestre em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Perspectiva enunciativa benvenistiana

A teoria proposta pelo linguista francês Émile Benveniste mudou radicalmente o rumo dos estudos linguísticos. A ciência linguística se ocupava basicamente do estudo da forma e estrutura das línguas, não havendo uma real preocupação com o uso que se faz do sistema linguístico em contextos reais de enunciação. O princípio da abordagem estruturalista é o de que “a língua deve ser estudada em si mesma e por si mesma” (COSTA, 2010, p. 115), o que significa dizer que toda preocupação extralinguística precisa ser ignorada, uma vez que a estrutura da língua é estudada e descrita a partir de suas relações internas.

Benveniste é um fiel estruturalista seguidor de Ferdinand de Saussure, porém, ultrapassa o mestre genebrino, no sentido de que entende língua e fala como conceitos que se misturam na enunciação. O linguista quis mostrar que o uso que o locutor faz da língua (semântico) não prescinde do semiótico, da estrutura, ou seja, ambos se articulam para a construção do sentido pretendido. É, então, possível dizer que o autor possui como base fundante em sua teoria conceitos estruturalistas, como signo, relações paradigmáticas, mas os ultrapassa, fazendo com que sua teoria se ocupe do sentido, sentido esse que é construído por um sujeito que se dirige a um interlocutor em uma determinada situação enunciativa. Passemos, então, os olhos pelos principais conceitos formulados na teoria.

No artigo *O aparelho formal da enunciação*¹⁸, Benveniste (2006a, p. 82) entende o ato enunciativo como “este colocar a língua em funcionamento por um ato individual de utilização”. Ou seja, cada vez que o locutor se apropria dos elementos linguísticos disponíveis no sistema, promovendo uma certa organização sintática, com o fim de expressar determinado sentido, ele produz uma singular utilização, o que nos permite afirmar que toda enunciação, para Benveniste, apresenta singularidade ou irrepetibilidade. Toda vez que o locutor faz uso da língua, têm-se condições de tempo (agora), espaço (aqui) e pessoa (eu-tu) diferentes, o que comprova a diversidade de situações em que se dá o processo enunciativo e, conseqüentemente, seu ineditismo.

Benveniste (2006a) explicita bem a diferença que há entre enunciação, como um ato de produção de enunciado realizado por um sujeito enunciadador, e o enunciado, como o produto que decorre desse ato. “É preciso ter cuidado com a condição específica da enunciação: é o ato

¹⁸ Esse artigo foi publicado pela primeira vez em 1970.

mesmo de produzir um enunciado, e não o texto do enunciado que é nosso objeto” (BENVENISTE, 2006a, p.82). Todo enunciado pressupõe uma enunciação anteriormente. Segundo Flores e Teixeira (2005, p. 36), “o observável são as marcas da enunciação no enunciado”, visto que o ato enunciativo é efêmero e instantâneo.

No artigo *Da subjetividade na linguagem*¹⁹, Benveniste afirma que é impossível estabelecer uma oposição entre o homem e a linguagem, refutando a concepção de que a linguagem seja um instrumento de comunicação por considerá-la muito simplista. Nas palavras de Benveniste (2005a, p. 285)

Não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a. Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição de homem.

Ou seja, a linguagem é uma condição da existência humana, é ela que organiza toda a vida dos homens. A linguagem, conforme Benveniste, é uma faculdade simbólica inerente à condição humana. O homem é um ser da linguagem, ela está na sua natureza, porém não o é sozinho. A linguagem viabiliza a existência do *eu* e do *tu*, por serem signos que, fora de uma situação comunicativa particular, não têm significado algum. O homem só pode conceber sua existência pela possibilidade de contrastá-la com o outro. Poder-se-ia pensar, à primeira vista, que, para Benveniste, o conceito de locutor, sujeito e homem seja o mesmo, porém são conceitos distintos entre si, embora possam remeter à mesma referência. Locutor, para Benveniste, é o ser do discurso, o responsável por colocar a língua em funcionamento. Promove o agenciamento de palavras no enunciado, visando sempre atingir/influenciar de alguma forma o seu interlocutor. O sujeito (categoria da língua) é o efeito da conversão da língua em discurso, ele emerge da sintagmatização/semantização promovida pelo locutor em uma determinada situação de enunciação.

Para Benveniste (2006a, p. 84), “toda enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocação, ela postula um alocutário”. Ao se apropriar do aparelho formal da língua e se enunciar como “eu” no seu discurso, o locutor implanta um “tu” diante de si, ou seja, o funcionamento da língua é intersubjetivo. É a intersubjetividade que possibilita o surgimento da subjetividade: para que o sujeito possa se propor como tal no discurso, ele tem de estar necessariamente

¹⁹ Esse artigo foi publicado pela primeira vez em 1958.

constituído pelo outro. Assim, “a linguagem exige e pressupõe o outro” (BENVENISTE, 2006c, p. 93).

Buscando encontrar marcas de subjetividade na linguagem, isto é, marcas da nossa voz no discurso, Benveniste (2005a, p. 288) vê nos pronomes pessoais “o primeiro ponto de apoio para essa revelação da subjetividade na linguagem”. Ele diferencia as duas primeiras pessoas (*eu-tu*) da terceira (*ele*) a partir de duas correlações: correlação de pessoalidade e de subjetividade. A primeira se caracteriza por uma relação de oposição entre o *eu-tu*, que são as pessoas que participam do discurso, do *ele*, caracterizado como a não pessoa, ausente da relação estabelecida entre *eu-tu*, podendo designar uma infinidade de sujeitos ou nenhum. A segunda correlação opõe *eu* a *tu*. Para o autor, “poder-se-á, então, definir o *tu* como a pessoa não subjetiva, em face da pessoa subjetiva que *eu* representa; e essas duas pessoas se oporão juntas à forma de ‘não pessoa’” (BENVENISTE, 2005b, p. 255). A forma *eu* se caracteriza por ser interior ao enunciado e transcendente a *tu*. Isso não significa que o primeiro tenha maior importância que o segundo, já que ambos são complementares e igualmente essenciais para que ocorra a interação.

Ambos são signos contextuais, vazios, desprovidos de referência material e que remetem sempre a uma situação discursiva única. Toda vez que alguém se pronuncia, essas “conchas vazias se tornam cheias” (DUFOUR, 2000, p.272). De acordo com o *Dicionário de Linguística da Enunciação*,

tais signos não têm significado como formas objetivas ou virtuais, afinal, *eu* não designa nada nem ninguém. No entanto, *eu*, no instante em que fizer parte de uma instância de discurso, é automaticamente atualizado com o sentido que emana da totalidade do significado da enunciação que integra. (FLORES et al., 2009, p. 55)

O conceito de referência em Benveniste (2006b, p. 231) não está em consonância com a concepção tradicional que se tem desse termo: “a ‘referência’ da frase é o estado de coisas que a provoca, a situação de discurso ou de fato a que ela se reporta e que nós não podemos jamais prever ou fixar”. Quando um falante se apropria do aparelho formal da língua para realizar um ato de fala, aquilo de que se fala (*ele*), que se encontra ausente na alocação, está submetido à perspectiva do *eu*, o que nos permite afirmar que não existe total neutralidade ou imparcialidade em um enunciado: o ser do discurso se reconstrói ao falar d’*ele*.

O sentido, na língua em uso, se realiza por uma forma específica: a do sintagma. O sistema da língua disponibiliza, além de signos, cujo sentido é genérico, uma sintaxe com regras

a serem seguidas. Porém, o enunciador, valendo-se de certa margem de liberdade, realiza um arranjo sintagmático particular dos itens gramaticais e lexicais na/pela enunciação, visando provocar determinado efeito de sentido no interlocutor. Pode-se dizer, pois, que, no processo de passagem da língua em discurso, reside a singularidade sintática: locutor se apropria da língua e escolhe, dentro do repertório disponibilizado pelo sistema, os recursos linguísticos que melhor expressam o sentido que deseja veicular.

Segundo Benveniste (2006b, p. 230), “o sentido da frase é de fato a ideia que ela exprime; este sentido se realiza formalmente na língua pela escolha, pelo agenciamento de palavras, por sua organização sintática, pela ação que elas exercem umas sobre as outras”. A sintagmatização, concebida por Benveniste como o processo de seleção e organização sintática de palavras no enunciado, é um suporte de que se vale o locutor na semantização para o alocutário. É visando à atribuição de (co)referência que se dão relações sintagmáticas.

Os principais conceitos formulados pelo autor se encontram sintetizados no último texto escrito por ele, denominado de *O aparelho formal da enunciação*. Nesse artigo, o linguista afirma que o locutor, no momento de apropriação da língua, enuncia sua posição de sujeito não só por meio de índices específicos, mas também através de procedimentos acessórios. Além disso, nesse texto, como o próprio nome sugere, a enunciação constitui o foco principal de reflexão do linguista e se percebe que o processo enunciativo ganha uma amplitude muito maior, comparado com os textos publicados nas décadas de 40 e 50. A fim de corroborar com o que foi dito, o autor diz que “trata-se aqui de um mecanismo total e constante que, de uma maneira ou de outra, afeta a língua inteira” (BENVENISTE, 2006a, p. 82). Com essa afirmação, Benveniste amplia o escopo da noção de subjetividade para toda a língua, não estando mais essa noção restrita aos signos dêiticos. Segundo Aresi (2011, p. 273), “enunciar é subjetivar a língua toda”. Entende-se que, na enunciação, todos os elementos da língua estão submetidos à subjetividade daquele que (se) enuncia, uma vez que todos eles fazem parte do processo de arranjo sintático, a cada vez singular.

Conforme o *Dicionário de Linguística da Enunciação* (FLORES et al., 2009, p. 48), o aparelho formal da enunciação define-se como “dispositivo que permite ao locutor transformar a língua em discurso”. Compreende-se que o fenômeno linguístico da enunciação se dá, inicialmente, através da apropriação por parte do locutor do aparelho formal da língua, que fornece ao locutor os instrumentos necessários para ele realizar o seu ato enunciativo. Dessa

apropriação nasce o aparelho formal da enunciação, sempre inaugurado em cada ato, ocorrendo, dessa forma, a semantização da língua, ou seja, a conversão dela em discurso.

Já vimos que os índices específicos são considerados os indicadores clássicos da subjetividade na linguagem, tendo como função assegurar a referência ao ato e à situação de enunciação. Porém, o que seriam os procedimentos acessórios?

Benveniste nunca em seus textos propôs uma definição desse termo, porém, fazendo uma análise detida dessa expressão, percebe-se que ela traz uma ideia de “processo”, de “organização”, o que nos permite afirmar que está diretamente vinculada à noção de sintagmatização. Enquanto os indicadores específicos têm como função indicar/apontar para a situação enunciativa, os procedimentos acessórios correspondem às inter-relações entre palavras empreendidas pelo locutor na busca pelo sentido que deseja imprimir ao seu enunciado.

Assim, há entre os índices específicos e os procedimentos acessórios uma relação de complementaridade, ambos são igualmente necessários para a constituição do aparelho formal da enunciação, já que não existe forma de estar na língua, colocando-se como locutor e instituindo um interlocutor para falar do mundo, sem a utilização tanto dos índices quanto dos procedimentos. Toda vez que utilizamos a língua, em primeiro lugar nos instanciamos como locutor e ao outro como interlocutor, assim como determinamos o tempo e o espaço, no entanto apenas fazer isso não basta, uma vez que queremos, através da enunciação, atuar de alguma forma sobre o outro. É com vistas a isso, em consonância com a “significação *intencionada*” (BENVENISTE, 2006a, p. 233, grifo nosso), que o locutor coloca em ação os procedimentos acessórios, dispondo de um “aparelho de *funções*”²⁰ (BENVENISTE, 2006a, p. 86, grifo nosso).

Por último, cabe mencionar que, no artigo *Forma e sentido na linguagem*²¹, o linguista trata da distinção entre os domínios semiótico e semântico. No domínio semiótico, cuja unidade é o signo, há a preocupação de que o signo signifique, tenha sentido. A grande pergunta relacionada ao semiótico é a seguinte: tal signo significa ou não? Os signos entram numa cadeia de relações, na qual cada um é o que o outro não é. Então, eles têm como características

²⁰ Segundo Aresi (2011, p. 273, nota de rodapé, grifo do autor), “Com relação a esse aparelho de funções, Benveniste faz corresponder as funções da *interrogação*, da *intimação* e da *asserção*, funções sintáticas possíveis no uso da língua somente através de leis de agenciamento das formas: ‘Todas as formas lexicais e sintáticas da interrogação, partículas, pronomes, sequência, entonação, etc. derivam deste aspecto da enunciação’ (Benveniste, 1970/2006: 86). O linguista também concebe neste mesmo texto de 1970 ‘todos os tipos de modalidades formais, [...] uns pertencentes aos verbos, [...] outros à fraseologia’, como características da enunciação, embora reconheça que tais elementos são menos categorizáveis”.

²¹ Esse artigo foi publicado pela primeira vez em 1966.

fundamentais serem opositivos e significativos. No nível semântico, não se tem mais como foco de preocupação se determinado signo significa, mas do que o locutor quer dizer, do real sentido que determinada construção sintagmática assume em uma situação enunciativa particular.

Explicitados os principais postulados de Benveniste, a seguir, serão contempladas, brevemente, as reflexões de Charaudeau acerca do modo de organização argumentativo, assim como a conceituação existente na literatura acerca dos gêneros textuais, focando em específico o gênero redação de vestibular.

A ordem do argumentar e a redação do vestibular

Conforme Charaudeau (2008), o modo de organização argumentativo não é tão simples de ser tratado, já que não apresenta uma realidade tão tangível de ser apreendida. Ao contrário de uma narrativa, que não pode ser anulada, uma argumentação pode ser anulada, caso seus argumentos não se sustentem. O ato de argumentar não resulta somente do uso de categorias da língua (nexos, por exemplo), mas também e, principalmente, da organização do discurso. A argumentação está intimamente ligada às finalidades discursivas do sujeito enunciador, ou seja, é uma prática discursiva, transcendendo o nível intralinguístico.

Charaudeau (2008) explica que a argumentação, como ato de linguagem que visa à persuasão, define-se numa relação triangular entre um sujeito argumentante (produtor de um raciocínio), uma proposta sobre o mundo e o sujeito-alvo. Em outras palavras, é necessário, para que haja argumentação, uma proposta que provoque um questionamento em alguém, um sujeito que mostre engajamento em relação a esse questionamento e desenvolva uma linha de pensamento para tentar estabelecer uma verdade e um outro sujeito que constitui a pessoa a quem se dirige o argumentador no intuito de persuadi-la.

É comum encontrarmos reflexões que explicitam que o texto de vestibular, do ponto de vista interlocutivo, é produto de uma situação artificial, uma vez que não estão ali presentes os princípios básicos do uso da linguagem: não há alguém querendo verdadeiramente dizer algo (influenciar, argumentar, agir) a outro alguém. Porém, se, por um lado, não podemos negar o artificialismo da situação que se coloca quando se pede ao vestibulando que redija uma redação de vestibular, por outro lado, também não podemos negar que há uma relação interlocutiva, que pode até não ser a ideal, mas, sem dúvida nenhuma, há a colocação da relação enunciativa no momento de produção desse texto: um *eu* quer falar de alguma coisa (*ele*) a um *tu*. Esse gênero

é um texto que atende a propósitos bem específicos de pelo menos duas partes: vestibulandos e banca avaliadora, configurando, desse modo, uma situação particular e definida de interlocução.

A redação de vestibular sob um olhar enunciativo: uma breve análise

Nosso objeto de estudo é uma redação de vestibular que versa sobre a questão dos relacionamentos na modernidade, produzida por ingressante na Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Selecionamos, para esse artigo, somente uma redação para análise, pois uma análise enunciativa, cujo objetivo é flagrar a subjetividade inerente a toda enunciação, é sempre uma análise de cunho qualitativo, não quantitativo. O texto foi transcrito fielmente, mantendo-se a forma e o conteúdo originais.

Cabe esclarecer que os textos analisados seguem a seguinte proposta de produção textual:

Quadro 1: Proposta de produção textual

Alguns afirmam que, na sociedade contemporânea, os relacionamentos amorosos são caracterizados pelo desapego, pela instantaneidade e pela superficialidade.

- *Você concorda com esse questionamento?*

Redija um texto argumentativo em que você responda a essa questão e sustente sua tese em argumentos consistentes.

Fonte: Adaptado de Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2011, p. 5)

Análise

Análise do Texto *Meros Brinquedos*

Meros brinquedos

Atualmente vivemos em uma época onde, infelizmente, coisas e pessoas são instantâneas e descartáveis. Por esta razão, concordo que a maioria dos relacionamentos são baseados na superficialidade e instantaneidade. Na verdade, muitos relacionamentos começam com o prazo de validade marcado.

Um simples exemplo de como aprendemos isso é, que desde crianças aprendemos a jogar fora os brinquedos velhos e a brincar com os novos. Porém, ninguém ensina à criança uma nova maneira de brincar com aquele brinquedo velho. E são com pequenos detalhes como esse, que aprendemos a ter desapego por coisas e, conseqüentemente, por pessoas. Pois aprendemos que as coisas possuem vencimento, e nós não precisamos nos apegar à elas, pois algo melhor sempre virá para substituir algo velho.

Ter um namorado é algo complicado, pois exige esse apego que não somos habituados. Num relacionamento você precisa se dedicar, e algumas vezes você terá que abrir mão de certas coisas, para que talvez lhe dê o retorno esperado. O problema é esse ‘talvez’, pois a maioria das pessoas não estão dispostas a sair da sua zona de conforto; e aprender maneiras de como lidar e conviver com alguém que talvez não esteja a altura de satisfazer suas necessidades num relacionamento.

Por isso, a instantaneidade dos relacionamentos. Só estamos com alguém enquanto não for complicado e enquanto nos der prazer. E quando esse prazer de brincar com esse brinquedo passar, vamos encontrar outro brinquedo até enjoar.

É necessário observar que a produção de uma redação de vestibular constitui uma enunciação de retorno, visto que é a partir de uma proposta de produção de texto, em que o candidato é solicitado a dissertar sobre determinado assunto, que ele se enuncia.

Quanto a esse aspecto, cabe ainda afirmar que, no contexto de produção desse gênero, há uma dupla cena enunciativa instaurada simultaneamente. Em primeiro lugar, há a cena na qual se encontram em relação enunciativa o vestibulando (locutor) e a proposta de produção de texto do Vestibular da Unisinos. O texto produzido pelo candidato é, inicialmente, produto da interação que ele estabelece com a proposta que lhe foi apresentada, a qual contém o tema da proposta, o caráter (argumentativo, descritivo, narrativo) do texto, o número mínimo de linhas que deve constar, entre outras questões. Nessa primeira relação entre eu-tu, que evidencia a interlocução do locutor com a proposta, percebe-se que o candidato procura realizar uma leitura da proposta, tomando cuidado de não fugir ao tema, de escrever no gênero solicitado etc.

Posteriormente, existe uma relação interlocutiva entre o eu (candidato) e a banca avaliadora do exame de vestibular da Unisinos (tu). É possível perceber essa interlocução através de todas as tentativas de formulação de um texto que tenha condições de receber a melhor avaliação possível.

Agora atentaremos para os instrumentos linguísticos de que se utiliza o locutor para marcar sua posição de sujeito. Analisaremos, aqui, não somente os índices clássicos de subjetividade, uma vez que isso iria limitar uma análise que pretende ser de cunho enunciativo.

Em primeiro lugar, chama a atenção o título do texto intitulado “Meros brinquedos”, criando, assim, juntamente com o leitor, um universo referencial determinado a partir dos sentidos construídos a cada ato de apropriação da língua. A função sintática da asserção, “a manifestação mais comum da presença do homem na enunciação” (BENVENISTE, 2006a, p. 86), aparece no próprio título da redação, visto que, ao dizer “Meros brinquedos”, o locutor comunica uma certeza, afirmando um referente ainda desconhecido pelo leitor como *meros brinquedos*. Além disso, a presença do adjetivo depreciativo “meros” já denota indicação de subjetividade. Ao empregar tal adjetivo, o locutor avalia pejorativamente “os brinquedos”.

No primeiro parágrafo do texto, é possível constatar algumas marcas que atestam a inscrição do homem na língua. Logo na linha 1, o locutor utiliza o advérbio “atualmente”, que corresponde ao momento *agora* (presente) do enunciador, designando o momento em que ele vive. Refere-se a um período maior de tempo, dentro do qual, num ponto determinado, se dá o ato enunciativo.

Um fator que faz emergir a intersubjetividade é o enunciado posto pelo locutor – “concordo que a maioria dos relacionamentos são baseados na superficialidade e instantaneidade” (linhas 2-3) – que está diretamente relacionado com o questionamento realizado pela proposta de produção do texto de vestibular. Nitidamente, através desse enunciado, comprova-se a relação que o vestibulando estabeleceu com a proposta de produção. O locutor se utiliza de verbo flexionado na primeira pessoa do singular “concordo” (linha 2), a fim de expressar a sua concordância de que a maioria dos relacionamentos atuais são baseados na superficialidade e instantaneidade.

Observam-se, no texto, alguns índices específicos que constituem marcas linguísticas de subjetividade. O vestibulando emprega o verbo “vivemos” (linha 1), cuja referência é genérica, uma vez que remete às pessoas em geral, incluindo o locutor e o interlocutor. Da mesma forma, faz uso de outros verbos flexionados na primeira pessoa do plural (“aprendemos” – linhas 5 e 8; “precisamos” – linha 9; “somos” – linha 11; “estamos” – linha 16; “vamos” – linha 18), a fim de marcar intersubjetivamente seu texto. Ao usar essas formas verbais, o candidato dá, pois, relevo à intersubjetividade, visto que marca, explicitamente, sua presença e a do outro em seu texto. O pronome pessoal reto “nós” (linha 9), também tem como referentes o próprio locutor, o leitor e as pessoas em geral, sendo genérico esse referente.

No terceiro parágrafo do texto, mais especificamente na linha 12, o locutor apresenta um uso subvertido do “você”. Esse pronome tem, no domínio semiótico, a função de representar a segunda pessoa do discurso, isto é, remete ao interlocutor. No entanto, na redação analisada, adquire um sentido específico, designando as pessoas em geral, incluindo o locutor e o alocutário. Em outras palavras, o “você”, dentro dessa instância enunciativa, assume o sentido que comumente se atribui ao “nós”. Observamos também o uso subvertido do pronome oblíquo “lhe” (linha 13), em que ele faz referência genérica, denotando todas as pessoas, inclusive o enunciador e o interlocutor. Da mesma forma, o pronome possessivo “suas”, que remete ao “você” instalado no texto, também remete a um referente genérico.

É interessante perceber que, através dessas marcas, ele não se exime, já que a todo o momento, coloca a si próprio e as demais pessoas como diretamente responsáveis pelo desapego que caracteriza os relacionamentos da modernidade.

Os advérbios “infelizmente” (linha 1) e “talvez” (linhas 13 e 15) constituem, também, indicadores de subjetividade. O advérbio “infelizmente” é uma palavra marcadora de subjetividade, visto que expressa claramente a postura do enunciador frente ao que diz. É um modalizador por meio do qual o enunciador emite um julgamento ou verbaliza um sentimento: por meio dele, manifesta explicitamente seu estado emotivo diante do fato de coisas e pessoas, na visão dele, serem instantâneas e descartáveis na época atual. Já o advérbio “talvez” (linhas 13 e 15), que também é um modalizador, relativiza o valor epistêmico da asseveração, uma vez que o locutor não situa suas afirmações no eixo da certeza, mas sim no terreno da dúvida, da incerteza. Na primeira ocorrência, ele não afirma categoricamente que os relacionamentos amorosos dão o retorno esperado. O vestibulando apresenta um meio (abrir mão de certas coisas) e um fim não categórico (receber o retorno esperado). Na segunda ocorrência, o locutor deixa uma margem de dúvida em relação à afirmação de que a pessoa com quem nos relacionamos não esteja à altura de satisfazer nossas necessidades.

O operador argumentativo “na verdade” (linha 3) designa também um índice de subjetividade, por meio do qual o locutor apresenta uma versão que considera “verdadeira”, ou seja, definitiva. Segundo o enunciador, não bastasse coisas e pessoas serem consideradas instantâneas e descartáveis na atualidade (1º argumento), muitos dos relacionamentos começam com prazo de validade marcado (2º argumento e mais forte). Ou seja, a força argumentativa maior reside na afirmação introduzida por esse operador, tida como o argumento que deve ser considerado em maior grau pelo interlocutor.

No que tange às marcas de temporalidade no texto, constata-se que o locutor utiliza predominantemente o presente do indicativo, tempo gramatical que indica a concomitância dos fatos descritos com a situação de discurso que os descreve. Isso se explica pelo fato de que o *eu* apresenta o mundo sob sua ótica, descrevendo fatos que ocorrem na contemporaneidade.

O futuro do presente (“virá” – linha 9; “terá” – linha 12 e “vamos encontrar” – linha 18) também constitui uma marca de modalização asseverativa. Parece-nos que esse tempo verbal, embora comumente expresse uma prospecção, isto é, projete fatos em momento posterior à enunciação, tidos como certos, no texto, podem também indicar concomitância com o momento da enunciação. Vejamos os exemplos:

“[...] e nós não precisamos nos apegar a elas [as coisas], pois algo melhor sempre **virá** para substituir algo velho” (linhas 9-10).

“Num relacionamento você precisa se dedicar, e algumas vezes você **terá** que abrir mão de certas coisas [...]” (linhas 11-12).

“E quando esse prazer de brincar com esse brinquedo passar, **vamos encontrar** outro brinquedo até enjoar.” (linhas 17-18).

Os três usos de futuro do presente parecem indicar realidades já vivenciamos no tempo presente: a substituição de algo velho por algo novo, a necessidade de abrir mão de certas coisas para manter um relacionamento e a substituição do brinquedo com o qual não temos mais prazer de brincar por um brinquedo novo.

Outra marca linguística que não podemos deixar passar despercebida é a expressão “pequenos detalhes” (linha 7). Notamos que, se contemplada fora de contexto, essa expressão indica menor relevância, ou seja, algo que não interfere significativamente numa situação ou estado de coisas. Porém, o arranjo sintagmático promovido pelo locutor (“E são com pequenos detalhes como esse, que aprendemos a ter desapego por coisas [...]” (linhas 7-8) indica que “esses detalhes” (“desde crianças aprendemos a jogar fora os brinquedos velhos e a brincar com os novos. Porém, ninguém ensina à criança uma nova maneira de brincar com aquele brinquedo velho” – linhas 5-7) não são insignificantes. Eles constituem a causa de termos desapego pelas coisas. E, ligada a essa ideia, o locutor acrescenta, por meio do advérbio “consequentemente” (linha 8), uma consequência: ter desapego por coisas (causa) → ter desapego por pessoas (consequência).

Além dos indicadores de subjetividade, podemos colocar, conforme Benveniste, que toda a língua está submetida à enunciação, valendo-se o locutor, ao lado dos índices específicos, dos procedimentos acessórios a fim de marcar sua presença no texto. Ou seja, a enunciação, como já vimos, não se encontra restringida aos índices específicos – *eu, tu, aqui, agora* –, mas todos os caracteres do enunciado marcam a relação do locutor com a língua, uma vez que todos eles fazem parte do processo de sintagmatização engendrado pelo locutor.

Considerações finais

A análise que realizamos auxilia a compreender que qualquer texto, tanto oral como escrito, não pode ser lido separadamente da referência àquele que o produziu, visto que seu sentido depende da referência à situação enunciativa e à atitude do locutor. A referência também

não pode ser vista desvinculadamente daquele que analisa. Em resumo, os sentidos que foram construídos no texto analisado é produto de um ponto de vista de análise. Assim como cada texto, em particular aqui a redação de vestibular, é singular, a leitura que fazemos dele também o é. Desse modo, podemos colocar que uma análise enunciativa constitui um “comentário” sobre a enunciação, isto é, como uma enunciação sobre outra enunciação. Isso traz como consequência imediata o fato de que a análise, por ser também uma enunciação, goza do mesmo status do seu objeto: será sempre irrepetível.

Por último, cabe concluir que se procedermos novamente à análise dessas redações, construiremos sentidos novos e irrepetíveis, visto que, embora o texto seja o mesmo, nós, no ato da leitura e análise, estaremos realizando uma (co)enunciação diferente da primeira, na qual já não seremos mais os mesmos, assim como espaço-tempo mudarão. Assim como a enunciação se renova a cada vez que o locutor se apropria da língua, o homem se renova toda vez que está diante de uma nova enunciação.

Referências bibliográficas

- ARESI, F. Os índices específicos e os procedimentos acessórios da enunciação. *ReVEL*, v. 9, n. 16, 2011. Disponível em: <http://www.revel.inf.br/site2007/_pdf/20/artigos/revel_16_os_indices_especificos.pdf>. Acesso em: 14 maio 2011.
- BENVENISTE, E. Da subjetividade na linguagem. In: *Problemas de linguística geral I*. 5. ed. Campinas: Pontes, 2005a.
- _____. Estrutura das relações de pessoa no verbo. In: *Problemas de linguística geral I*. 5. ed. Campinas: Pontes, 2005b.
- _____. O aparelho formal da enunciação. In: **Problemas de linguística geral II**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2006a.
- _____. Forma e sentido na linguagem. In: *Problemas de linguística geral II*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2006b.
- _____. Estrutura da língua e estrutura da sociedade. In: *Problemas de linguística geral II*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2006c.
- _____. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2008.
- _____. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2009.
- COSTA, M. A. Estruturalismo. In: MARTELOTTA, M. E. *Manual de Linguística*. São Paulo: Contexto, 2010.
- DUFOUR, D-R. *Os mistérios da trindade*. Tradução de Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2000.
- _____; TEIXEIRA, M. *Introdução à linguística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2005.
- _____; BARBISAN, L. B.; FINATTO, M. J. B.; TEIXEIRA, M. *Dicionário de linguística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2009.
- LICHTENBERG, S. *Usos de indefinidos do português: uma abordagem enunciativa*. 145f. 2001. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Porto Alegre, RS, 2001.
- UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS. *Redação geral 2011/2*. Disponível em: <http://www.unisinos.br/vestibular/images/stories/redacaogeral_2011_2.pdf>. Acesso em: 15 set. 2011.

GÓRGIAS E O ANTIGO PROBLEMA DA REFERÊNCIA: UMA INTERFACE ENTRE A SOFÍSTICA E A LINGUÍSTICA DA ENUNCIÇÃO

Melliandro Mendes GALINARI*

Introdução

Antes de tudo, torna-se oportuno ponderar que o presente texto, ao tangenciar problemas pertinentes à Linguística da Enunciação, não possui qualquer pretensão teórico-metodológica mais ampla. Define-se, de minha parte, tão somente como um “convite” – seu ato de fala por excelência – e/ou uma “exortação” à leitura dos grandes pensadores e filósofos da linguagem conhecidos como *Sofistas*. Na mira destas letras encontra-se, assim, um dos tantos temas que servem como amostragem de como as reflexões filosóficas/retóricas daqueles pensadores ecoam, sonoramente, nas especulações contemporâneas acerca da natureza da linguagem, o que validaria a utilidade teórica daquelas reflexões – ainda a serem substancialmente exploradas – para o que se pensa e o que se faz hoje. O tema aqui proposto corporifica-se, particularmente, no problema da *referência* e, sobretudo, nas concepções de linguagem daí decorrentes. Para abordá-lo, basear-me-ei predominantemente no *Tratado do não-ente*, de Górgias de Leontini, considerado um dos principais expoentes do pensamento sofístico. Porém, antes de ir diretamente ao *Tratado*, torna-se oportuno descrever rapidamente um pouco do cenário tensivo em que o problema da referência se faz aflorar no mundo contemporâneo, a saber, a arena conflituosa entre a chamada Semântica Formal (ou Verifuncional, ou Semântica das Condições de Verdade) e a Semântica Enunciativa. A partir de tal cenário, ficará mais evidente a inter-relação aqui postulada entre a Sofística e as Teorias da Enunciação.

Semântica formal & semântica enunciativa

Em torno da *referência*, muitas vezes similar a um verdadeiro “cabo de guerra” instaurado entre as referidas semânticas, gravita o problema central das *concepções de linguagem* que podemos adotar e as suas discrepantes consequências filosóficas, teóricas e

* Doutor em Linguística. Docente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

práticas. No âmbito da semântica formalista, como sabemos, a linguagem é figurada como uma espécie de “etiqueta simbólica” imprimível às coisas do mundo, de modo a reproduzi-las fiel e verdadeiramente, por um lado, ou ardilosa e falsamente, por outro. Seria essa a sua natureza e missão por excelência entre nós. O pressuposto por trás desse olhar é o de que a linguagem seria regulada pelos seus referentes, tais e quais os mesmos existem (essencialmente ou não) no mundo “real”, e de que o sentido, portanto, se institui numa relação biunívoca linguagem/mundo, em termos de verdadeiro ou falso.

Obviamente, o vasto campo da Semântica Formal vem tratando essa questão da referência (e da “verdade”) de uma maneira complexa e minuciosa, ou melhor, não tão simploriamente quanto acabo de sumarizar. Isso porque, naturalmente, coexistem várias vertentes teóricas ditas formalistas. Oliveira (2001), por exemplo, deixa claro que não é tarefa desse campo de estudos simplesmente rotular, em termos metafísicos/filosóficos, se um enunciado é verdadeiro ou falso, mas explicitar em que condições no mundo ele o seria. Nesse sentido, e já exemplificando, a análise ligeira de uma “máxima” muito comum em nosso imaginário brasílico, tal como “a maioria dos políticos é corrupta”, levar-nos-ia, antes de tudo, a especular acerca das suas condições de uso. Vejamos: com base no conhecimento semântico dos falantes ligados ao contexto existencial brasileiro, essa máxima poderia ser considerada verdadeira – dadas as contínuas decepções políticas que nos têm historicamente afetado –, mas poderia ser considerada, paradoxalmente, falsa, se tomarmos, suponhamos, falantes do contexto existencial da Finlândia! O que estaria em questão aqui, enfim, seria uma “verdade semântica” (e não filosófica/metafísica), integrante do conhecimento linguístico dos falantes, e que os linguistas deveriam descrever levando-se em conta as referidas condições de uso.

Sem alongar essa questão, e mesmo sem discorrer sobre outras perspectivas importantes do campo formal²², tal como a chamada semântica dos mundos possíveis, limito-me a dizer, por hora, que, seja numa vertente teórica ou noutra (formalista), a natureza da linguagem é definida predominantemente pela sua propriedade de “ser sobre algo”, ou melhor, pelo seu elo com o referente, deixando-se de lado a sua propriedade (dialógico-retórica) de “ser de homem para homem”, num processo intersubjetivo contínuo e inescapável de influência. Sendo assim, a *verdade* (seja ela essencializada/ontológica, seja ela meramente semântica, a depender da vertente teórica) é um conceito primordial no plano formalista e, conseqüentemente, orienta o nosso modo de representar, teoricamente, a linguagem.

²² Para maiores detalhes sobre as vertentes teóricas ligadas à perspectiva da Semântica Formal, ver Oliveira (2001).

Podemos recordar, juntamente com Pietroforte e Lopes (2010), que esse viés referencialista de se pensar a natureza da linguagem remonta a uma longa tradição lógico-gramatical, que vai desde os antigos gregos (notadamente Platão e Aristóteles) até as concepções de Carnap e Frege, que influenciaram mais diretamente a Linguística Formal contemporânea, sem esquecermos-nos da escolástica, na Idade Média, e da lógica de *Port-Royal*, na Idade Moderna. Se quisermos ir ainda mais longe, podemos acrescentar que o germe de tais reflexões estaria também no pensamento grego pré-sofístico, em pensadores como Heráclito e Parmênides. O primeiro, mesmo reconhecendo o caráter contraditório e conflitante das coisas do mundo, pensa a linguagem como algo capaz de refletir essa complexidade, ainda que lacunarmente. Nos dizeres de Pinto (2000, p. 170), citando Kerferd, para Heráclito, “(...) o **dizer verdadeiro** expressa realidades que ‘são e não são’, dado que ‘o mundo aparente que é objeto da linguagem está cheio de contradições objetivas’”. (Grifo meu)

Para Parmênides, por sua vez, representante da Escola Eleata, as coisas do mundo (não-contraditórias), ou melhor, “o Ser”, é sempre uno, imutável e idêntico a si mesmo, cabendo à **linguagem correta** reproduzi-los fielmente. Tanto é verdade que, para Parmênides, só podemos dizer e pensar “aquilo que é”, ou melhor, o que existe, sendo o “não-ser”, o não-existente, algo não dizível ou não pensável, como nos mostra também Pinto (2000). Sem alongar essa discussão, podemos perceber, aqui, alguns fundamentos da perspectiva referencialista da linguagem, e notar, principalmente, que eles não constituem nenhuma novidade no mundo contemporâneo, embora se mudem as terminologias e os âmbitos de debate.

Passemos, então, ao outro lado do “cabo de guerra” constituído pela questão da referência: o vasto campo da semântica enunciativa. Esta se insere, segundo Rastier (1990), em uma também vasta herança, mas desta vez de caráter “retórico-hermenêutico”, em que a natureza da linguagem não é determinada tendo-se como foco a sua relação supostamente biunívoca com o mundo (seja ele essencializado ou não), e sim pelo papel que ela desempenha entre o fazer persuasivo de um locutor e o fazer interpretativo de um interlocutor, *habitat* por excelência da significação. Dessa forma, o sentido não é mais apreendido a partir da relação entre a linguagem e as coisas, mas em função do uso da linguagem num espaço interindividual, ou seja, de indivíduo para indivíduo, conforme nos informa também o texto de Pietroforte e Lopes (2010). Cai por terra, assim, a crença de que temos acesso “livre” às coisas da vida (ou às realidades em si), ou seja, de forma direta, essencial, correta, verdadeira, tal e qual elas seriam universalmente. Em suma, sem descartar a noção teórica da referência, esta é dessacralizada,

aqui, em sua acepção essencialista/ontológica, e é vista, sobretudo, como um produto da enunciação, num espaço intersubjetivo, sendo variável – a referência – segundo os interesses humanos de influência, a sua bagagem cognitiva e a inserção sociocultural dos indivíduos.

O rompimento com a noção de verdade enquanto paradigma para se definir a natureza da linguagem e, conseqüentemente, o rompimento com a crença de que a linguagem é um reflexo do mundo físico enquanto realidade absoluta/essencial, são atribuídos a Saussure. Este, de certa forma, teria aberto o caminho para o desenvolvimento das linguísticas enunciativas vindouras (Charles Bally, Culioli, Benveniste etc.). Isso é atestado pelos conceitos chaves do autor genebrino em torno da relação *significante/significado/mundo*. Segundo Pietroforte e Lopes (2010, p. 111),

ao definir uma relação entre um *significante*, a imagem acústica do signo, e um *significado*, o seu conceito, o sentido do signo deixa de depender de um referente fora da língua (...) e passa a ser determinado por uma relação entre duas grandezas linguísticas: uma imagem acústica, de ordem fonológica, e um conceito, de ordem semântica.

Sendo assim, é “natural” que nem sempre tenhamos em mãos o referente ou as realidades em si durante o uso da linguagem, elementos na maioria das vezes distantes/ausentes, cabendo às línguas humanas construí-los (muitas vezes caprichosamente!), momento em que o ponto de apreensão do sentido começa a se deslocar da relação *linguagem/mundo* para a relação *linguagem/linguagem* (em uso, podemos acrescentar), abrindo o caminho também para a localização do sentido no interior de uma relação interpessoal. Assim, a linguagem começaria a ser encarada, como diria Louis Hjelmslev (*apud* Pietroforte & Lopes, 2010), como a fonte, e não como o reflexo das coisas.

Com tudo isso, e *grossissimo modo*, podemos dizer que esse processo moderno de demolição da verdade ou das condições de verdade, como abertura de uma via de análise do sentido em uma dimensão enunciativa ou retórico-hermenêutica, pode encontrar bons e belos referenciais teóricos nos pensadores do Século V a.C, conhecidos como Sofistas, tais como Górgias de Leontini, Protágoras de Abdera, dentre outros. Para averiguar essas hipóteses, podemos reportar rapidamente algumas reflexões de Górgias de Leontini, presentes em seu *Tratado* conhecido como *Não-ente*, ou *Do ser* ou *Da natureza*. Antes, vale dizer que esse texto foi um dos poucos documentos sofisticos que sobreviveram aos tempos, mediante

testemunhos²³, e que a Sofística, no campo filosófico e histórico, tem sido desmistificada, pelo menos desde o século XIX, da crença de ser ela o reduto de vendedores de aparência, meros enganadores ou simplesmente mercenários, como reza o difundido “preconceito” platônico-aristotélico²⁴. Muito além disso, os Sofistas são reconhecidos, hoje, como mestres de oratória, gramática, retórica e cultura geral, além de se encontrarem dignamente reinseridos na história da filosofia teórica e, mesmo, na filosofia da linguagem. Vejamos, então, algumas reflexões presentes no tratado do *Não-ente*, de Górgias, no que tange à natureza da linguagem e à questão da verdade.

GÓRGIAS E A “VERDADE”

De início, vale dizer que todo o discurso presente no tratado gorgiano se dá em relação conflituosa e dialética com as teses de Parmênides, seu predecessor e expoente da chamada Escola Eleata. Parmênides consagrou positivamente ao *logos* ou discurso a propriedade de dizer a verdade, assim como a capacidade negativa de formular o erro pautado no feitiço das aparências, numa espécie de ontologia fictícia diante da qual manifestara o seu repúdio e descontentamento. O dizer verdadeiro, para o pensador, atrelado à correta essência fenomênica das coisas, corresponderia à formulação do Ser imutável e idêntico a si mesmo. (PINTO, 2000, p. 170) Tanto é verdade que, *grosso modo*, na ótica parmenidiana, só poderíamos dizer e pensar aquilo que existe (“o Ser”), ou melhor, aquilo que *é*, sendo impossível pensarmos aquilo que *não é*, ou seja, aquilo que inexiste (o “não-ser”), salvo quando erramos e adentramos no mundo perigoso das aparências. A verdade, assim, além de ligar-se à pensabilidade do Ser e à não-pensabilidade do não-ser, é concebida como una, indivisível, imutável ou, em outros termos, universal. Parece-me que estamos, aqui, embora num contexto filosófico tão distante (e

²³ Como se sabe, o conhecimento produzido pelos sofistas desapareceu quase que totalmente. O que nos resta são apenas alguns fragmentos e, principalmente, testemunhos, como os de Diógenes Laércio, Sexto Empírico, Platão, Aristóteles e tantos outros que citam e discutem as questões colocadas pelos sofistas. Felizmente, hoje contamos com autores que reuniram em uma só obra tais fragmentos e testemunhos antigos por meio do grego e do latim. Os primeiros foram Diels e Kranz que os traduziram para o alemão, na obra *Die Fragmente der Vorsokratiker*. Algum tempo depois, o italiano Untersteiner (1967) traduziu-os para seu idioma, porém com uma edição mais completa e aperfeiçoada (*I Sofisti: testimonianze e frammenti*). Pinto e Souza (2005), por sua vez, realizaram uma versão em português a partir dos trabalhos anteriores, a qual estamos utilizando neste artigo por questões de comodidade.

²⁴ São vários os trabalhos e estudos contemporâneos que resgatam o valor filosófico e educativo dos sofistas, livrando-os do preconceito platônico-aristotélico que os consagrou como enganadores, mercenários ou sujeitos que do conhecimento detinham apenas a aparência. Como exemplo, podemos citar: Untersteiner (2008), Vignali (2007), Pinto (2000), Romeyer-Dherbey (1986), Romilly (1988) e Saitta (1938).

guardadas as devidas proporções), diante de uma concepção essencialista/verifuncional da linguagem, vista como instrumento capaz de atingir a realidade das coisas, o Ser tal e qual este se encontra no mundo, uma vez que Parmênides identificara o “dizer verdadeiro” com o “dizer o que é”, *em essência*. Como Górgias reagiu a tais postulados? Qual a sua concepção de linguagem? Como e por que tal sofista demolira a Verdade?

A demolição da Verdade em Górgias, produtora de uma visão particular acerca da natureza da linguagem, concebida em função dos efeitos possíveis do seu uso em um auditório concreto, gira em torno de três teses presentes no seu tratado, que passo a comentar rapidamente. São elas:

- Nada existe;
- Se existisse, não seria apreensível ao homem;
- Se fosse apreensível ao homem, seria intransmissível e inexplicável a outrem;

A primeira tese – nada existe – diz respeito, de modo geral, à descrença do sofista quanto à existência essencial de algo, das coisas mundanas, enquanto possuidoras de uma natureza una, coerente e indivisível, ou ainda, enquanto possuidoras de uma verdade monolítica e intrínseca à sua realidade fenomênica. Nesse sentido, para Górgias, nem o Ser, nem o não-ser parmenidianos, existiriam ontológica e metafisicamente falando, dado que tanto o que existe (o Ser), como o que não existe (o não-ser), seriam construções do *logos* e do pensamento humano. Em suma, fora do homem, do *logos* e do pensamento, *nada existe* enquanto essência e verdade.

Para continuar a sua reflexão, Górgias então chega à sua segunda tese, estabelecendo um recuo concessivo/hipotético: *mesmo admitindo* a possibilidade de algo existir enquanto essência, este algo não seria apreensível ou cognoscível para o homem. Isto porque, naturalmente, a natureza do *logos*, a sua estrutura lógica e linguística interior, não corresponde à suposta natureza das coisas, muito embora, tragicamente, utilizemos o *logos* para nos relacionarmos com o mundo. Nesse sentido, contrariando Parmênides, para Górgias não só é possível dizer e pensar o Ser (aquilo que é), como também o não-ser (aquilo que não é). Prova disso, ou seja, da pensabilidade das coisas inexistentes, é a nossa capacidade de imaginar, por exemplo, homens com asas, carros a voar sobre o mar, ou entidades como Sila e Quimera. Enfim, Górgias arremata o seu tratado desenvolvendo uma última hipótese, sempre com o artifício das concessivas, que é a seguinte: *mesmo se* as coisas fossem apreensíveis aos homens,

elas seriam intransmissíveis ou incomunicáveis a outrem. Deixemos o próprio Górgias falar nesse caso:

(83) Se, com efeito, as coisas existentes são visíveis, audíveis e, em geral, perceptíveis (o que significa que são substâncias exteriores), e destas as visíveis são apreendidas com a vista e as audíveis com o ouvido e não inversamente, como poderiam estas coisas ser reveladas a outrem? O meio por que as exprimimos é a palavra, e a palavra não é nem os fundamentos das coisas nem as coisas existentes. Em suma, não revelamos aos que nos rodeiam as coisas existentes, mas a palavra, que é outra relativamente aos fundamentos das coisas. Do mesmo modo que o visível não se pode tornar audível e vice-versa, assim o existente, porque tem um fundamento exterior, não se pode tornar a nossa palavra. (GÓRGIAS *apud* PINTO e SOUZA, 2005, p. 117)

É dessa forma que, nos dizeres de Pinto (2000, p. 311), não faz sentido, nas reflexões de Górgias, “(...) falar de discursos verdadeiros ou falsos, com base na sua eventual conformidade/desconformidade com as coisas”. Mais adiante, a autora sintetiza esse pensamento dizendo que, “na acepção do sofista, a valorização por excelência do discurso não se faz em função de padrões de verdade/erro, mas sim tendo em conta a sua efectiva eficácia persuasiva”. (PINTO, 2000, p. 312) A partir daí, destituídas de sua carga ontológica, as noções de verdade/falsidade só têm razão de ser no interior dos processos de influência, sendo ambas as noções (relativas) definidas nas circunstâncias da enunciação – o que os gregos denominavam *Kairós*/momento oportuno, que incluía, em terminologias atuais, as visões de mundo dos parceiros da comunicação, seus interesses, desejos e valores. Nesse sentido, mesmo a suposta verdade ou falsidade seriam sempre relativas e fabricadas na interação. Há de se ressaltar, enfim, a não coincidência entre os dizeres e as coisas, já presente no pensamento gorgiano enquanto formulação teórico-especulativa (embora com terminologias diversas daquelas da linguística contemporânea). Mais uma vez, é conveniente recordar que a natureza do *logos*, a sua estrutura lógica e linguística interior, não corresponde à natureza das coisas, como atesta o fragmento acima. Isso, por um lado, já aponta para a relação inevitável do sujeito da enunciação com o mundo, semiotizando-o segundo seus próprios parâmetros culturais, e, por outro, para a formulação discursiva do engano, do equívoco, o que atesta mais uma vez uma visão não idealista da linguagem²⁵. A questão do equívoco fica latente na definição de *logos* ou discurso, presente em outra obra de Górgias: *O Elogio de Helena*.

Vejamos um trecho:

²⁵ Acredito haver um paralelo, ainda a ser justificado, entre as concepções modernas de Jaqueline Authier-Revuz (sobre “as não-coincidências do dizer”) e o pensamento de Górgias presente no *Tratado do Não-ente*.

o discurso [ou *logos*] é um tirano poderoso que, com um corpo microscópico e invisível, executa acções divinas. Consegue suprimir o medo e pôr termo à dor e despertar a alegria e intensificar a paixão. (...) Os encantamentos inspirados pelas palavras levam ao prazer e libertam da dor. Na verdade, a força do encantamento, misturando-se com a opinião da alma, sedu-la, persuade-a e transforma-a por feitiçaria. (...) A força do discurso em relação à disposição da alma é comparável às prescrições dos medicamentos em relação à natureza dos corpos. Assim como os diferentes medicamentos expulsam do corpo os diferentes humores e uns põem termo à doença e outros à vida, assim também de entre os discursos uns entristecem e outros alegam, uns amedrontam e outros incutem coragem nos ouvintes, outros há que envenenam e enfeitiçam a alma com uma persuasão perniciosa. (GÓRGIAS *apud* PINTO e SOUZA, 2005, p. 127-133)

Essa persuasão perniciosa de que fala Górgias é justamente fruto dessa não coincidência entre as palavras e as coisas, da não existência, trágica, de uma verdade absoluta alcançável e formulável linguisticamente. Importa dizer que tudo isso é pensado no âmbito da sofística a partir de uma visão não-referencialista da linguagem, que dá lugar a uma visão, como ressalta Rastier (1990), retórico-hermenêutica.

Considerações finais

Vale dizer, para terminar, que a Sofística aparece ainda como um território pouco ou nada explorado no contexto brasileiro, principalmente se pensamos no campo das reflexões sobre a linguagem. Como mestres nas artes do discurso persuasivo, ou *logos*, se ocuparam também de problemas gramaticais, refletindo sobre a relação dos nomes com as coisas, a sua “correção”, a sua dimensão semântica, incluindo aí questões de predicação, de gênero nominal e concordância. É importante ressaltar, porém, que tudo isso é tratado em função de alguém que fala para alguém, ou, em termos atuais, na perspectiva de um “eu-tu-aqui-agora”, num processo de semiotização do mundo corporificado no interior de uma interação concreta, que conta, inevitavelmente, com o aparelho formal da língua. Fica sacramentado, enfim, o “convite” para a leitura dos Sofistas com vistas a um diálogo teórico interdisciplinar entre as linguísticas enunciativas (e a Análise do Discurso) e o pensamento sobre a linguagem daqueles antigos professores de oratória. Abaixo, além das referências citadas neste artigo, listo também algumas obras que funcionam como uma introdução ao pensamento sofístico.

Bibliografia

- OLIVEIRA, R. P. de. *Semântica Formal: uma breve introdução*. Campinas: Mercado de Letras, 2001.
- PIETROFORTE, A. V. S.; LOPES, I. C. Semântica Lexical. In: FIORIN, José Luiz (org.). *Introdução à Linguística II: princípios de análise*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 111-135.
- PINTO, M. J. V.; SOUSA, A. A. A. de. *Sofistas: Testemunhos e Fragmentos*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005.
- PINTO, M. J. V. *A Doutrina do Logos na Sofística*. Lisboa: Edições Colibri/Instituto de Filosofia da Linguagem, 2000.
- RASTIER, F.. La triade sémiotique, le trivium et la sémantique linguistique. In : *Nouveaux Actes Sémiotique*, 9, 1990. p. 05-39. Disponível em: <<http://revues.unilim.fr/nas/document.php?id=2641>> (consultado em 07/09/2012)
- ROMEYER - DHERBEY, G. *Os Sofistas*. Lisboa: Edições 70, 1986.
- ROMILLY, J. de. *Les Grands Sophistes dans l'Athènes de Périclès*. Paris: Éditions de Fallois, 1988.
- SAITTA, G. *L'Illuminismo della Sofistica Greca*. Milano: Fratelli Bocca, 1938.
- UNTERSTEINER, M. *I Sofisti*. Milano: Bruno Mondadori, 2008.
- UNTERSTAINER, M. *Sofisti: Testimonianze e Frammenti*, Firenze, La Nuova Italia, 1967.
- VIGNALI, D. *I Sofisti: Retori, Filosofi ed Educatori*. Roma: Armando Editore, 2007.

REPRESENTAR E SIGNIFICAR O MUNDO: A MENTE E O SÓCIO INTERACIONISMO-DISCURSIVO

Emanuela Francisca FERREIRA SILVA*

Introdução

Este trabalho explora alguns conceitos da teoria sócio-discursiva desenvolvida por Bronckart e as reflexões sobre categorização na abordagem dos processos de referenciação de Mondada & Dubois e Marcuschi com o objetivo de analisar como a linguagem permite pensar o mundo pelo processo de recategorização de elementos presentes na música *San Vicente*. (NASCIMENTO & BRANDT, 1972).

A música *San Vicente* é composta por três estrofes com oito versos cada uma. Ela encontra-se no álbum duplo *Clube da Esquina* (1972) gravado pela EMI-Odeon, composto por 25 músicas.

Entre os anos de 1970 a 1977 desenvolveu-se um movimento musical denominado “Clube da Esquina.” Tendo como lugar de interação a esquina das ruas Divinópolis e Paraisópolis – Belo Horizonte – Milton Nascimento e os irmãos Borges: Lô, Marilton e Márcio compuseram, falaram e tocaram trazendo para a Música Popular Brasileira – doravante MPB – um movimento representativo para a história da música no Brasil.

Apesar de não ter tido projeção na mídia como a Tropicália e a Bossa Nova, o Clube da Esquina pode ser considerado como uma grande síntese da imensa diversidade sonora produzida nas décadas de 1960 e 1970.

Para esse trabalho, importou-se a materialidade escrita da música *San Vicente*, seus sintagmas nominais e verbais, tentando perceber a referenciação como categorização advinda de práticas simbólicas mais do que uma ontologia dada. Pensa-se que há instabilidade nas categorizações utilizadas para descrever o mundo, quer seja em discursos comuns ou em discursos literários. As categorizações não são formas fixas, são múltiplas e inconstantes.

Analisar os enunciados que compõe *San Vicente* é uma tentativa de perceber como a ação constitui o resultado da apropriação, pelo organismo humano, do significado, em que há operações coletivas entre os agentes, na produção de sentido. O sentido em *San Vicente* se faz

* Doutoranda em Linguística e Língua Portuguesa na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Bolsita FIP PUC Minas.

num contexto sócio-histórico interacional. A materialização da língua diverge de acordo com o contexto, e este será visto aqui como condição de produção pelo viés sócio-histórico.

O corpus

Compõe o *corpus* deste trabalho a música *San Vicente*, de Milton Nascimento e Fernando Brandt, que se encontra no álbum duplo *Clube da Esquina* (1972) gravado pela EMI-Odeon.

Música: *San Vicente* (Milton Nascimento&Fernando Brandt, 1972).

Coração americano
Acordei de um sonho estranho
Um gosto, vidro e corte
Um sabor de chocolate
No corpo e na cidade
Um sabor de vida e morte
Coração americano
Um sabor de vidro e corte

A espera na fila imensa
E o corpo negro se esqueceu
Estava em San Vicente
A cidade e suas luzes
Estava em San Vicente
As mulheres e os homens
Coração americano
Um sabor de vidro e corte

Unhnhnhnh...
As horas não se contavam
E o que era negro anoiteceu
Enquanto se esperava
Eu estava em San Vicente
Enquanto acontecia
Eu estava em San Vicente
Coração americano
Um sabor de vidro e corte

Larararairai

A Interação social e a subjetividade no processo de produção escrita

Para Bronckart (1999), a linguagem é uma emergência que confere às organizações humanas uma dimensão particular, isto é, o homem tem como característica além de sua extrema diversidade uma complexa organização de suas atividades. Pensa-se atividade como organizações funcionais de comportamento dos organismos vivos, que tendo acesso ao meio ambiente são capazes de construir elementos de representação interna.

São as interações verbais que regulam e mediam essa atividade humana, conferindo ao agir comunicativo uma dimensão que ultrapassa o individual e confere a linguagem ao social. Neste meandro é possível distinguir três mundos, o objetivo em que o homem se dispõe de representações pertinentes sobre os parâmetros do ambiente; o social em que os signos incidem sobre as maneiras de organizar as tarefas e as modalidades de cooperação; e o mundo subjetivo com características próprias de cada de cada ser social.

Observa-se que o mundo social condiciona as formas de estruturação do mundo objetivo e subjetivo, tendo a linguagem em sua função pragmática e comunicativa, como um instrumento primeiro à interação social e, conseqüentemente, a uma atividade social humana efetiva.

É só sob o efeito da confrontação do valor ilocutório das produções dos interactantes que se estabilizam progressivamente os signos, como formas compartilhadas (ou convencionais) de correspondência entre representações sonoras e representações de entidades do mundo.

Pode-se dizer que essa estabilização dos signos é estável quando se pensa nos mesmos como produtos de interação social. Percebe-se que em uma comunidade verbal há múltiplas formações sociais, que elabora suas modalidades particulares de funcionamento da língua.

A língua será vista para esse trabalho como formações discursivas e, portanto, não homogênea posto que se apresenta como subsistemas encaixados, movediços e permeáveis.

Continuando em Bronckart (1999) é importante que se compreenda “ação significante” doravante ação - em suas dimensões psicológicas. Para Bronckart (1999) a ação possui um duplo estatuto: ser parte da atividade social e um conjunto de representações construídas. A ação é uma interação física e psíquica de intervenção intencional que se materializa no texto.

Bronckart (1999: 42) afirma que “a tese central do interacionismo sócio-discursivo é que a ação constitui o resultado da apropriação, pelo organismo, das propriedades da atividade social mediada pela linguagem.” Essa apropriação se faz do ponto de vista interno em que o produto é transformado em agente de critérios para a avaliação coletiva e do ponto de vista externo em que há um recorte da atividade social operado também por avaliação coletiva.

Considerando o texto escrito da música *San Vicente*, pode-se afirmar que a ação individual do compositor efetua-se na interação com uma intertextualidade, pensando a linguagem com seu caráter profundamente histórico, em que Nascimento e Brandt (1972), inseridos em um tempo-espaço determinado, inferiram e categorizaram com uma intenção advindo de sua atividade social e sobre um ângulo psicológico no viés de seu mundo subjetivo.

***San Vicente* como objeto de discurso e seu processo de referenciação**

A referenciação é advinda de uma prática simbólica mais do que de uma ontologia dada. Com essa afirmação volta-se para a análise da música *San Vicente*, tentando perceber como a linguagem permite pensar o mundo pelo processo de categorização.

Para tanto, focar-se-á no gênero música. Conhecer o gênero do texto é conhecer sua condição de uso, sua pertinência e sua eficácia (BRONCKART, 1999: 48). O compositor possui um contexto sócio-histórico e dentro destes limites ele faz suas inferências, recategorizando elementos com o objetivo de produzir sentidos para sua música. Percebe-se assim que os gêneros do texto são as únicas realidades empiricamente atestáveis, posto que a língua apresenta-se permeável e movediça.

Nessa permeabilidade da língua, é possível detectar as variações categoriais – recursos que asseguram uma plasticidade linguística e cognitiva garantindo uma adequação contextual e adaptativa (DUBOIS&MONDADA, 2003). É nesse sentido que as metáforas presentes nas músicas são percebidas, pois elas trazem para esse gênero uma cena sócio-histórica vista de diferentes perspectivas, implicando diferentes categorizações de uma situação.

O nome *San Vicente* traz para dentro do texto musical a implicação de uma cidade latino-americana, posto que está escrito em língua castelhana e tem como termo inicial da música o sintagma nominal “coração americano.”

Esta cidade localizada nas montanhas bolivianas é o cenário utilizado pelos autores para descrever seu tempo histórico e suas angústias. A língua é histórica, pois é o habitat natural do sujeito, é o meio pelo qual ele se constrói. (MARI, 2008: 50). Os integrantes do Clube da Esquina estavam vivendo os anos mais pesados da ditadura militar que ocorreu no Brasil, e em grande parte da América Latina como na Bolívia²⁶, com o ditador Banzer. A tentativa de unir o

²⁶ Em 1971, o general Juan José Torres – que governava a Bolívia – foi derrubado em um golpe liderado pelo coronel Hugo Banzer que perdurou até 1991. O regime de Banzer rapidamente se transformou de uma posição relativamente moderada à uma posição de maior repressão: abolindo o movimento trabalhista, suspendendo todos

povo latino pela música é vista de maneira bem discreta, mas com grande impacto, utilizando do domínio musical e da linguagem para produzir significação.

San Vicente é um ponto de referência utilizado para falar dos acontecimentos históricos e trazer para o campo da significação os valores do sujeito Clube da Esquina que vão de encontro ao ambiente físico cultural em que eles estão inseridos. Mondada & Dubois (2003) afirmam que ao relacionar categorias aos discursos sócio-históricos e aos procedimentos culturalmente ancorados nos mesmos, estas se tornam instáveis. Neste sentido *San Vicente* é uma referência no campo metafórico que traz para o texto, a partir de seu título, outras significações possíveis, que vão além de “cidade localizada na América Latina, no país Bolívia.”

Para construir o sentido, tem-se dois polos: a linguagem e a realidade. O sentido, segundo Mari (2008), é o “liame que possibilita a conexão entre linguagem e realidade.” O sentido não é nem essencialmente linguagem e nem essencialmente realidade. Ele é uma forma racional de conceber recorrências de padrões distintos em uma única representação.

Categorias são assim “o resultado de reificações práticas e históricas de processos complexos, compreendendo discussões, controvérsias, desacordos”. (MONDADA & DUBOIS, 2003). No trecho “Coração americano acordei de um sonho estranho, um gosto de vidro e corte um sabor de chocolate, no corpo e na cidade um sabor de vida e morte.” (NASCIMENTO & BRANDT, 1972), tem-se “coração americano” com uma função sintática de vocativo. O autor chama para o texto todos os aqueles que possuem coração americano, todos os que são latinos.

Esse vocativo proposto pelos compositores traz para o cenário como a atividade cognitiva individual, ao nível psicológico, é uma atividade de recategorização, em que o sintagma nominal adquire a função de vocativo e a metáfora de ‘povo latino americano’.

Os enunciados são produzidos e completados colaborativamente, enriquecidos, construídos e completados por diferentes locutores. (MONDADA & DUBOIS, 2003). O compositor de *San Vicente* trabalha nessa perspectiva. É preciso compreender o contexto para se apreender as metáforas presentes na música.

Tem-se o adjunto adverbial “de um sonho estranho” modificando o verbo intransitivo *acordar*. Há, além disso, “Um gosto de vidro e corte, um sabor de chocolate”, em que o eu-lírico acorda com um sabor de vidro e corte, com um sabor de chocolate, um sabor de vida e

osdireitos civis e enviando tropas para os centros de mineração. O Banzer se alinha com os governos militares anti-esquerdistas da Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ditadura_militar_da_Bol%C3%ADvia>. Acesso em 02 abr. 2012.

morte. Também há o adjunto adverbial de lugar “no corpo e na cidade”, que parece tentar indicar uma certa hibridação entre lugares distintos, mas que se encontram: corpo e cidade, objetivismo e subjetividade.

Corpo e cidade citados no trecho acima estão recategorizados. As atividades de referenciação e recategorização são centrais no funcionamento semântico da língua. Segundo Tomasello (apud MARCUSCHI, 2007: 83), “cultura, sociedade e cognição estão na base de toda a nossa capacidade de pensar e dizer o mundo”. O trabalho de recategorização dos compositores nessa música revela que se trata de um trabalho, um esforço coletivo, que precisa de um contexto social e histórico para que haja uma produção de sentido.

No verso “estava em San Vicente, a cidade e suas luzes, estava em San Vicente as mulheres e os homens”. O lugar “San Vicente” é descrito como cidade que possui ruas em que há homens e mulheres. Ocorre uma recategorização novamente. A percepção não ocorre ingenuamente, ela é construída. É por esse viés que o interlocutor procura significar através de uma atividade inter-subjetiva e cognitiva.

Analisando esse verso, pode-se fazer um elo, por exemplo, com as manifestações pela igualdade de gênero que ocorreram na década de 1960 como o Bra-burning – a queima dos sutiãs²⁷ – quando se afirma que nas ruas há mulheres e homens, apresentando como premissa que o mundo significado é fruto de uma ação comunicativa construtiva e imaginativa e não de uma realidade discreta e formalmente determinada. (MARCUSCHI, 2007).

O enunciado precisa ser entendido por mais de um indivíduo, por isso dele deve permitir a projeção de sentidos. Na música San Vicente, há um esforço de trazer, através do texto, utilizando do domínio da linguagem e do domínio musical, um sentido construído organicamente. A inferência – atividade discursiva de inserção contextual – ocorre na metáfora “San Vicente”, como um lugar marcado por alegrias e tristezas (sabor de vida e morte). O verbo “saber” em castelhano é traduzido como gosto. “Elle sabe a chocolates²⁸”. Poderia haver na música San Vicente um trocadilho entre saber e sabor de chocolate. A metáfora seria mais perceptível ao lermos a frase “um sabor de vida e morte” e fazermos o trocadilho: “sabe a vida e morte”.

²⁷ Evento de protesto com cerca de 400 ativistas do WLM (Women’s Liberation Movement) contra a realização do concurso de Miss America em 7 de setembro de 1968, em Atlantic City, no Atlantic City Convention Hall, logo após a Convenção Nacional dos Democratas. Disponível em: <http://anos60.wordpress.com/2008/04/07/a-queimados-sutias-a-fogueira-que-nao-aconteceu/>. Acesso em 07 abr. 2012.

²⁸ Tradução para o português: ele tem gosto de chocolate.

O sentido é o resultado de uma atividade de um sujeito para outro sujeito, isto é, de um locutor para um alocutário. O termo significado identifica toda a consciência construída, que condensa experiências e conhecimentos de ambos os sujeitos envolvidos. Marchetti denomina de “consciência construída” o resultado de uma combinação de vários elementos conscientes, como as sensações básicas, memória, e emoções (MARCHETTI, 2010). O significado da expressão “sabor de chocolate” é composto do visual, do tátil, do olfato e das sensações gustativas. Na linguagem do texto, ele recebe a carga semântica “saber” que induz o leitor a ler uma metáfora em chocolate referindo-se a alegria, contentamento. Esta produção do significado é feita dentro de uma forma mental.

Para desenvolver e construir uma significação, deve haver uma contínua interação entre humanos e outras entidades – chocolate, vidro. Nessa interação, ocorre a atividade de atenção em que o sujeito busca pela conexão entre sistema e realidade as operações que o locutor utilizou para significar-se.

Marcuschi (2007) afirma que há um sócio-interacionismo discursivo para se produzir conhecimento. O mundo e a mente não são um museu mobiliado a priori, é a partir do conhecimento que o sujeito alocutário contempla e percebe as marcas do sujeito locutor. Isto é, pois, um trabalho contínuo entre mentes, tendo como pressuposto que somos uma sociedade de mentes. O significado não é puramente linguístico – não se encontra somente na relação dos elementos dentro de uma sentença, subjetiva – não está puramente na cabeça do falante – e nem é determinadamente objetivo – não se centra no mundo. Ele é uma construção entre falantes em um contexto sócio interacionista.

Para Davidson, citado em Marcuschi (2010: 209) “a fonte do conceito de verdade objetiva é a comunicação interpessoal. O pensamento depende da comunicação”. Sem a comunicação com o outro não há possibilidade de conhecimento objetivo. O conhecimento objetivo da cidade de *San Vicente*, como metáfora para os acontecimentos que marcaram a América Latina nas décadas de 1960 e 1970, surge como fruto de uma triangulação entre dois indivíduos – o locutor e o alocutário – e o mundo. Para tanto deve haver uma coerência de crenças entre ambos para que o processo de significação seja efetivado.

As representações mentais do locutor e do alocutário residem no processamento cognitivo e conseqüentemente não são fixas, posto que emergem na interação, sendo negociáveis e móveis. No trecho “enquanto se esperava, eu estava em San Vicente, enquanto acontecia eu estava em San Vicente”, o verbo *esperar* está no imperfeito do indicativo, como

que a afirmar que a ação “esperar” é contínua no presente em que se canta. O léxico é um sistema de enquadramentos e não uma lista de itens referidos ou funcionais. Pelo sistema, pode-se analisar sintaticamente, mas é preciso conhecer os valores que o locutor coloca em seu meio cultural para se interpretar essa música.

Considerações finais

Através da análise dos versos da música de *San Vicente*, verifica-se que a referencialização é um processo complexo. O referente *San Vicente* pode existir na realidade da América Latina, como uma cidade nas montanhas bolivianas, mas, como uma atividade sócio-interativa, interpretar essa música é expandir o conceito de cidade boliviana para uma metáfora, isto é, construir o sentido a partir da transferência de um certo número de traços pertencentes a um objeto – cidade de *San Vicente* – para caracterizar um outro objeto - prazer utópico de estar em um lugar na América Latina, longe da tensão proporcionada pelos regimes ditatoriais.

Os compositores da música *San Vicente* constroem um discurso sócio-cognitivo. Eles são sujeitos enunciativos e sociais, e é nesta ação social situada que eles se instauram e dizem o mundo. Se a língua é uma fonte de possibilidade de trabalhar e retrabalhar as versões públicas do mundo, como afirma Marcuschi (2007), deve-se pensar o domínio da linguagem e o musical como um instrumento não transparente. Sua hibridação na música *San Vicente* enfoca características do sujeito locutor na tentativa de produzir sentido.

O papel da linguagem é significar, possibilitando a comunicação objetiva, que tem como base a comunicação intersubjetiva, pois depende da interação entre o organismo e o valor cultural que ele dá ao lugar de onde fala. Sistema e realidade são categorias que se fundem na produção de sentido pelo sujeito da locução, pensando a cognição como um fenômeno essencialmente social e elaborado intersubjetivamente no plano discursivo.

Pode-se concluir que entender, produzir sentido é sempre entender no contexto de uma relação com o outro situado numa cultura e num tempo histórico. Esta relação é marcada por uma ação discursiva, pois que ambos os sujeitos: locutor e alocutário trabalham o enunciado pela cognição em que o outro é visto como um agente intencional.

Referências bibliográficas

BRONCKART, J-P. Atividade social e linguagem. In: _____. *Atividade de linguagem, textos e discursos – por um interacionismo sócio-discursivo*. São Paulo: EDUC, 1999.

MARCUSCHI, L. A. *Cognição, linguagem e práticas interacionais*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

MONDADA, L. & DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. & CUNHA, A. (orgs). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003.

MARI, H. *Os lugares do sentido*. Campinas: Mercado das Letras, 2008.

VIVEIROS, B. *Som Imaginário – a reinvenção da Cidade nas Canções do Clube da Esquina*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

A CONSTRUÇÃO DA REFERÊNCIA NA ENUNCIÇÃO: UMA ANÁLISE DE *CHAPEUZINHO VERMELHO*

Virginia Beatriz Baesse ABRAHÃO*

Fabiano de Oliveira MORAES**

A questão da referência

Segundo Jacob (1984), pode-se, “por comodidade”, dividir a filosofia da linguagem em duas grandes correntes: os pragmáticos e os semânticos. Os primeiros lidam com a relação entre significado e uso, ocupando-se dos mecanismos interpretativos que levam em conta a intenção do locutor, a situação e o modo de reconhecimento do que é dito. Já os semânticos ocupam-se da relação entre a linguagem e a realidade, preocupando-se com os mecanismos determinantes do significado, propondo teorias que expliquem as relações semânticas entre os elementos da frase. Alguns desses filósofos lidam com o mecanismo componencial do significado e o seu valor de verdade.

Sobre a frase – *Eu vou embora agora* – os pragmáticos levarão em conta as intenções do locutor desse enunciado, que pode ser uma intenção de ameaça, de informação, de advertência, etc. Trata-se, portanto, de um ato ilocucionário e esse enunciado se constitui, para o pragmático, como um acontecimento singular. No entanto, ele depende de um nível anterior de análise, que leve em conta a estruturação desta frase, que analise a sua forma e os seus componentes. O pronome, a forma verbal, o advérbio, as regras gramaticais, tudo isso é levado em conta em uma análise semântica, preocupada em estabelecer teorias que expliquem a “competência semântica” acionada para a elaboração e compreensão da frase. Para os semanticistas, qualquer falante da língua portuguesa pode compreender a frase acima, independentemente de uma situação de uso.

Para os pragmáticos, a relação linguagem x realidade é dependente da análise da “força ilocucionária” do ato linguístico, não importando se o que está sendo dito é factual, verdadeiro, próprio de uma situação real. Os semanticistas, porém, preocupam-se sobretudo com a relação entre a linguagem e a realidade na medida em que lidam com o significado de palavras isoladas, buscando apreender as suas propriedades e diferenças, os elementos que compõem o

* Doutora em Linguística. Docente do PPGEL, Universidade Federal do Espírito Santo.

** Doutorando em Educação da PPGE, Universidade Federal do Espírito Santo.

significado linguístico dessas palavras. Evidentemente, essa busca passa pela relação da palavra com a realidade imediata, com a sua relação de representação do que está fora dela. Além disso, o semanticista buscará depreender a relação entre os elementos da frase, observando se o seu significado é passível de verifuncionalidade, ou seja, se se trata de uma frase do português que possua condições de verdade suficientes para se fazer compreender.

Esses dois modos de discussão da linguagem, observados a partir das suas macro diferenças, geram diversas teorias filosóficas e linguísticas. No entanto, se a pragmática depende de um primeiro nível de análise, uma análise formal, os semânticos dependem de análises de outros teóricos para confirmar e até rever as suas teses, pois não serão os dados de situação de uso da língua a confirmar as hipóteses, mas teorias que procuram compreender o funcionamento da linguagem. Nesse sentido, a linguística tem muito a contribuir.

Sobre a frase acima, por exemplo, um sociolinguista analisaria as suas variedades de uso em diferentes dialetos; a análise sintática discorreria sobre os mecanismos gramaticais e funcionais presentes na estrutura desta frase e os analistas de discursos se perguntariam sobre quem, quando, onde e em que condições essa frase foi dita, provocando que efeitos de sentidos. Uma semântica linguística poderia focar-se nos mecanismos propulsores do sentido da frase, observando as ambiguidades, os pressupostos, os elementos argumentativos enfim. Contudo, para as teorias linguísticas de modo geral interessa mais o sentido da frase que a sua relação com os elementos da realidade imediata, não se detendo nos elementos componentes dos significados. Desde o historicismo a linguística abandonou o referente da linguagem importando-se muito mais com o valor dos elementos no discurso, a tal ponto que hoje podemos dizer que, para os linguistas, o referente se constrói nos discursos.

No entanto, as variadas teorias linguísticas respondem diferentemente às questões relativas ao processamento da relação de significação na linguagem, o que nos leva a compreensões diversas sobre a relação referencial proposta por esses campos de investigação. Há diferentes teorias pragmáticas, como, por exemplo, a de Ducrot – teoria argumentativa –, todas as demais teorias que lidam com a enunciação e a própria corrente que se intitula Pragmática e se pauta nos preceitos do filósofo Austin, além da análise do discurso, da Linguística Textual, e outras. Já as teorias que se pautam no significado traduzem toda uma corrente formalista que se ramifica, além dos próprios funcionalistas e dos normativistas. Cada uma delas compreende diversamente os conceitos de língua, de significado e, conseqüentemente, de referente e/ou referência. Observar essas diferenças pode se constituir

num interessante trabalho de investigação que nos auxiliaria a melhor compreendê-las, mas mais curioso parece ser observar o resultado dessas compreensões nas análises dos dados linguísticos, pois isso implica uma melhor compreensão da relação do homem com a linguagem e a construção e manutenção de sistemas de organização social que historicamente estruturam os próprios sujeitos que nascem imersos nesses sistemas linguístico / sociais. Portanto, pensar a questão da referência significa nos propor a compreender a nós mesmos, imersos nas nossas próprias condições de linguagem.

Como nosso foco são as teorias que trabalham a linguagem como enunciação, buscaremos observar como essas teorias lidam com a relação entre a linguagem e a realidade. Para tanto, retomaremos brevemente os conceitos básicos dessa nossa discussão, apresentaremos os pressupostos enunciativos de construção da referência, para enfim observar como essas teorias responderiam à análise de algumas versões do conto que tanto influenciou e ainda influencia as sociedades ocidentais: *Chapeuzinho Vermelho*.

Referente, referência, referenciação

Sempre que, em linguagem, nos remetemos a algo externo a ela, algo que se encontra na realidade concreta, estamos no âmbito da *referência*. Nesses casos, o nosso *referente* pode ser um objeto, uma pessoa ou algum acontecimento. Se o sujeito representa não exatamente objetos, mas suas paixões ou seus temores, esses são os seus referentes.

A linguística moderna vem observando, porém, que a linguagem não aponta, necessariamente, para algo que está fora dela, representando esse objeto. Os objetos são construídos no discurso por um *processo de referenciação* linguística que se organiza a partir de estratégias muito específicas. Trata-se, portanto, de objetos de discurso alicerçados em processos cognitivos e mantidos socialmente. Isso impede a criação assistemática e obscura que levaria à não comunicação. A *referenciação* é, portanto, um modo de organização dos discursos que pode ser observado na linguagem, na sua materialidade, mas que se articula dentro de condições históricas específicas. A realidade não é negada, mas desmistificada na sua influência sobre a linguagem, pois o que se entende por representação, para essas teorias que lidam com a referenciação, não é mais a ideia de uma palavra que se coloca no lugar de algo ou alguém, representando-os, mas sim um processo mental de estruturação de objetos de discursos, os quais fazem parte de uma época e de um modo de organização sócio histórico.

Hoje já não se pode discutir a questão da referência em linguagem sem passar pelo conceito de referenciação, pois é indiscutível a questão da organização material dos discursos que cria e mantém os objetos de discurso. No entanto, para muitas dessas teorias, essa organização linguística não afeta a realidade e não é por ela afetada, ou seja, mantém-se uma relação causal com a realidade que é considerada estável e preexistente, não afetando os sujeitos que se constituem como falantes. Tudo se passaria via um processo cognitivo pouco explicado como se a mente dos falantes fosse o foco das representações. Além disso, as condições históricas que possibilitam a construção de objetos de discursos são vistas como fatos sociais e tudo se processa porque a linguagem é entendida como interação social.

Ao se referir a essa perspectiva pragmaticista, Araújo (2004, p. 206) afirma:

Para eles, há um PROCESSO DE REFERENCIAÇÃO e não a pura e simples referência. Uma teoria da referência, tal como a entende *grosso modo* a teoria causal, acarreta os inconvenientes que vimos apontando, dentre eles, a suposição de uma estabilidade no mundo dos fatos, de um lado, e um sujeito de outro lado, cuja mente é o *locus* de representações (grifos da autora).

Trata-se de uma perspectiva pragmática, mas não exatamente enunciativa, pois a história não aparece como fator fundante nem da linguagem e nem dos sujeitos que nela se articulam. Porém, o conceito de referenciação traz o foco da análise para o enunciado e sua materialidade provocando um avanço significativo nos estudos que veem a referência como processo discursivo de construção, manutenção e exclusão de referentes.

Com o advento da enunciação, a referência foi reintegrada enquanto um valor legítimo da linguística, como parte integrante da enunciação, mas, [...] a enunciação foi pensada como ato de um sujeito locutor, fora das coordenadas históricas do discurso, o que acabou por comprometer o conceito de referência adotado (CARDOSO, 2003, p. 132).

Enunciação e referência

Partindo da constatação de que a história não se constitui por si mesma, mas nos homens, que ela se faz num movimento, numa direção que não possui um sentido *a priori*, tendo a contradição como condição mesma desse movimento e de que é nesse movimento que o próprio homem se constitui, então pode-se dizer que por si mesma a história não existe. Ora, então como a linguística pode compreender o seu objeto, a língua, já que ela se faz na história?

Segundo Henry (1994, p. 51):

É bem verdade que é ilusório colocar para a história uma questão de origem e esperar dela a explicação do que existe. Ao contrário, não há “fato” ou “evento” histórico que não faça sentido, que não peça interpretação, que não reclame que lhe achemos causas e consequências. É nisso que consiste para nós a história, nesse fazer sentido, mesmo que possamos divergir sobre esse sentido em cada caso.

Sob essa perspectiva, “história, sujeito e linguagem” são vistos como interdependentes, pois tanto a história constitui os sujeitos e a linguagem, como a linguagem constitui a história e os sujeitos, e os sujeitos constituem a linguagem e a história. Afinal, não há sujeitos sem linguagem e sem história, não há história sem sujeitos e sem linguagem, e não há linguagem fora da história e dos sujeitos (MARI, 2008). Evidentemente trata-se de uma relação complexa, pautada no movimento e na contradição. Isso nos leva a entender porque para as teorias da enunciação cada ato enunciativo constitui um acontecimento único, ainda que seja uma frase repetida. Isso significa que a enunciação não se instala em um tempo-espaço estabelecido na realidade imediata. A enunciação em si é história e requer uma interpretação para se constituir. Ela não se faz por si mesma, mas nos homens, na sua relação.

Portanto, para as teorias da enunciação, a referência se constitui dentro de uma prática discursiva estando diretamente dependente do sentido para organizar as coordenadas do dizer. Nessa direção, afirma Foucault (2007, p. 136):

Finalmente, o que se chama “prática discursiva” pode ser agora precisado. Não podemos confundi-la com a operação expressiva pela qual um indivíduo formula uma ideia, um desejo, uma imagem; nem com a atividade racional que pode ser acionada em um sistema de inferência; nem com a “competência” de um sujeito falante, quando constrói frases gramaticais; é um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa.

A partir dessa constatação, o que podemos chamar de realidade e como podemos compreender a relação da linguagem com a realidade? Múltiplas realidades tal como são múltiplas as linguagens. No entanto, se as realidades são múltiplas, como garantir a compreensão entre os sujeitos, enquanto falantes de uma língua?

Isto significa que não se pode falar de qualquer coisa em qualquer época; não é fácil dizer alguma coisa nova; não basta abrir os olhos, prestar atenção ou tomar consciência, para que novos objetos logo se iluminem e, na superfície do solo, lancem sua primeira claridade. [...] o objeto [...] existe sob as condições positivas de um feixe complexo de relações. (FOUCAULT, 2008, p. 49-51)

Portanto, as teorias enunciativas consideram as referências como discursivas, pois os objetos se constituem nos discursos e não fora deles, num *a priori* ou na mente dos locutores. As práticas

discursivas são determinadas por um conjunto de regras anônimas que definem as condições de exercício da função enunciativa. Essas mesmas regras históricas criam os objetos e suas condições de existência. Veremos, a seguir, um exemplo do funcionamento discursivo da referência.

Uma análise enunciativa da referência

Como textos a serem analisados na pesquisa que originou este artigo (MORAES, 2010), escolhemos quatro versões do conto *Chapeuzinho Vermelho*: uma medieval, enquadrada no campo de saber que vai até a Renascença: *De puella a lupellis seruata* (*Sobre a menina salva dos filhotes de lobo*), publicada em 1023, da autoria de Egberto de Liege; uma clássica: *Le petit chaperon rouge* (*Chapeuzinho Vermelho*), publicada em 1697, da autoria de Charles Perrault, e; duas modernas: *Fita Verde no Cabelo: nova velha estória*, publicada pela primeira vez em 1964, escrita por Guimarães Rosa; e *Chapeuzinho Amarelo*, publicada em 1979, escrita por Chico Buarque.

Os contos, resumidamente, podem ser assim apresentados: a) *De puella a lupellis seruata*: uma menina de cinco anos, ao ser batizada no Pentecostes, recebe uma túnica vermelha do seu padrinho. Um dia, andando desatenta, a menina é capturada por um lobo que a leva para ser devorada pelos seus filhotes. Os filhotes do lobo, embora a tentem comer, não o conseguem e aos poucos passam a lambê-la docilmente, pois a menina é protegida por Deus através da sua túnica de batismo; b) *Le petit chaperon rouge*: A mãe pede a Chapeuzinho Vermelho que leve um cesto de comida para a avó doente. No caminho ela é abordada por um lobo e diz a ele para onde está indo. O lobo segue por um atalho, chega à casa da avó fingindo ser a neta e devora a velhinha, enquanto a menina se distrai pelo caminho mais longo. O lobo, disfarçado, espera a menina que chega à casa da avó e deita-se na cama com ele, pensando tratar-se de sua avó, perguntando-lhe em seguida por que são tão grandes seus braços, suas pernas, seus olhos e seus dentes, ao que o lobo devora a menina; c) *Fita Verde no Cabelo*: A mãe manda que a menina vá à casa da avó levar doce em calda. Como já não existiam mais lobos naquelas bandas, a menina fala consigo mesma e demora-se no caminho mais longo por decisão própria, chegando à casa da avó sem a sua fita verde, que perdera no caminho. Ao chegar, depara-se com a avó moribunda e então lhe pergunta por que seus braços estão tão magros, seus lábios arroxeados, seus olhos fundos e seu rosto encovado, ao que a avó responde que nunca mais a poderá abraçar, beijar ou

ver e então a avó morre. A menina, como se pela primeira vez fosse ter juízo, clama pela sua avó dizendo que ainda tem medo do Lobo, e; d) *Chapeuzinho Amarelo*: A menina tinha medo de tudo, sobretudo de um LOBO que não existia. Um dia, de tanto pensar, esperar e sonhar com ele, ela o encontra e, mesmo sentindo muito medo, percebe que aos poucos seu medo vai diminuindo até ela ficar sem o seu medo e ver-se só, com o lobo. O lobo, ao ver a menina sem medo, grita várias vezes o seu nome: LO-BO-LO-BO-LO para ver se o medo da menina voltava, mas ela, fazendo uma brincadeira com as palavras, ao perceber que o seu nome repetido soava como BOLO, transforma-o em um bolo de lobo que passa a ter medo da menina. A menina então deixa de lado os seus medos e aprende a brincar de transformar outros nomes que lhe causam medo.

Destacou-se, em cada *versão* analisada, pertencente a determinado período, aspectos lexicais e de construção sintática que indicam – através de relações semânticas – os temas, as relações institucionais e interdiscursivas, os aspectos relacionados aos mecanismos de poder e ao campo de saber, da época em questão à qual pertence tal texto. Tudo isso a partir do tema “medo” que perpassa todas as versões analisadas.

Na análise dos contos, também pudemos destacar a formação de temas específicos ao período relativo ao conto e não de outros em seu lugar (por exemplo: não visualizamos a presença, em uma dada época, de temas pertinentes a outra época ou mesmo de temas que sejam alheios ao saber e poder nos quais se enquadram), o que aponta para a constituição discursiva da referenciação com base no saber e no poder vigentes em cada época.

No que tange ao conto medieval, definidas as formações de temas, de tipos de enunciado, de objetos e de conceitos com base na verdade apregoada e defendida nesse contexto, acreditamos que a educação e o aprendizado da leitura e da escrita se faziam como um meio de propagar e tornar preponderante o saber de então, instituindo a continuidade do poder em voga. O lugar da verdade se faz presente no saber das marcas e similitudes e no poder de Deus, definindo as possibilidades de constituição discursiva dos objetos de discurso e dos temas que, nos tipos de enunciado possíveis e viáveis para o ensino medieval perpetuaram-se em detrimento de um saber camponês oral que se perdeu. Portanto, a evidência que se dá a partir de então ao “significante”, como instância que materializa um saber e institui um poder nos livros e textos, assim como nos discursos reconhecidamente autorizados, para além de propagar e guardar esses saber e poder, concede aos seus suportes um atributo de sacralidade.

De maneira análoga ao que ocorre com o conto medieval no nível da constituição

discursiva dos seus temas, objetos, conceitos e tipos de enunciado, no conto clássico o percurso temático também é constituído discursivamente através da formação de temas com base nas práticas discursivas. Portanto, a existência destes temas e não de outros na adaptação de Perrault (que supostamente teve por base um conto tradicional oral de teor próximo ao que originou o relato de Egberto) nos mostra o quanto a prática discursiva é o que constitui a referência. A própria pedagogização do sexo infantil apontado por Foucault (1988), vigente a partir do período clássico, faz-se presente neste relato, marcando uma das diferenças mais gritantes entre este conto de Perrault e o de Egberto (levando-se em consideração que ambos possivelmente tiveram origem em um conto oral de iniciação sexual feminina, sendo a ausência do aspecto sexual no conto medieval uma possível consequência da censura religiosa com relação a este tema). A verdade em voga se estabelece como lugar do saber da ordem, da razão, da representação, e do poder disciplinar, ordenando o mundo através das identidades e diferenças, do estabelecimento de normas, da vigilância e da punição, definindo as possibilidades e a viabilidade das formações discursivas e da formação de objetos de discurso, de temas, de conteúdos e de tipos de enunciado mesmo (e sobretudo) para as crianças inseridas no processo educacional (instituição também delineada em seus objetos, temas e conceitos sob a mesma égide discursiva). O “medo”, no período clássico, liga-se à cautela, ao cuidado em identificar, com base nas diferenças, para melhor ordenar e racionalmente seguir as normas impostas para que não se sofra punições, para que não se corra perigo.

No período moderno, os próprios contos se fragmentam, de antemão, ante os duplos do homem que apontam para as suas positivities, como defende Foucault (1968, 2008). Estão também os contos imersos na fragmentação da palavra. O lugar da ciência do homem, do poder do discurso, da verdade instituída, insere os sujeitos nesses mesmos fragmentos de linguagem. A “cautela” não é mais o que livra do “perigo” de ser punido, pois, fatalmente, a finitude que o homem teme está prenunciada; seu “medo” se oculta em seu inconsciente, e o homem, em seus duplos, fragmentos e positivities, está imerso na linguagem que o controla e que o faz tremer ante o seu poder que abrange toda a rede que a institui, constitui e delinea: o discurso.

A análise proposta teve por empenho: demonstrar metodologicamente as considerações teóricas aqui delineadas acerca da possibilidade de se compreender o mecanismo de construção de objetos de discurso com base nas práticas discursivas a partir de versões de um conto que tem alcance e disseminação incomuns em nossa sociedade (nos permitindo desse modo uma análise arqueogenealógica) e, com base no levantamento dos aspectos linguísticos relacionados

com o tema “medo” e da relação desses aspectos com os elementos do campo de saber e dos mecanismos de poder de cada período, compreender melhor o aspecto discursivo do mecanismo de referenciação.

Referências bibliográficas:

ARAÚJO, I. L. *Do signo ao discurso: introdução à filosofia da linguagem*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

BUARQUE, C. *Chapeuzinho Amarelo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

CARDOSO, S. H. B. *A questão da referência: das teorias clássicas à dispersão dos discursos*. Campinas: Autores Associados, 2003.

FIORIN, J. L. *Elementos de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2006.

FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Lisboa: Portugalia Editora, 1968.

_____. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. *A história da sexualidade I: a vontade de saber*. São Paulo: Graal, 1988.

_____. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

_____. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo: Ed Loyola, 2008.

FREGE, G. *Sobre o sentido e a referência*. São Paulo, Cultrix, 1978.

JACOB, P. Sentido/significado. In: *Enciclopédia Einaudi: linguagem e enunciação*. Vol. 2. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1984.

HENRY, P. A história não existe? In: ORLANDI, Eni. (org.). *Gestos de leitura: da história ao discurso*. Campinas: 1994. p. 29-52.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referênciação. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (orgs.). *Referênciação*. São Paulo: Contexto, 2003.

MARI, H. *Os lugares do sentido*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

MORAES, F. de O. *As estratégias de referênciação em “Chapeuzinho Vermelho”*: da Idade Média à modernidade. Dissertação orientada pela Professora Doutora Virgínia Beatriz Baesse Abrahão, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da UFES, 2010.

PERRAULT, C. Chapeuzinho Vermelho. In: TATAR, Maria. *Contos de fada: edição comentada e ilustrada*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004. p. 336-338.

ROSA, J. G. Fita Verde no Cabelo: nova velha estória. In: *Ave, palavra*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970. p. 72-73.

VOIGT, E. *Egberts von Lüttich: Fecunda ratis*. Halle: Max Niemeyer, 1889.

O CONTATO ENTRE LÍNGUA PORTUGUESA E LÍNGUA ESPANHOLA E SEU FUNCIONAMENTO ENUNCIATIVO NAS TIRAS DO TAPEJARA: UMA REPRESENTAÇÃO DA LÍNGUA DO GAÚCHO

Juliane TATSCH*

Este estudo tem por objetivo analisar os efeitos de sentido de palavras e expressões da língua espanhola representadas no linguajar gaúcho utilizado pelas personagens das tiras que compõem a obra *Tapejara: o último guasca*, um livro do gênero charge e tira de humor que reflete um tipo de linguagem muito próximo do registro oral, o jeito e o modo de falar e expressar-se do homem gaúcho, identificando-o desta maneira como o dialeto representativo do habitante da região dos pampas, o gaúcho mais rural e campesino. Essa presença da língua espanhola no vocabulário gaúcho vai caracterizar-se como um tipo de discurso oral que se expressa na escrita, demarcando um tipo regional específico.

Interessa-nos, portanto, o efeito da palavra funcionando nos enunciados das tiras e de que modo esse efeito se significa no dizer, caracterizando uma heterogeneidade da língua portuguesa pela existência, então, de um linguajar do gaúcho.

O texto privilegia uma linguagem característica do homem gaúcho interiorano, do campo. Além disso, o registro escrito desse linguajar nas tiras busca a maior proximidade possível com a oralidade: supressão de letras e sílabas, reproduzindo o português gaúcho coloquial, representação das formas de concordância nominal e verbal da variante do português gaúcho, uso de léxicos típicos do dialeto gaúcho, uso de formas como sufixos e advérbios para intensificar, quantificar, especificar, presença de vocábulos e expressões em espanhol, entre outros.

Essa oralidade é reforçada na escrita pela apresentação de recursos expressivos verbais, visuais e verbo-visuais, que além de representar o registro oral, serve também para produzir sentido aos enunciados. Desse modo, as tiras surgem com a preocupação de registrar aspectos do linguajar gaúcho, assim como, afirmar características culturais em meio à globalização cada vez mais crescente. Como base metodológica utilizou-se dois principais conceitos que nortearam a análise das tiras:

* Mestre em Letras. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria.

Fronteira Enunciativa: aquela que se constitui na enunciação de sujeitos afetados pelas línguas que enunciam. Trata-se de um modo de funcionar da língua marcado pela passagem de uma língua para outra no ato de enunciar. A fronteira enunciativa acontece no plano do discurso, pelo funcionamento de línguas no dizer de um sujeito significado por estas línguas.

Espaço de Enunciação: composto pela relação que se estabelece entre o falante e as línguas, constituindo um espaço que Guimarães (2005) denomina de “espaço de enunciação”. Os espaços de enunciação são espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços habitados por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer. O espaço de enunciação é então caracterizado como um espaço de relação entre línguas, entre falantes e entre línguas e falantes.

O sujeito tem seu dizer regulado pelo espaço de enunciação, o qual determina os lugares e os modos de dizer. Assim, os sentidos que se constituem em um espaço de enunciação decorrem dessa relação de línguas e falantes.

Análise enunciativa das tiras

Procuramos considerar as tiras como unidade de análise a partir de uma perspectiva discursiva, estabelecendo a relação entre sujeito e sentido nas tiras analisadas.

Os sentidos das palavras e expressões se constituem associados aos sentidos que também podemos interpretar, a partir dos desenhos das tiras, os olhares, o movimento e os trejeitos das personagens. Dessa forma, o estudo foi elaborado com a intenção de compreender e analisar como o sentido se constrói enunciativamente nas tiras de humor, dada a entrada de expressões da língua espanhola nestes enunciados.

A análise concentrou-se na observação do uso da língua nas diversas situações sociais em que a personagem Tapejara encontrava-se inserida, visando compreender o funcionamento e os efeitos de sentido que se constituem a cada enunciação da personagem, que cumpre nas tiras o papel de enunciador gaúcho, que também se marca na língua. Um enunciador gaúcho ingênuo, do campo, do interior, singelo, mas que tem um ponto de vista sobre o mundo desde este lugar social e, por consequência, representa enquanto discurso de uma identidade regional.

Em tal enunciação, é dada voz a um locutor que se divide entre colocar a língua para funcionar, tendo em conta a presença do espanhol, e enunciar-se enquanto um tipo social, identificado com uma região específica. Temos a presença de um locutor que está inserido num lugar social; um enunciador que enuncia a partir do ponto de vista do gaúcho.

Desse modo, a língua produz sentido não só pelo emprego de palavras, mas também por mecanismos sintáticos e enunciativos que reforçam a posição do sujeito na linguagem.

Diríamos, assim, que cada palavra tem um sentido a priori, mas o que vai determiná-lo é seu uso. Ao enunciar, o locutor agencia palavras que a cada vez terá um “sentido”. Assim sendo, entendemos que o sentido constitui a ideia que o discurso expressa. É exatamente nisso que consiste o princípio da enunciação: o uso da língua é sempre mobilizador de sentidos novos. O processo de formação do sentido surge, então, pelo contexto sugerido pela história ilustrada nas tiras.

Para Guimarães (2005, p. 05), “as expressões linguísticas significam no enunciado pela relação que têm com o acontecimento em que funcionam”. Deste modo, o autor coloca que “saber o que significa uma forma é dizer como seu funcionamento é parte da constituição do sentido do enunciado” (GUIMARÃES, 2005, p. 07). Diante disso, a presença da língua espanhola foi observada no corpo das textualidades que compunham as tiras analisadas não apenas pela ocorrência de palavras escritas nessa língua, mas também pela observação da relação estabelecida entre imagem e texto como constituintes da linguagem.

Logo, no conjunto das tiras que compõem o livro, foram observadas três características linguísticas relevantes para identificar a relação do tipo social gaúcho com a variedade linguística do português do Rio Grande do Sul e também o modo como o enunciador se marca na língua:

- ✓ **Expressões com influência direta da língua espanhola na língua portuguesa:** tchê, bah, alaputchá, alafresca, buenas, capaz.
- ✓ **Expressões de uso comum que demarcam regionalidade:** piá, guri, tri, barbaridade.
- ✓ **Marcas da oralidade no registro escrito:** tou, véia, as compra, vê, inté, pra, nóis, ansim, alembro, pru, temu, embruia, zóio, arrepara, vareia.

Ao aportarmos neste momento para o conceito de polifonia de Ducrot (1986), que reconhece a existência de várias vozes que falam simultaneamente no texto, é possível distinguir a presença de quatro enunciadores distintos nas tiras: *enunciador autor* (inscrito no enunciado),

enunciador personagem, enunciador leitor (se enuncia no interior da atividade de ler) e enunciador livro (cumpre o papel de reproduzir os enunciados). Desse modo, consideramos a página do livro como um lugar enunciativo, pois é possível inferir que o momento da enunciação seria o da leitura da página que contém as tiras.

Para o autor, essa concepção polifônica da enunciação permite introduzir no enunciado uma pluralidade de sujeitos, já que todo texto traz em sua constituição uma multiplicidade de vozes que podem ser atribuídas a diferentes locutores ou a diferentes enunciadores.

Esses sujeitos, ao mesmo tempo em que dividem os espaços de circulação das línguas, são marcados pelo atravessamento da língua espanhola na língua portuguesa. Essas línguas são então materializadas no dizer por um sujeito que se designa e se subjetiva como “EU” na linguagem.

Neste momento, apresentamos como proposta de análise os seguintes enunciados, considerados neste caso como um conjunto de sequências enunciativas (SE), retirados da obra em análise.

SE 01:



Figura 10: (Fonte: Tapejara: o último guasca, p. 12)

SE 02:



Figura 11: (Fonte: Tapejara: o último guasca, p. 16)

SE 03:



Figura 12: (Fonte: Tapejara: o último guasca, p. 115)

A presença da língua espanhola foi observada no corpo das textualidades que compunham as tiras analisadas não apenas pela ocorrência de palavras escritas nessa língua, mas também pelo funcionamento semântico dessas expressões, o que acarreta na produção de um efeito de sentido mais intenso nas tiras. Desse modo, as línguas portuguesa e espanhola, no linguajar do gaúcho, funcionam como elementos constitutivos de uma discursividade sobre o gaúcho e nos possibilita interpretar os efeitos de sentido desse discurso.

Dentre as expressões mais recorrentes nas tiras, foi selecionada a expressão **alaputcha**, enunciada em situações diferentes de uso, objetivando demonstrar o funcionamento semântico e as diferentes significações que esta expressão pode adquirir de acordo com o espaço de circulação da personagem.

Observamos, nas três sequências enunciativas, a ocorrência da entrada de um elemento linguístico de uma língua na outra. Português e espanhol convivem no mesmo espaço de enunciação e, portanto, estão em relação neste espaço. Campo e cidade formam o espaço de circulação da personagem nas diferentes situações expostas nas tiras através das imagens. Os exemplos significam um modo de entrada de uma língua no espaço de enunciação da outra, ou seja, ocorre a interferência de um sistema linguístico no outro.

A expressão **alaputcha**, que nas tiras é escrita como se fosse uma única palavra, é descrita no dicionário²⁹ como uma interjeição que exprime sentimentos, sensações como espanto, admiração ou surpresa e estados de ânimo. No senso comum, a expressão é usada tradicionalmente quando algo nos pega de surpresa, nos espanta ou nos encanta.

²⁹ SEÑAS – Diccionario para la enseñanza de la lengua española para brasileños - Universidad de Alcalá de Henares: Martins Fontes, 2010.

No caso dos enunciados analisados, observa-se que a interjeição “a la putcha”, usada na maioria das vezes para quantificar ou intensificar um determinado discurso, adquire outra matriz semântica de acordo com cada situação exposta: enunciado 01 – usada como vocativo para expressar *nervosismo*, *ansiedade*; enunciado 02 – usada para refletir *indignação*; enunciado 03 – exprime *consternação*, *surpresa*.

Há a presença de outra língua que está explicitamente dentro do espaço enunciativo do português, que é o espanhol. Aí ambas compartilham um mesmo espaço enunciativo. Identificamos formas de interferências de um sistema linguístico no outro, como ocorrência de alternâncias de códigos ou empréstimos lexicais. Do ponto de vista da enunciação, as sequências enunciativas (1), (2) e (3) descritas acima significam um modo de entrada de uma língua no espaço de enunciação da outra.

Neste espaço configurado pela presença das línguas portuguesa e espanhola e pela relação entre a língua e o falante, é que podemos observar pelo contato e permeabilidade da região de fronteira, pela situação de mistura, troca, hibridismo, mestiçagem cultural e étnica, a constituição de uma discursividade sobre o gaúcho enquanto tipo social próprio de uma região. Desse modo, as duas línguas são constitutivas desse espaço. Entrecruzam-se, relacionam-se configurando sentidos neste espaço de circulação e enunciação da língua portuguesa e da língua espanhola.

A língua portuguesa é atravessada e transformada pela língua espanhola, o que acarreta em um sujeito afetado por duas línguas que se atravessam no dizer, ou seja, a língua espanhola vai penetrar na língua do Tapejara de modo a constituir a identidade deste sujeito e o significar a partir de sua existência e de seu funcionamento.

O que se observa é que essas palavras e expressões não possuiriam o mesmo funcionamento, o mesmo sentido, nem produziriam o mesmo efeito no interlocutor se estivessem escritas em português. Não se trata mais de língua espanhola e sim parte do jeito gaúcho de falar. Estas palavras estão de tal forma arraigadas em nosso linguajar que já não é possível distinguir o que é língua portuguesa do que é língua espanhola.

Referências bibliográficas

BENVENISTE, E. A natureza dos pronomes. In: _____. *Problemas de linguística geral I*. Campinas: Pontes, [1956] 2006, p. 277.283.

_____. Da subjetividade na linguagem. In: _____. *Problemas de linguística geral I*. Campinas: Pontes, [1958] 2006, p. 284.293.

_____. Os níveis de análise linguística. In: _____. *Problemas de linguística geral I*. Campinas: Pontes, [1964] 2006, p. 127.140.

_____. A forma e o sentido na linguagem. In: _____. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, [1967] 2006, p. 220.242.

_____. A linguagem e a experiência humana. In: _____. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, [1965] 2006, p. 68-80.

_____. O aparelho formal da enunciação. In: _____. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, [1970] 2006, p. 81-92.

_____. Semiologia da Língua. In: _____. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, [1957] 2006, p. 43-67.

DUCROT, O. *El decir y lo dicho. Polifonía de la enunciación*. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 1986.

FLORES, V. do N.; TEIXEIRA, M. *Introdução à linguística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2010.

GUIMARÃES, E. *Análise de Texto: procedimentos, análises, ensino*. Campinas: Editora RG, 2011.

_____. Enunciação e história. In: _____. *História e sentido na linguagem*. Campinas: Editora RG, 2008.

_____. Enunciação e políticas de línguas no Brasil. In: *Revista Letras – Espaço de circulação da linguagem*, Santa Maria, n. 27, jul./dez. 2006.

_____. *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. Campinas: Pontes, 2005.

_____. *Semântica do Acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas: Pontes, 2002.

LOUZADA, P. *Tapejara: O último guasca*. Santa Maria: Pallotti, 2007.